



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Ciências da Educação**

*Especialização: Administração e Gestão Educacional*

**Dissertação**

**O Processo de Reconhecimento e Validação de Competências:  
O impacto da aquisição de competências em Tecnologias de  
Informação e Comunicação nos adultos.**

Fernando Manuel Diabinho Papafina

**Orientador:**

Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

Novembro de 2012

**Mestrado em Ciências da Educação**

*Especialização: Administração e Gestão Educacional*

**Dissertação**

**O Processo de Reconhecimento e Validação de Competências:  
O impacto da aquisição de competências em Tecnologias de  
Informação e Comunicação nos adultos.**

Fernando Manuel Diabinho Papafina

**Orientador:**

Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

Novembro de 2012

A presente dissertação insere-se no âmbito do projecto de investigação “As Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”, FCCOMP-01-0124-FEDER-009154 (Ref. FCT PTDC/CPE-CED/104072/2008), promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

## Dedicatória

À Lúcia, a minha companheira de tantas caminhadas,  
pelo apoio incondicional,

á Leonor e à Raquel, as minhas filhas,  
fontes de toda a minha força de vontade,

à minha mãe,  
pelos alicerces de vida que me ajudou a construir,

à memória do meu pai e do meu tio,  
sem eles nada disto seria possível,

e ao meu [quase] meio século de vida,  
pela concretização de um sonho.

## **Agradecimentos**

Uma dissertação de Mestrado é uma longa caminhada, recheada de bons momentos e [alguns] percalços pelo caminho. Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitas pessoas às quais agradeço todo o apoio dado:

Ao Professor Doutor Bravo Nico, da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, pela confiança que depositou no meu trabalho e em mim aceitando-me como seu orientando, pela sua orientação e supervisão clara, oportuna e precisa, e pela sua cordialidade, sempre presente nas sessões de orientação;

À minha companheira Lúcia por todo o apoio incondicional;

Às minhas filhas, Leonor e Raquel, por toda a sua paciência e compreensão das minhas ausências;

A todos os elementos do CIEP, pela sua partilha e disponibilidade, fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho;

A todos aqueles que directa ou indirectamente ajudaram no desenvolvimento do meu trabalho;

A todos o meu sincero Obrigado!

## **Resumo**

Esta investigação insere-se no âmbito geral do Projecto de investigação científica denominado “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”, promovido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora.

A sua finalidade é avaliar os impactos das TIC na vida dos adultos certificados pelo processo de RVCC. A metodologia utilizada, de carácter quantitativo, baseou-se num estudo descritivo utilizando, como instrumento de investigação, o inquérito por questionário, comum a todas as investigações das “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”. Este instrumento foi aplicado aos indivíduos certificados entre 2001 e 2005, pelo processo de RVCC, nos seis Centros de RVCC do Alentejo.

Dos resultados obtidos, ao nível da dimensão pessoal e profissional, dos indivíduos certificados no Centro de RVCC promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre do IEFP, destacamos, na utilização do Computador e da Internet, uma evolução mais significativa nas mulheres e um maior impacto na dimensão pessoal.

**Palavras-chave:** Sociedade da Informação; Tecnologias de Informação e Comunicação; Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

## **Abstract**

### **The Skills Recognition, Validation and Certification (RVCC) process: The impact of the acquisition of skills in Information and Communication Technologies in adults.**

This research falls within the general scope of the research project entitled "Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo", sponsored by the Investigation Centre in Education and Psychology at the University of Évora.

Its purpose is to assess the impacts of ICTs in the lives of adults certified by the RVCC program. The methodology in use, the quantitative method, was based on a descriptive study using a research instrument, the questionnaire survey, common to all investigations of "Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo". This instrument was administered to individuals certified between the years 2001 and 2005, within the RVCC process in the six RVCC Centres of Alentejo.

From the results obtained, at a personal and professional dimension, within the individuals certified in the RVCC Centre sponsored by Vocational Training Centre of Portalegre of "IEFP", we highlight the use of computer and internet, a most significant development in women and greater impact in the personal dimension.

**Keywords:** Information Society, Information and Communication Technologies, Skills Recognition, Validation and Certification

# Índice

<b>Dedicatória .....</b>	<b>I</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>II</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>III</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>IV</b>
<b>Índice.....</b>	<b>V</b>
<b>Índice de Figuras.....</b>	<b>VII</b>
<b>Índice de Gráficos .....</b>	<b>VIII</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>X</b>
<b>Siglas .....</b>	<b>XII</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – A Educação e Formação de Adultos e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências .....</b>	<b>5</b>
1.1. O contexto português no final do século XX: a EFA.....	5
1.2. Da ANEFA à ANQ: a evolução institucional .....	8
1.2.1. A ANEFA: a instituição pioneira .....	10
1.2.2. A sucessora da ANEFA: a DGFV .....	12
1.2.3. A era das Novas Oportunidades: a ANQ.....	12
1.3. Aprendizagem ao Longo da Vida.....	13
1.4. O processo do RVCC .....	17
1.4.1. Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) .....	18
<b>CAPÍTULO II – As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).....</b>	<b>20</b>
2.1. A Sociedade da Informação .....	20
2.2. A emergência da Sociedade de Informação .....	21
2.3. A sociedade da Informação em Portugal.....	24
2.4. Tecnologias de Informação e Comunicação .....	26

2.5. As TIC na Educação.....	27
2.5.1. O Projecto Minerva .....	29
2.5.2. O Programa Nónio – Século XXI.....	32
2.5.3. Plano Tecnológico da Educação.....	37
2.6. As TIC no RVCC .....	40
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....</b>	<b>44</b>
3.1. Metodologia de investigação.....	44
3.1.1. O projecto global de investigação – as Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo .....	44
3.1.2. O projecto de investigação .....	46
3.1.3. O instrumento – inquérito por questionário.....	48
3.1.4. A recolha de dados .....	50
3.2. O território geográfico e institucional de investigação .....	51
3.2.1. Enquadramento territorial – O Alto Alentejo, o espaço de intervenção do projecto .....	51
3.2.2. Enquadramento institucional – O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. ....	57
<b>CAPÍTULO IV – RESULTADOS.....</b>	<b>61</b>
4.1. O perfil dos participantes na investigação.....	61
4.1.1. O género e a idade .....	61
4.1.2. O concelho de residência.....	62
4.1.3. Estado civil e o número de filhos dos inquiridos .....	63
4.1.4. Habilitações escolares na actualidade .....	65
4.1.5. Situação actual em termos educativos.....	66
4.2. Análise de resultados.....	68
4.2.1. Necessidades de formação complementar no percurso individual dos adultos .....	68
4.2.2. O impacto das TIC – Dimensão Pessoal .....	71
4.2.3. O impacto das TIC – Dimensão Profissional .....	94
4.2.4. A importância e influência atribuída ao processo RVCC .....	109
<b>Considerações finais .....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>118</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>127</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 – Domínios de competência .....	16
Figura 2 – Unidades territoriais de Portugal – NUTS.....	52
Figura 3 – NUT II – Alentejo e NUT III – Alto Alentejo.....	53
Figura 4 – Subregiões da NUT II – Alentejo.....	54
Figura 5 – Distritos de Portugal.....	55
Figura 6 – Localização do município de Portalegre e Concelhos do distrito .....	56
Figura 7 – Freguesias do município de Portalegre.....	56
Figura 8 – Rede de Centros do IEFP.....	57
Figura 9 – Rede de centros da Delegação Regional do Alentejo do IEFP.....	58

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do número de Centros RVCC até 2005 .....	19
Gráfico 2 – Distribuição da amostra por género .....	62
Gráfico 3 – Pirâmide etária da amostra .....	62
Gráfico 4 – Distribuição da amostra por concelho de residência .....	63
Gráfico 5 – Distribuição dos sujeitos da amostra por estado civil.....	64
Gráfico 6 – Distribuição dos sujeitos da amostra pelo número de filhos e género.....	65
Gráfico 7 – Distribuição da amostra, por género e pelas habilitações escolares actuais .....	66
Gráfico 8 – Distribuição dos adultos da amostra, em relação à actual progressão nos estudos e nível de escolaridade frequentado .....	67
Gráfico 9 – Percentagem dos adultos com necessidade de formação complementar durante o percurso do processo RVCC.....	69
Gráfico 10 – Percentagem dos adultos, por género e necessidades de formação complementar durante o processo RVCC .....	71
Gráfico 11 – Evolução percentual de computadores por género, antes do processo RVCC e actualmente .....	73
Gráfico 12 – Evolução do número de computadores por género, antes do processo RVCC e actualmente .....	74
Gráfico 13 – Evolução percentual de computadores por estado civil, antes do processo RVCC e actualmente .....	74
Gráfico 14 – Evolução percentual da posse de computador por número de filhos .....	75
Gráfico 15 – Evolução percentual do número de computadores por grupos etários e género .....	76
Gráfico 16 – Evolução do número de computadores por grupos etários e género .....	77
Gráfico 17 – Evolução da utilização do computador em casa, por género.....	80
Gráfico 18 – Evolução da utilização do computador no trabalho, por género .....	81
Gráfico 19 – Evolução da utilização do computador noutra local, por género .....	81
Gráfico 20 – Evolução da utilização da Internet por género .....	83

Gráfico 21 – Evolução percentual da utilização da Internet por número de filhos .....	85
Gráfico 22 – Evolução percentual da utilização da Internet por estado civil .....	85
Gráfico 23 – Evolução percentual da utilização da Internet por grupos etários e género .....	86
Gráfico 24 – Evolução do número de utilizadores da Internet por grupos etários e género .....	87
Gráfico 25 – Evolução da utilização da Internet em casa, por género.....	89
Gráfico 26 – Evolução da utilização da Internet no trabalho, por género .....	90
Gráfico 27 – Evolução da utilização da Internet noutra local, por género .....	91
Gráfico 28 – Evolução da finalidade da utilização da Internet pelos homens .....	93
Gráfico 29 – Evolução da finalidade da utilização da Internet pelas mulheres .....	93
Gráfico 30 – Evolução da percentagem de adultos com mudança de actividade profissional, por género e posse de computador.....	99
Gráfico 31 – Evolução da percentagem de adultos com mudança de actividade profissional, por género e utilização da Internet.....	100
Gráfico 32 – Evolução da percentagem de adultos sem mudança de actividade profissional, por género e posse de computador.....	101
Gráfico 33 – Evolução da percentagem de adultos sem mudança de actividade profissional, por género e utilização da Internet.....	102
Gráfico 34 – Influência atribuída ao processo RVCC na mudança profissional .....	107
Gráfico 35 – Número de respostas dos inquiridos por situação avaliada .....	109
Gráfico 36 – Grau de importância e influência do processo RVCC para os adultos certificados.....	110
Gráfico 37 – Importância e influência do processo RVCC para os adultos certificados em relação ao computador e Internet. ....	111
Gráfico 38 – Distribuição da importância atribuída ao processo RVCC agrupada por dimensões .....	111

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Principiais Projectos implementados no âmbito do Plano Tecnológico da Educação (2007-2010).....	39
Tabela 2 – Referencial de Competências–Chave para as TIC .....	43
Tabela 3 – Distribuição dos adultos da amostra pelos concelhos de residência (2011-2012) .....	48
Tabela 4 – Taxa de resposta – primeira fase de distribuição de questionários – Agosto de 2011 .....	50
Tabela 5 – Taxa de resposta – após a segunda fase de distribuição – Janeiro e Fevereiro de 2012 .....	51
Tabela 6 – Distribuição dos indivíduos da amostra por estado civil.....	63
Tabela 7 – Distribuição dos sujeitos da amostra pelo número de filhos .....	64
Tabela 8 – Distribuição da amostra, pelas habilitações escolares actuais .....	65
Tabela 9 – Distribuição dos adultos da amostra por género, número de filhos e situação em relação à frequência actual de estudos.....	68
Tabela 10 – Distribuição dos adultos por género e necessidade de formação complementar durante o percurso do processo RVCC.....	69
Tabela 11 – Distribuição dos adultos (%↓), por género e necessidade de formação complementar durante o processo de RVCC.....	70
Tabela 12 – Acesso ao computador por género, antes do processo RVCC (%↓).....	72
Tabela 13 – Acesso ao computador por género, actualmente (%↓) .....	73
Tabela 14 – Local de utilização do computador, antes do RVCC, por género .....	78
Tabela 15 – Local actual de utilização do computador, por género.....	79
Tabela 16 – Utilização da Internet, antes de iniciar o RVCC, por género .....	82
Tabela 17 – Utilização actual da Internet por género.....	83
Tabela 18 – Distribuição dos adultos que utilizavam a Internet antes do processo RVCC, pelo número de filhos .....	84
Tabela 19 – Distribuição dos adultos que utilizam a Internet actualmente, pelo número de filhos .....	84
Tabela 20 – Local de utilização da Internet, antes do RVCC, por género .....	88

Tabela 21 – Local actual de utilização da Internet, por género .....	89
Tabela 22 – Finalidade de utilização da Internet, antes de iniciar o processo de RVCC, por género .....	91
Tabela 23 – Finalidade actual de utilização da Internet, por género .....	92
Tabela 24 – Distribuição dos adultos por género e pela situação profissional, no início, durante e após o processo RVCC .....	95
Tabela 25 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego, por posse de computador antes do processo RVCC .....	95
Tabela 26 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego antes do processo, por posse de computador em 2012 .....	96
Tabela 27 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego, por utilização da Internet antes do processo RVCC .....	97
Tabela 28 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego antes do processo, por utilização da Internet em 2012 .....	98
Tabela 29 – Distribuição dos adultos por género e ocorrência da mudança de actividade profissional agrupados por posse de computador .....	103
Tabela 30 – Distribuição dos adultos por género e ocorrência da mudança de actividade profissional agrupados por utilização de Internet .....	104
Tabela 31 – Distribuição de adultos empregados por género e por mudança na actividade profissional, após o processo RVCC, em relação à posse actual de computador .....	105
Tabela 32 – Distribuição de adultos empregados por género e por mudança na actividade profissional, após o processo RVCC, em relação à utilização actual da Internet.....	106
Tabela 33 – Distribuição dos adultos por género, que se empregaram após o processo RVCC, em relação à posse do computador .....	108
Tabela 34 – Distribuição dos adultos por género, que se empregaram após o processo RVCC, em relação à utilização da Internet .....	108
Tabela 35 – Importância e influência atribuída ao processo RVCC pelos adultos certificados.....	109
Tabela 36 – Avaliação da importância atribuída ao processo RVCC agrupada por dimensões .....	112

## **Siglas**

<b>ALV</b>	Aprendizagem ao longo da vida
<b>ANEFA</b>	Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos
<b>ANQ</b>	Agência Nacional para a Qualificação
<b>ANQEP</b>	Agência Nacional para a Qualificação
<b>CE</b>	Cidadania e Empregabilidade
<b>CEE</b>	Comunidade Económica Europeia
<b>CFPP</b>	Centro de Formação Profissional de Portalegre
<b>CNO</b>	Centro de Novas Oportunidades
<b>CRVCC</b>	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
<b>DGFV</b>	Direcção Geral de Formação Vocacional
<b>EFA</b>	Educação e Formação de Adultos
<b>IEFP</b>	Instituto do Emprego e Formação Profissional
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>LBSE</b>	Lei de Bases do Sistema Educativo
<b>LC</b>	Linguagem e Comunicação
<b>MSI</b>	Missão para a Sociedade da Informação
<b>MV</b>	Matemática para a Vida
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais
<b>RVCC</b>	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
<b>SNRVCC</b>	Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
<b>PTE</b>	Plano Tecnológico da Educação
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>UNESCO</b>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

## Introdução

A última década do século XX foi marcada pelas novas oportunidades e desafios diante do processo da globalização. A década de 80 foi uma década determinante para a população portuguesa, nomeadamente, ao nível da educação, da formação e das tecnologias da informação, em consequência da adesão de Portugal à actual União Europeia e das reformas educativas introduzidas pela nova lei de bases.

As políticas e iniciativas para a educação e formação de adultos verificadas em Portugal, nas últimas duas décadas, reflectiam os baixos níveis de certificação escolar e profissional na população adulta. Esta preocupação com a educação e a formação de adultos levou ao desenvolvimento de soluções destinadas, principalmente a adultos pouco escolarizados e pouco qualificados profissionalmente, assim como à criação de um sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas pelos adultos, ao longo dos seus percursos de vida pessoal, social e profissional.

Este processo de certificar as competências adquiridas pelos adultos, ao longo da vida, fora do sistema educativo formal é, actualmente, uma realidade em Portugal. A implementação deste sistema iniciou-se, no fim da década de 90, com a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)<sup>1</sup>, entretanto já extinta.

Actualmente, este papel cabe aos Centros de Novas Oportunidades (CNO) que constituem uma rede de centros de norte a sul do país.

A ANEFA iniciou a construção de um Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos articulando a cultura escolar com as experiências e as competências adquiridas ao longo da vida, definindo quatro áreas de competências-chave articuladas entre si, a saber: Linguagem e Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Matemática para a Vida, e Cidadania e Empregabilidade.

---

<sup>1</sup> Decreto Lei nº 387/99, de 28 de Outubro, que define a natureza, as atribuições, a estrutura e o funcionamento da ANEFA.

Estamos a viver numa época de rápido desenvolvimento das tecnologias, nomeadamente, as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, esse progresso está a provocar mudanças enormes quer na organização da vida pessoal e profissional dos indivíduos quer na estruturação e organização das instituições e empresas. Como tal, as TIC contraem um papel preponderante sendo uma das quatro áreas de competência-chave definidas no referencial iniciado pela ANEFA.

## **Apresentação do estudo**

Hoje em dia fala-se, com frequência, das vantagens de se possuir conhecimentos e competências em TIC que, conseqüentemente, permitem catapultar os indivíduos para um plano de evidência, tornando-os privilegiados na sociedade actual. Estes conhecimentos e competências permitem aos indivíduos uma boa e independente projecção profissional.

De uma forma geral, todas as pessoas estão mais ou menos conscientes de que as suas próprias expectativas em relação à utilização do computador condicionam as suas atitudes e de que estas poderão provocar determinados efeitos a nível profissional: mudanças de atitudes que se manifestarão no comportamento e na melhoria da sua situação profissional.

Neste sentido, com o projecto de investigação pretende-se avaliar o impacto da aquisição de competências em TIC, por parte de adultos certificados pelo processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), entre os anos de 2001 e 2005, no centro de RVCC promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre (CFPP) do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

## **Justificação do interesse pela temática**

A escolha de um tema constitui um momento crucial para a concretização de um projecto de dissertação como aquele a que me proponho. Neste sentido, procurei conjugar a minha experiência profissional na área da informática e o facto de exercer a minha actividade profissional numa instituição onde existe um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) que foi dos primeiros a ser implementado no Alentejo, com vista a elaborar um projecto que

englobasse essas duas vertentes. Assim sendo as principais razões que motivaram este projecto são de ordem profissional e pessoal.

A minha proximidade diária com a educação e formação profissional de indivíduos (principalmente adultos) despertou a necessidade de conhecer mais de perto as motivações e os efeitos que a certificação de competências, sobretudo, na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem produzido na vida das pessoas.

### **Objectivos do estudo**

O impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação na vida dos adultos certificados através do processo de RVCC é a base de desenvolvimento deste trabalho de investigação. Neste sentido, a contemporaneidade dos temas abordados, o RVCC e a Sociedade de Informação, determinaram a pertinência da escolha do assunto susceptível de ser estudado no âmbito desta dissertação de mestrado.

Através da recolha de um conjunto de dados sobre os adultos certificados, através do processo RVCC, no território de intervenção do Centro de Formação Profissional de Portalegre do IEFP I.P., no período entre 2001 e 2005, procuraremos dar resposta á nossa questão de partida:

Quais os impactos da aquisição de competências em Tecnologias de Informação e Comunicação nos indivíduos envolvidos em processo RVCC (2001-2005) nos seus percursos pessoais e profissionais?

### **Estrutura do trabalho**

O primeiro e segundo capítulos desta dissertação, essencialmente teóricos, contêm a revisão da literatura, abordando os dois temas principais: o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e as Tecnologias de Informação e Comunicação.

No primeiro capítulo, aborda-se o contexto português em relação à educação e formação de adultos e a preocupação inerente à situação portuguesa a diferentes níveis: internacional, europeu e nacional, tendo por base o deficit de qualificações da população em Portugal, cerca de 3 milhões de portugueses não possuem a escolaridade mínima

obrigatória (INE, 2002); um breve enquadramento histórico do tema e da instituição pioneira em Portugal – a ANEFA; e alguns conceitos subjacentes ao processo e à Aprendizagem ao Longo da Vida.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre a Sociedade da Informação, a sua emergência, a situação portuguesa e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Focamos também, o papel das TIC na Educação e no RVCC.

O terceiro capítulo é dedicado à descrição da metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo e ao enquadramento geográfico e institucional da investigação. O primeiro ponto deste capítulo, é dedicado à descrição da metodologia, objectivos do estudo, natureza da investigação e instrumento de avaliação utilizado na obtenção dos dados em estudo. Apresentamos, no segundo ponto deste capítulo, o Centro de RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre, o seu enquadramento institucional e regional.

No quarto capítulo, é feita a apresentação e análise dos resultados obtidos através da aplicação dos questionários aos adultos certificados pelo processo RVCC e divulgado nesta dissertação. Este capítulo encontra-se dividido em dois pontos: o perfil dos participantes na investigação e a análise de resultados. No primeiro ponto é feita a análise do perfil da população em estudo. No segundo ponto deste capítulo, são apresentados os resultados, de forma descritiva, evidenciando-se os impactos das TIC nos adultos, no que diz respeito à utilização do computador e da Internet, segundo a dimensão pessoal, a dimensão profissional e a importância e influência atribuída ao processo de RVCC pelos adultos certificados.

Na análise dos resultados, recorreu-se, sempre que achámos relevante, ao cruzamento de variáveis, género, idade, concelho de residência, estado civil, situação profissional com as variáveis da dimensão das Tecnologias de Informação e Comunicação, designadamente, em relação ao local da utilização de computador e da Internet, e a finalidade da utilização da Internet, em dois momentos, antes e após o processo de RVCC. Por último, analisamos a importância e influência que os adultos atribuíram ao processo de RVCC em vários aspectos.

# **CAPÍTULO I – A Educação e Formação de Adultos e os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

## **1.1. O contexto português no final do século XX: a EFA**

A educação e formação de adultos em Portugal, em particular na segunda metade da década de 80, foram marcadas por dois acontecimentos importantes num mesmo ano: A lei de bases do sistema educativo<sup>2</sup> (LBSE) e a adesão de Portugal à, então, Comunidade Económica Europeia<sup>3</sup> (CEE).

A LBSE estabeleceu um marco relevante na evolução dos sistemas educativos e formativos, estabeleceu a escolaridade obrigatória até aos quinze anos de idade (artigo 6º), correspondendo a nove anos de escolaridade, e definiu para a educação de adultos duas ofertas, o ensino recorrente (artigo 20º) e a educação extra-escolar (artigo 23º). O ensino recorrente destinado aos “indivíduos que já não se encontravam na idade normal de frequência do ensino” e aos “que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação”. A educação extra-escolar é encarada como “educação permanente” destinada aos adultos que “abandonaram precocemente” ou que “não frequentaram o sistema regular de ensino” de forma a contribuir para uma “igualdade de oportunidades educativas e profissionais”, assim como, para a “eliminação do analfabetismo”.

---

<sup>2</sup> Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, que estabelece o quadro geral do sistema educativo português.

<sup>3</sup> Portugal é membro de facto da União Europeia (UE) desde 1 de Janeiro de 1986, após ter apresentado a sua candidatura de adesão a 28 de Março de 1977 e ter assinado o acordo de pré-adesão a 3 de Dezembro de 1980. O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor no dia 1 de Novembro de 1993, estabeleceu oficialmente o nome de União Europeia (UE) em substituição do de CEE. ([http://europa.eu/about-eu/eu-history/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm) acedido a 22/01/2011)

De realçar que, nesta lei, são já referidas os processos de educação com natureza formal e não formal:

A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal. (nº 4 do artigo 4º)

Portugal é membro de facto da União Europeia (UE) desde 1 de Janeiro de 1986, após ter apresentado a sua candidatura de adesão a 28 de Março de 1977 e ter assinado o acordo de pré-adesão a 3 de Dezembro de 1980.

A adesão de Portugal à então CEE, no dia 1 de Janeiro de 1986, trouxe muitos benefícios, nomeadamente, através dos fundos e programas estruturais destinados a financiar e a promover o desenvolvimento em diversas áreas, entre elas, a formação profissional e a educação.

No contexto europeu, o Livro Branco sobre Crescimento, Competitividade e Emprego (Comissão Europeia, 1993) surge como uma das iniciativas da União Europeia, segundo Costa (2008:50), incluídas numa perspectiva do “sistema educativo e do mercado de trabalho”, identificando claramente duas necessidades: “a flexibilização dos sistemas” de educação e formação e a “certificação de competências adquiridas em contextos não formais”.

Procura-se que Portugal atinja uma situação idêntica à dos restantes países da União Europeia contribuindo para a concretização do estipulado na Estratégia de Lisboa: transformar a UE

na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um desenvolvimento económico sustentável, com mais e melhores postos de trabalho e uma maior coesão social. (Conselho Europeu, 2000).

Nos anos 90, a população adulta portuguesa, segundo vários autores (Nico, 2011:31; Leitão, 2002:7; Amorim, 2006:24) é caracterizada por “baixos níveis de qualificação”. Conforme refere Alonso *et al* (2002:9), “Portugal é dos países que apresentam índices mais baixos”, não só ao nível escolar como também ao nível profissional. Alonso *et al* (2002: 9) justifica um “quadro social preocupante, no

contexto europeu”, com a existência de cerca de um quarto da população adulta, com um “nível de escolarização” inferior a 6 anos. Também Benavente (citado por Alonso *et al*:2002:9) reafirma a mesma situação:

Portugal tem níveis de literacia muito baixos, mas provavelmente níveis de certificação ainda mais baixos. As pessoas vão aprendendo no trabalho, na vida social, na vida cívica e nunca vêem creditados esses saberes (...). Tudo aquilo que as pessoas vão acumulando como saber não lhes é creditado para efeitos de certificação, de obtenção de diplomas. (1996:59)

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal regista, nos Censos de 1981, um baixo nível de escolarização: 27,4% da população não tinha qualquer nenhum nível de escolaridade e 47,6% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico (INE, 2001:5).

Esta realidade portuguesa originou uma nova inquietação. Segundo Alonso *et al* (2002:10), “a necessidade de reconhecer e validar competências adquiridas” ao longo da vida do adulto ajudando-o, conseqüentemente, na construção do “seu percurso de desenvolvimento profissional e pessoal”, assim como, na certificação das suas competências com vista à obtenção de emprego ou melhoria da sua situação profissional. Este autor menciona ainda que “qualquer pessoa, ao longo da vida”, tem o direito de lhe serem reconhecidas as suas competências e de lhe ser dada a hipótese de “retomar (...) o seu processo de educação/formação” podendo assim obter uma certificação (“diploma”) que comprove o seu desenvolvimento quer profissional quer escolar.

A nível internacional, esta situação tem sido tratada, nomeadamente pela UNESCO e pelo Conselho Europeu, como refere Nico (2011:39), principalmente a partir dos anos 80. É a partir desta altura que o conceito de “educação ao longo da vida” começa a ser mencionado e discutido na IV CONFINTEA (1985) e, especialmente, na V CONFINTEA (1997) conforme destaca Silvestre (citado por Nico, 2011), “(...) o conceito de Educação/Educação Permanente começa (...) a ser confundido mais com o conceito de educação ao longo da vida (ALV)”.

A V CONFINTEA, que decorreu em Hamburgo em 1997, constitui um marco importante na área da educação de adultos como afirma Nico “pelos documentos aí

produzidos”, nomeadamente a Declaração de Hamburgo, e “pelas propostas” apresentadas que lançaram a discussão duma nova visão da Educação de Adultos, transformando-a na Educação e Formação de Adultos, inserida num contexto de aprendizagem ao longo da vida. (2011:38)

O conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, como aponta Gomes (2006:14-15) é proposto pela primeira vez em 1996, e depois em 2000, respectivamente, pela UNESCO e pela Comissão Europeia (2000). Nico (2011:39) salienta que, em 1996, “todos os contextos podem ser de aprendizagem, o que nos remete para os contextos formais, não formais e informais”.

Segundo Cavaco (2008:71), a União Europeia, através das suas orientações políticas, teve uma significativa influência no “discurso” da V conferência da UNESCO (V Confinteia), expressas nos documentos da Comissão Europeia, nomeadamente, no livro de Jacques Delors, “Educação um Tesouro a Descobrir” (1996), considerando-o “o documento fundador desta nova orientação educativa designada por Aprendizagem ao longo da Vida”.

De acordo com a Comissão Europeia (2000:7), o papel da aprendizagem ao longo da vida é fundamental em diversas áreas, nomeadamente, na educação, na formação e no emprego.

## **1.2. Da ANEFA à ANQ: a evolução institucional**

No final da década de 90, são implementadas medidas no sentido de impulsionar a Educação e Formação de Adultos. Como afirma Nico:

Uma economia mais exigente, uma sociedade do conhecimento que exigia novas competências a par dos baixos níveis de qualificação da população adulta, exigia medidas de mudança. (2011:30)

Para Nico (2011:30), “a participação de Portugal na conferência de Hamburgo foi decisiva”, dando origem a uma série de medidas no sentido de contrariar a situação nacional e internacional constatada nessa mesma conferência:

Profundas mudanças estão em andamento em nível mundial e local. Elas se manifestam na globalização dos sistemas económicos, no desenvolvimento rápido da ciência e da tecnologia, na estrutura por idade, na mobilidade das populações e na emergência de uma sociedade fundada sobre a informação e o saber. O mundo é atingido igualmente por transformações profundas da estrutura do trabalho e do desemprego (...). Essas tendências repercutem no domínio da educação (...). UNESCO (1997:29)

Todas estas alterações, a nível mundial, em consequência do desenvolvimento de “novas tecnologias de informação e comunicação, da globalização (...)” e, num contexto europeu, da “construção europeia” como afirma Leitão (2002:7), são profundas e acontecem muito rapidamente colocando “grandes desafios à sociedade portuguesa”. Este autor relembra que “a situação da qualificação escolar e profissional da população portuguesa” é preocupante, face a dois aspectos daí resultantes, por um lado apesar da possível tendência de “estes desafios” levarem “a potenciar as características positivas”, por outro lado com certeza que “acentuarão as vulnerabilidades e fragilidades estruturais do país”.

Delors *et al* (1996:12) apontam a “educação ao longo da vida (...) como uma das chaves de acesso ao século XXI”, afirmando ainda que:

A educação deve, portanto, adaptar-se constantemente a essas mudanças da sociedade, sem negligenciar as vivências, os saberes básicos e os resultados da experiência humana. (1996:14)

A Comissão Europeia considera “essencial desenvolver sistemas de qualidade” que reconheçam e validem

a aprendizagem empírica (...). Estes sistemas avaliam e reconhecem no indivíduo os conhecimentos, as competências e a experiência adquirida durante longos períodos e em diversos contextos, incluindo situações de aprendizagem não-formal e informal. Os métodos utilizados podem evidenciar aptidões e competências que possam ter passado despercebidas aos próprios indivíduos (...). (2000:18)

No corolário da participação de Portugal, como já foi referido, na V CONFINTEA, conferência Mundial de Educação de Adultos promovida pela UNESCO, em 1997 na cidade de Hamburgo, foi criado um grupo de trabalho através do Despacho nº 10534/97, de 16 de Outubro, que recebeu a designação de Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Educação de Adultos, responsável pela produção de um

documento que definisse a estratégia para promover as medidas de implementação da Educação de Adultos em Portugal.

Em 1998, foi criado, através da Resolução do Conselho de Ministros nº92/98, de 14 de Julho, o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos (GMEFA) com a incumbência de determinar os fundamentos de uma nova oferta de educação-formação. Do trabalho desenvolvido pelo GMEFA destacamos o encetar do processo para a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA).

Nico (2011:74) destaca os três aspectos mais marcantes, que estiveram na base da criação da ANEFA:

a ausência de uma estratégia na Educação e Formação de Adultos; a rigidez do ensino formal prevalecente no Ensino Recorrente; o problema de baixos níveis de qualificação e de sub-certificação de adultos (...).

### **1.2.1. A ANEFA: a instituição pioneira**

A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) criada em 1999, através do Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro, constituída como “instituto público dotado de personalidade jurídica, com autonomia científica, técnica e administrativa”, sujeito à dupla tutela e superintendência do Ministérios da Educação (ME) e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS). Neste diploma aponta-se como “condição para a plena participação na sociedade” o crescimento “da educação e formação ao longo da vida” estabelecido com base na definição de Educação de Adultos da UNESCO, expressa na Declaração de Hamburgo:

(...) conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, através dos quais os adultos desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos, aperfeiçoam qualificações técnicas e profissionais e se orientam para satisfazer simultaneamente as suas próprias necessidades e as das suas sociedades.

Neste mesmo diploma destacamos ainda a óptica em que assenta “a estratégia para a educação e formação de adultos”, conforme expresso no decreto-lei:

Uma política de educação de adultos que visa, em simultâneo, corrigir um passado marcado pelo atraso neste domínio (...), ao mesmo tempo que asseguram a transição para a sociedade do conhecimento.

Ana Benavente (citada por Costa, 2005:17), em entrevista à revista “Saber Mais”, clarificou os objectivos preconizados para a ANEFA:

(...) esse projecto significa passar a barreira do som! Queremos reconhecer a cada adulto o direito a ver formalmente validados os seus saberes, o que significa um grande esforço prévio para definir as competências que são necessárias para o 6º ano, o 9º ano, o ensino secundário (...) Aquilo que se pede à educação e formação de adultos, hoje em dia, é ter respostas adequadas à diversidade de situações e poder responder a grupos-alvo prioritários (...) Tudo isto é realmente um grande desafio, sobretudo se tivermos em conta que, segundo a nossa concepção de educação e formação de adultos, em todas as instituições, em todos os espaços sociais, desde as autarquias, às empresas, às associações culturais, recreativas, de carácter educativo, pode e deve haver essa oferta. Portanto, entendemos esta Agência não como um organismo que vem criar novas formas de organização, mas que vem, sobretudo, animar, incentivar, coordenar aquilo que corresponderá, cada vez mais, a uma dinâmica social. (Benavente, 1999:5-6)

No âmbito da missão da ANEFA, Nico (2011:75) identifica 3 medidas desenvolvidas na área de educação e formação de adultos:

- a) o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
- b) a Oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos (OEFA); c) a Produção e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Para Lima (citado por Cavaco, 2008:103) “as diferenças (...) entre a ANEFA decretada e a ANEFA imaginada e proposta inicialmente são muito significativas”, a vários níveis: estruturais, de competências e de recursos, refere ainda que “a criação da ANEFA ocorreu, paradoxalmente, à margem de uma política de desenvolvimento da educação de adultos”.

Apesar das expectativas colocadas e da enorme influência da ANEFA na área da Educação e Formação de Adultos, em 2002, após um curto período de existência, a

ANEFA foi extinta através do Decreto-Lei nº 208/2002<sup>4</sup>, de 17 de Outubro, sendo sucedida pela Direcção Geral da Formação Vocacional (DGFV).

### **1.2.2. A sucessora da ANEFA: a DGFV**

Esta alteração institucional, de ANEFA para DGFV, trouxe também outras alterações, nomeadamente, como refere Cavaco (2008:104), não se tratou apenas de uma mudança na designação de um organismo, mas de mudanças de política governativa, a “(...) alteração da designação indiciava uma outra perspectiva política”, neste diploma, o decreto-lei nº 208/2002, não se menciona a “política de educação de adultos”, aparecendo em seu lugar uma referência à “política de formação vocacional”, aplicada a dois públicos: os jovens e os adultos, como se pode ler no mesmo diploma:

A integração entre a educação e a formação a cargo do Ministério da Educação, a formação vocacional, implica que nele se crie um novo organismo, capaz de uma actuação transversal na concretização dos objectivos de qualificação, ao longo da vida, dos jovens e adultos. Este novo organismo sucede, por efeito da presente lei, à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, que é extinta.

Segundo Nico (2011:32), as competências da ANEFA são transferidas para a DGFV, mas neste período de vigência deste novo organismo verifica-se “um novo vazio em termos das acções na educação e formação de adultos, este interregno é reconhecido por Melo (citado por Nico, 2005:38) ao escrever:

(...) nunca a educação de adultos foi prioridade na agenda política de governantes quer em Monarquia quer em República, quer em regime ditatorial ou democrático (...) um dispositivo eficaz e coerente para desincentivar e impedir as pessoas adultas, e muito especialmente as mais necessitadas, de aceder à aprendizagem básica ou continua.

### **1.2.3. A era das Novas Oportunidades: a ANQ**

A DGFV foi substituída pela Agência Nacional para a Qualificação I.P. (ANQ), cujo estrutura orgânica foi criada e aprovada pelo Decreto-Lei nº 276-C/2007, de 31 de

---

<sup>4</sup> Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro, que estabelece a Lei orgânica do Ministério da Educação.

Julho. Actualmente, a ANQ designa-se por Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional<sup>5</sup> (ANQEP).

### **1.3. Aprendizagem ao Longo da Vida**

A partir do final dos anos 90, surge uma nova alteração na orientação da política educativa, conforme afirma Cavaco (2008:46), “a aprendizagem ao longo da vida”. É da responsabilidade da Comunidade Europeia a transmissão desta nova linha de pensamento directora da política educativa, é manifestada através dos seus documentos o Livro Branco da Educação e Formação e o Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida, baseada nos seguintes pressupostos, conforme expresso pelo Conselho Europeu (2000):

Os sistemas educativo e de formação europeus necessitam de ser adaptados não só às exigências da sociedade do conhecimento como também à necessidade de um maior nível e qualidade do emprego.

Neste contexto, o Conselho Europeu (2000), considerou quatro áreas chave de intervenção:

– melhorar a empregabilidade e reduzir as lacunas de formação (...); – conferir uma maior prioridade à aprendizagem ao longo da vida (...); – aumentar o emprego nos serviços; – promover todos os aspectos da igualdade de oportunidades.

Na sequência da V Conferência da UNESCO, conforme evoca Cavaco (2008:71), a aprendizagem ao longo da vida marca um ponto de viragem em relação ao preconizado nas conferências anteriores, destacando-se algumas mudanças de conceitos, passa-se a usar: “aprendizagem ao longo da vida” em vez de “educação permanente”, “educação e formação de adultos quando antes apenas se falava em educação de adultos” e “competências” no lugar de “saberes e conhecimentos”.

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de Fevereiro, que “cria e aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), organismo sob a tutela conjunta dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência, em articulação com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, em conformidade com a missão e atribuições que lhe são cometidas pela Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência”.

O Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida da responsabilidade da Comissão Europeia, no âmbito da Estratégia europeia de Emprego, adopta uma definição do conceito, entendendo e considerando a Aprendizagem ao Longo da Vida como

(...) toda a actividade da aprendizagem ao longo da vida, com o objectivo de melhorar os conhecimentos, as qualificações e as competências numa perspectiva pessoal, cívica, social e/ou relacionada com o emprego. (2001:41)

**A aprendizagem ao longo da vida** deixou de ser apenas uma componente da educação e da formação, **devendo tornar-se o princípio orientador** da oferta e da participação num contínuo de aprendizagem, independentemente do contexto. (2000:3)

No contexto marcado pela lógica da Aprendizagem ao Longo da Vida, Cavaco (2008:81) defende “uma aprendizagem desde que se nasce até que se morre” e a Comissão Europeia (2000:12), no Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, refere que “os conhecimentos, as competências e as percepções” que aprendemos “quando crianças e jovens” em diferentes ambientes devem ser consolidados na “vida adulta” num “contínuo ininterrupto”. Também Nico *et al* (2010:1), consideram importante esta aprendizagem obtida em diferentes momentos e em contextos não formais e informais, referindo a sua importância, de “pela primeira vez”, serem reconhecidos e valorizados através da sua certificação.

Os contextos de aprendizagem (formal, não formal e informal) são caracterizados pela Comissão Europeia (2000:9) da seguinte forma:

**Aprendizagem formal:** decorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos.

**Aprendizagem não-formal:** decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. A aprendizagem não-formal pode ocorrer no local de trabalho e através de actividades de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos). Pode ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (aulas de arte, música e desporto ou ensino privado de preparação para exames).

**Aprendizagem informal:** é um acompanhamento natural da vida quotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e não-formal, este tipo de aprendizagem não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões.

Rico (2009:59) aponta a actual conjuntura europeia como determinante para que a aprendizagem ao longo da vida seja vista como um processo contínuo, onde “a motivação e os interesses dos sujeitos terão que ter eco no mesmo processo de aprendizagem”. Para a concretização do processo de aprendizagem destaca a sua dependência da vontade dos indivíduos em querer ou não aprender, do sucesso ou não das suas primeiras experiências de aprendizagem e da existência ou não de um reconhecimento dos conhecimentos, das aptidões e das competências adquiridas ao longo da vida em diferentes contextos.

Na actual sociedade do conhecimento, conforme Rico (2009:61) refere, estamos perante um modelo centrado no conceito de competência, determinante na evolução da estrutura laboral e social, capaz de concretizar as expectativas dos indivíduos no reconhecimento e validação dos saberes e conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida em diferentes momentos e contextos, quer não formais quer informais.

Como advoga Pires (citado por Nico, 2011:50), o conceito de competência pode assumir “diferentes significados e tem vindo a ser utilizado em diferentes domínios disciplinares...”.

Para o domínio das Ciências da Educação e no da Formação, Nico (2011:50) emprega o mesmo conceito de competência, aquele que é definido no Dicionário de Pedagogia em que “ter uma competência é possuir um saber ou uma habilidade de uma qualidade reconhecida, num domínio definido”.

No sentido de tornar visíveis o reconhecimento e a validação das experiências, dos conhecimentos e das competências adquiridas ao longo da vida em determinados momentos e em diferentes situações de aprendizagem não formal e informal Rico (2009:65) considera importante o desenvolvimento e promoção de sistemas de qualidade vocacionados para a validação dessas aprendizagens, mesmo que adquiridas em diferentes contextos, tanto ao nível escolar como profissional.

Em Portugal foi definido um Referencial de Competências-Chave, da autoria de Alonso *et al* (2002:5), sob a responsabilidade da ANEFA, onde se determinam um conjunto de competências “essenciais e valiosas na nossa sociedade do conhecimento e da globalização” agrupadas em quatro domínios ou áreas de competência, idem (2005:15): linguagem e comunicação (LC), matemática para a vida (MV), tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e cidadania e empregabilidade (CE), como se mostra na figura que se segue:

**Figura 1 – Domínios de competência**



Fonte: adaptado de ANEFA, 2002:16

Este Referencial de Competências-Chave serve de orientação para o reconhecimento, a validação e a certificação de competências com equivalência escolar (num primeiro momento de Nível Básico e de Nível Secundário a partir da iniciativa das novas oportunidades) dando assim resposta à necessidade de qualificar os adultos que não tenham completado a escolaridade de nível básico ou de nível secundário. Este processo de RVCC permite aos adultos a concretização do reconhecimento, validação e certificação das suas competências adquiridas através das suas experiências de vida em diferentes momentos e situações.

Como refere Vieira (2010:9), o modelo clássico escolar é diferente do modelo utilizado no processo de RVCC. O modelo instituído pelo processo de RVCC, considera que “os processos de aprendizagem e a experiência pessoal” são solidários entre si e ocorrem ao longo da vida dos adultos. Toda esta aprendizagem e experiências diversificadas dos adultos devem ser reconhecidas e validadas tendo em vista a sua certificação e a conseqüente integração social.

Presentemente, o processo de RVCC faz parte das ofertas formativas dos Centros de Novas Oportunidades (CNO), onde se continua a privilegiar a aprendizagem ao longo da vida nos contextos não formais e informais, assim como em contextos formais.

#### **1.4. O processo do RVCC**

Portugal dispõe de um Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, desde 2000. Um dos projectos incumbidos à ANEFA (Decreto-lei nº387/99) consistiu na concepção do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas pela população adulta portuguesa, através de uma estrutura composta por uma rede de Centros da responsabilidade de várias entidades públicas e privadas. Uma das premissas para a criação da ANEFA baseava-se na necessidade da elevação dos níveis educativos e profissionais com base nos modelos e metodologias da Educação e Formação de Adultos.

Esta finalidade da ANEFA foi desenvolvida de duas maneiras distintas mas complementares, por um lado através da criação de uma estrutura de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida por vias informais e não formais, ou através de uma oferta formativa organizada em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA). Além destas duas situações, também foram implementadas as acções S@ber Mais.

No entanto, a criação de uma rede nacional de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC), fomentou o desenvolvimento e a promoção do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, ficou assegurada legalmente em 2001, com a publicação da Portaria nº

1082-A/2001, de 5 de Setembro (entretanto rectificada pela Portaria nº 286-A/2002, de 15 de Março). O SNRVCC, da responsabilidade da ANEFA, ao nível da sua concepção e organização, servia de complemento aos sistemas de educação e formação já existentes e foi estruturado com base num “referencial de competências chave de educação e formação de adultos da ANEFA” e do “regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros RVCC”.

Em Portugal, conforme já referimos anteriormente, um dos factores que originou a criação do SNRVCC, e posterior iniciativa das novas oportunidades (INO), foi o baixo nível de qualificações, escolares e profissionais da população.

Simultaneamente, o elevado índice de abandono escolar originou um grande número de jovens sub-qualificados a ingressar no mercado de trabalho, contribuindo para o aumento das debilidades do mercado de trabalho português, colocando graves “problemas à competitividade nacional e à qualidade do emprego, bem como à sua sustentabilidade no médio prazo”. (Portaria nº1082-A/2001)

Neste contexto, todos os cidadãos devem ter a oportunidade de,

a par do reforço da oferta de educação e formação de adultos e, conseqüentemente, das oportunidades de obtenção de certificação escolar e qualificação profissional por via formal, deva também ser dada a oportunidade a todos os cidadãos, e em particular aos adultos menos escolarizados e aos activos empregados e desempregados, de verem reconhecidos, validados e certificados os conhecimentos e as competências que foram adquirindo por via não formal ou informal, em diferentes contextos de vida e de trabalho, e, ainda, em inúmeras acções de formação realizadas nos mais diversos domínios e com as mais diversas durações, designadamente no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio (...). (Portaria nº1082-A/2001)

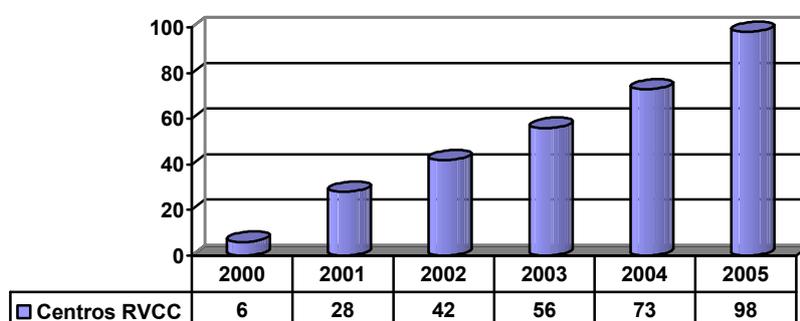
#### **1.4.1. Os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC)**

É através da Portaria nº 1082-A/2001, de 5 de Setembro, que se compõe a rede nacional de centros de RVCC, promovidos por entidades públicas ou privadas, concretizando-se assim este novo serviço, o SNRVCC, já projectado pela ANEFA, promovendo a educação e formação de adultos em Portugal, através da aplicação de

metodologias de reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida, com vista à obtenção de uma certificação escolar e a melhoria das suas qualificações profissionais.

No seguimento desta Portaria, pretendia-se uma rede nacional com a criação de oitenta e quatro Centros RVCC até 2006, cujo funcionamento era organizado a partir de três eixos essenciais: o eixo do reconhecimento de competências, o eixo da validação de competências e o eixo da certificação de competências.

**Gráfico 1 – Evolução do número de Centros RVCC até 2005**



Fonte: adaptado de Agência Nacional para a Qualificação I.P., Setembro de 2010

A construção da rede nacional de Centros RVCC iniciou-se em 2000, com os primeiros seis Centros RVCC, aumentando gradualmente, vinte e dois Centros em 2001, e mantendo um ritmo de catorze por ano desde 2002 até 2006.

# **CAPÍTULO II – As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**

## **2.1. A Sociedade da Informação**

Nas duas últimas décadas do século XX, verificaram-se profundas transformações na sociedade, fruto da rápida evolução tecnológica, afectando a organização da própria sociedade no geral e, particularmente, o acesso à informação, ao conhecimento e à aprendizagem. (Pires, 2002:18)

A sociedade contemporânea vive uma fase de grandes mudanças a todos os níveis: económico, político, social, profissional, cultural e educativo. Estamos perante novos desafios que nos conduzem a uma melhor e mais rápida preparação, para conseguirmos acompanhar todo este frenesim,

Uma das abordagens mais correntes considera que a transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial é uma mudança ainda mais radical do que foi a passagem da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial. Em particular, prevê-se que, na sociedade pós-industrial, não serão nem a energia nem a força muscular que liderarão a evolução, mas sim o domínio da informação. Nesta óptica, os sistemas da sociedade, humanos ou organizacionais, são basicamente pensados como sistemas de informação. (MSI, 1997: 9)

A informação surge como um elemento fundamental da sociedade. Para Castells (1999:21), as transformações tecnológicas estão centradas nas tecnologias de informação. Daí, a designação de Sociedade da Informação. O advento da sociedade da informação traz consigo uma série de mudanças e transformações que influenciaram (e influenciam) todos os níveis da sociedade. Sousa considera que:

Uma das causas dessa impressionante evolução foi, sem dúvida, o direccionamento da Informática, para o utilizador, através (...) aplicações em ambiente gráfico, mais fáceis de entender e com muito maiores potencialidades de trabalho, (...) hoje em dia utilizadas por milhões de pessoas. (1997: 195)

Entretanto o desenvolvimento e a diversificação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) levaram à expansão da chamada “sociedade da informação” colocando uma série de novas questões, para alguns encaradas como um conjunto de facilidades e para outros de desafios.

Este novo modelo de sociedade, convencionado nos novos quadros de desenvolvimento tecnológico, económico, político, social e cultural, decorre do processo de globalização no qual se baseiam as relações económicas, políticas, sociais e culturais estabelecidas entre os países. Conforme refere Pires (2002:17), “a nossa forma de viver está a ser afectada por uma profunda reestruturação”.

## **2.2. A emergência da Sociedade de Informação**

Nos últimos anos assistimos a enormes transformações na nossa sociedade, na forma como os indivíduos, as empresas e o Estado interagem entre si. Todas estas transformações decorrem da evolução da tecnologia cujo ritmo é verdadeiramente alucinante. Novas tecnologias surgem acarretando impactos notáveis na sociedade.

De acordo com Castells (1999:49), desde o final do século XX que vivemos num período singular na história, caracterizado por transformações que se desenrolam à volta da tecnologia da informação. Este autor inclui nas tecnologias de informação “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrónica, computação (software e hardware), telecomunicações/radiodifusão, e optoelectrónica”, assim como a “engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimento e aplicações. Contudo, considera que o “cerne da transformação que estamos vivendo na revolução actual refere-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação”, cuja designação comumente utilizada é a de tecnologias da informação e comunicação ou, simplesmente, TIC. Contudo, este autor, considera a Internet como o representante supremo da tecnologia.

As tecnologias da informação e comunicação “invadiram as nossas casas, locais de trabalho e de lazer”, segundo MSI (1997: 9), são utilizadas “para as comunicações pessoais e de trabalho”, como ferramentas úteis para a realização de tarefas como “o

processamento de textos e de informação sistematizada”, além de permitir o acesso “a bases de dados e à informação distribuída nas redes electrónicas digitais”.

Para Sousa (1997: 195) “nenhuma outra ciência, técnica ou área evoluiu tão rapidamente como as Tecnologias de Informação...”.

O seu uso e aplicação generalizada nos “equipamentos do dia a dia, em casa, no escritório, na fábrica, nos transportes, na educação e na saúde”, como referido em MSI (1997: 9) conferem-lhe, cada vez mais, um papel preponderante na sociedade actual.

Todavia, Gouveia (2004) considera que “não é a tecnologia (...) o elemento crucial, mas sim o que esta pode potenciar nas relações entre pessoas e pessoas e organizações”.

Vivemos rodeados, no nosso dia-a-dia, por manifestações da Sociedade da Informação. Os fundamentos destas mudanças encontram-se no desenvolvimento das comunicações, das redes de informação e das tecnologias de informação, segundo Ponte (2000):

Todas as épocas têm as suas técnicas próprias que se afirmam como produto e também como factor de mudança social. (...) Hoje em dia, as tecnologias de informação e comunicação representam uma força determinante do processo de mudança social, surgindo como a trave-mestra de um novo tipo de sociedade, a Sociedade de Informação.

Estamos perante uma nova sociedade, a sociedade pós industrial, em que “o domínio da informação” é apontado, no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, como sendo o factor decisivo e radical nesta evolução “da sociedade industrial para a sociedade pós industrial.”

Esta nova sociedade, designada por Sociedade da Informação ou, conforme defende Castells, “Sociedade em Rede”, caracteriza-se pela ideia de que as tecnologias de informação e comunicação e os seus conteúdos são significativos nesta evolução social, económica e cultural das sociedades actuais.

Castells (1999:50) sublinha, como principal característica deste período de evolução, por ele designado por “revolução tecnológica, (...) a aplicação desses

conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos”, contrariando a ideia de que a principal característica deste novo tipo de sociedade, não está centrada no papel marcante do conhecimento e da informação, porque, o conhecimento e a informação foram fundamentais para as sociedades.

Tal como diz este autor, a novidade reside nas tecnologias da informação, utilizadas hoje em dia, que possibilitam agir sobre a informação, ao contrário do que acontecia até então, em que a informação agia sobre a tecnologia.

Este conceito para Gouveia (2004), resume-se a um facto, o vínculo existente entre a informação e a sociedade baseia-se nas “...Tecnologias de Informação e Comunicação...”, considerando a informação “como o elemento central de toda a actividade humana”.

Estas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, económicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação. (Gouveia, 2004)

No Livro Verde faz-se referência a este novo tipo de sociedade como sendo:

(...) um modo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais. MSI (1997, 9)

A Sociedade de Informação, conforme descrita por Gouveia,

(...) está baseada nas tecnologias de informação e comunicação que envolvem a aquisição, o armazenamento, o processamento e a distribuição da informação por meios electrónicos, como a rádio, a televisão, telefone e computadores, entre outros. (2004)

Este novo tipo de sociedade, Sociedade da Informação, além das transformações sociais positivas, também origina, segundo Saragoça (2009:17), impactos sociais negativos como resultado da propagação das novas tecnologias a todas as áreas da nossa vida. A forma desigual como estes impactos afectam os indivíduos, conforme a sua categoria social, por exemplo, os mais desfavorecidos económica, social e

culturalmente, colocando-os em risco de exclusão social em relação ao uso das tecnologias da informação e comunicação, nomeadamente, o computador e a Internet.

A Europa revelou a sua preocupação para este tema, “A Sociedade da Informação”, através do Livro Branco<sup>6</sup> sobre “Crescimento, Competitividade, Emprego – Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”. Neste livro, encontramos a seguinte afirmação:

A Europa dispõe do know-how e da experiência indispensáveis para a implementação de um espaço comum da informação. Contudo, importa ainda mobilizar estas potencialidades num esforço comum e criar um enquadramento político que permita pôr em prática, o mais brevemente possível, as acções necessárias.

### **2.3. A sociedade da Informação em Portugal**

Com a criação da Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação e a formação da Equipa de Missão, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/96, DR. nº 69, II Série, de 21 de Março de 1996, o Governo português reconhece a emergência da Sociedade de Informação. Desta iniciativa, destacamos o seguinte objectivo:

a) Promover um amplo debate nacional sobre o tema Sociedade da Informação, tendo em vista a elaboração de um Livro Verde que, nomeadamente, contenha propostas de medidas a curto, médio e longo prazos, a ser presente à Assembleia da República;

Em 1997, foi lançado o “Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal”<sup>7</sup> pela equipa da Missão para a Sociedade da Informação no âmbito da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação.

---

<sup>6</sup> O "livro branco" da Comissão sobre crescimento, competitividade e emprego, que foi publicado em Dezembro de 1993, apresentou as primeiras indicações acerca das medidas a adoptar para a realização de uma "sociedade da informação europeia". Dedicou toda uma secção à sociedade da informação. Consultado em [http://ec.europa.eu/publications/archives/booklets/move/06/txt\\_pt.htm#ch5](http://ec.europa.eu/publications/archives/booklets/move/06/txt_pt.htm#ch5) no dia 15/05/2011 às 22:35.

<sup>7</sup> O “Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal” foi aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 17 de Abril e apresentado na Assembleia da República no dia 30 de Abril de 1997.

O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal estabeleceu o ponto de partida fundamental, tendo sido uma referência para o desenvolvimento de políticas nesta área. Para Mariano Gago, “O Livro Verde quer-se contributo catalisador de acções futuras, fermento mobilizador e referência de trabalho”, MSI (1997: 6).

Neste livro, evidenciam-se alguns dos contributos positivos que podem advir da Sociedade de Informação:

(...) melhoria do bem-estar dos cidadãos, (...) a inovação no ensino e na formação profissional, o acesso ao saber, o desenvolvimento de novas actividades económicas e o aumento da oferta de emprego (...). MSI (1997, 8)

Reconhecem-se também “as consequências do fenómeno da info-exclusão”, em termos económicos, educacionais e culturais, e os riscos de exclusão de parte significativa da população portuguesa em consequência da “existência de barreiras de acesso à Sociedade da Informação”. MSI (1997, 8)

Os autores do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal assumem que:

Este Livro Verde pretende ser uma reflexão estratégica para a definição de um caminho de implantação da Sociedade da Informação em Portugal, numa perspectiva transversal, centrada nas suas manifestações nos múltiplos domínios da vida colectiva e da organização do Estado, e subordinada a preocupações de estímulo à criatividade, à inovação, à capacidade de realização, ao equilíbrio social, à democraticidade de acesso, à protecção dos carenciados e dos que apresentam deficiências físicas ou mentais.

Das medidas apresentadas no Livro Verde, destacamos:

- i. Assegurar a democraticidade da Sociedade da Informação;
- ii. Dinamizar a acção estratégica e selectiva do Estado;
- iii. Alargar e melhorar o saber disponível e as formas de aprendizagem;
- iv. Organizar a transição para a economia digital;
- v. Promover a investigação e desenvolvimento na sociedade da informação;

- vi. Garantir formas de regulação jurídica democrática do processo de transição.

## 2.4. Tecnologias de Informação e Comunicação

Um novo sistema tecnológico, conforme defende Castells (1999: 58), propagou-se por todo o mundo a um ritmo acelerado, permitindo interligar todo o planeta nos anos 90, tendo este sistema iniciado a sua estrutura somente na década de 70.

Porém, este autor considera que houve uma sequência histórica das novas tecnologias da informação, ainda antes dos anos 40, mas “foi durante a Segunda Guerra Mundial e no período seguinte” que ocorreram “as principais descobertas tecnológicas em electrónica”, considerando-as como responsáveis pela “Revolução da Tecnologia da Informação no século XX”, foram elas: o computador, o transistor e os seus sucessores (o chip e o circuito integrado).

Contudo, advoga que a divulgação e desenvolvimento das novas tecnologias da informação só ocorreu na década de 70, quando o preço dos componentes electrónicos utilizados nos computadores (circuitos integrados) baixou consideravelmente e o advento do microprocessador em 1971 revolucionou o mundo da electrónica, conforme relata Castells:

Então, o movimento acelerou-se na década de 60: à medida que a tecnologia de fabricação progrediu e se conseguia melhorar o *design* dos *chips* com o auxílio de computadores, usando dispositivos microelectrónicos mais rápidos e mais avançados, o preço médio de um circuito integrado caiu de US\$ 50 em 1962 para US\$ 1 em 1971.

O avanço gigantesco na difusão da microelectrónica em todas as máquinas ocorreu em 1971, quando o engenheiro da Intel, Ted Hoff (...), inventou o microprocessador, que é o computador em um único *chip*. (1999: 59)

Mas a grande revolução informática aconteceu principalmente na década de 90, de acordo com Sousa:

Tendo em conta que o primeiro computador electrónico surgiu apenas há 51 anos (...) a grande revolução da Informática tem se desenvolvido, principalmente, nestes últimos 10 anos. (1997: 195)

Paralelamente ao software, o hardware, nomeadamente a concepção de microprocessadores de alta performance, atingiu níveis verdadeiramente incríveis. (...) Também as unidades de armazenamento de informação passaram por um grande desenvolvimento. (1997: 195)

Também Castells considera a década de 90 como um período decisivo na era dos computadores, concretamente refere, “aos avanços na microelectrónica e em software, termos de somar grandes saltos na evolução da capacidade de formação de redes”. Para este desenvolvimento de redes de computadores contribuíram os avanços quer das telecomunicações, assim como, das “tecnologias de integração de computadores em rede” surgidos durante os anos 70. (1999: 62)

Aos avanços das tecnologias da informação, desde o desenvolvimento de novos dispositivos microelectrónicos e o aumento das capacidades dos computadores, Castles destaca ainda, a evolução das telecomunicações, associada às novas tecnologias de transmissão (a transmissão por fibra óptica, por satélite, por microondas), como responsáveis pela evolução tecnológica dos anos 90, originando uma nova forma de comunicação, a Internet. (1999: 63-64)

Para Ponte (2000), “estas tecnologias não se limitam à vida das empresas. Elas invadiram o nosso quotidiano.”

(...) as Tecnologias de Informação tornaram-se uma realidade inerente à vida de todos nós. Das grandes multinacionais às pequenas empresas, das instituições públicas ao ensino e na nossa própria casa, termos com Informática, Computador, Internet e Multimédia, entre tantos outros, invadiram o nosso vocabulário e, acima de tudo, as nossas tarefas do dia-a-dia, transformando-se em instrumentos fundamentais de trabalho. (Sousa, 1997, pág. XI)

## **2.5. As TIC na Educação**

O início da era das Tecnologias de Informação (TI), no final do século XX, conduziu à implementação de reformas educativas nos sistemas escolares. Esta situação incidiu, essencialmente, na utilização e exploração dos meios informáticos. As TI são usadas há vários anos no ensino, de acordo com Ponte (1994:5) tiveram um maior desenvolvimento “no início da década de oitenta”, através do

aparecimento dos computadores pessoais e a sua divulgação entre largas camadas da população. Em todos os países desenvolvidos se começa, muito rapidamente, a colocar a questão da sua integração nos sistemas educativos. (...) Assim, em meados da década existe na Comunidade Europeia um ambiente muito favorável à introdução de tecnologias de informação na educação, sendo tomadas iniciativas diversas para estimular o intercâmbio entre países e apoiar os decisores políticos.

Também em Portugal se regista uma adesão e furor com a informática que, como refere Ponte (1994:5), “no início dos anos 80 tinha chegado ao grande público através da via dos jogos e dos pequenos computadores domésticos da geração Sinclair Spectrum”. Surgem nesta altura várias “propostas para a introdução das tecnologias de informação nos ensino básico e secundário”. O Ministério da Educação, através do Prof. João de Deus Pinheiro, escolhe uma dessas propostas que ficou conhecida por Projecto MINERVA.

No Livro Verde para a Sociedade da Informação, MSI (1997:44), fala-se do papel da escola e dos professores perante a sociedade da informação considerando que “a educação deve facultar a todos a possibilidade de terem ao seu dispor” a informação, cabendo ao sistema educativo “fornecer, a todos, meios para dominar a proliferação de informações, de as seleccionar e hierarquizar, com espírito crítico, preparando-os para lidarem com uma quantidade enorme de informação que poderá ser efémera e instantânea”. Uma das prioridades apontadas consistia “na generalização da utilização dos computadores e no acesso às redes” por todos “os alunos de todos os graus de ensino”.

Delors (1996:27) recomenda que, tendo em conta o impacto que as TIC podem ter na reforma do Sistema Educativo,

Os sistemas educacionais devem fornecer respostas para os múltiplos desafios da sociedade da informação, na perspectiva de um enriquecimento contínuo dos saberes e do exercício de uma cidadania adaptada às exigências do nosso tempo.

A inclusão das TIC no sistema educativo deve constituir-se ao nível dos desafios que se colocam à reorganização da escola e do currículo. Para Ponte (1994) as tecnologias de informação

vieram para ficar. A escola não tem possibilidade de fugir à sua influência. O grande problema é saber qual deverá ser a sua função e qual a melhor estratégia para a sua integração nas actividades educativas.

Nestes últimos anos assistimos ao lançamento de várias iniciativas com vista à inclusão das TI no sistema educativo português, dessas iniciativas destacamos, entre outras, o Projecto Minerva, o Programa Nónio e o Plano Tecnológico para a Educação.

### **2.5.1. O Projecto Minerva**

Na década de 80, com o surgimento do Projecto MINERVA<sup>8</sup> (Meios Informáticos no Ensino, Racionalização, Valorização, Actualização), conforme indica Ponte (1994:6), dá-se o início das políticas tecnológicas da educação. O desenvolvimento deste projecto caracterizou-se basicamente em três momentos, “lançamento, expansão e encerramento”, tendo decorrido entre 1985 e 1994. De acordo com o despacho ministerial que o oficializou,

A quantidade de informação que actualmente se produz aumenta permanentemente, num processo que tende a intensificar-se (...). A dinâmica de mudança produzida pela revolução tecnológica augura sistemas socioeconómicos caracterizados pela deslocação frequente e normal da força de trabalho. (...) Se o sistema de ensino falhar na sua função de encarar frontalmente este desafio, a incapacidade de competir nos mercados mundiais e o desemprego depressa conduzirão ao caos social e ao desastre económico.

(...) A opção pela introdução das tecnologias da informação como auxiliares de ensino (...) não se compadece, no entanto, com improvisos, ausência de realismo ou entusiasmos fáceis, quer na perspectiva segundo a qual se encaram as novas tecnologias da informação, quer na forma como se aborda a sua introdução no subsistema não superior. (...)

O intuito fundamental do Projecto MINERVA é promover a introdução racionalizada dos meios informáticos no ensino, num esforço que permita valorizar activamente o próprio sistema educativo, em todas as suas componentes, e que comporte uma dinâmica de permanente reavaliação e actualização das soluções ensaiadas.

---

<sup>8</sup> O Projecto MINERVA foi criado pelo Despacho ministerial 206/ME/85 de 31 de Outubro de 1985.

Os grandes objectivos deste projecto, definidos no Despacho ministerial que o criou, conforme indica Ponte (1994:6), são os seguintes:

(a) a inclusão do ensino das tecnologias de informação nos planos curriculares, (b) o uso das tecnologias de informação como meios auxiliares do ensino das outras disciplinas escolares, e (c) a formação de orientadores, formadores e professores. Incluem-se na esfera de actuação do projecto todos os níveis de escolaridade, do pré-escolar ao 12º ano, e valoriza-se a utilização curricular das tecnologias de informação em todas as disciplinas (gerais e vocacionais), em detrimento da criação de novas disciplinas específicas destinadas ao ensino directo da informática e das suas aplicações.

Este projecto foi a primeira iniciativa financiada pelo Ministério da Educação e, conforme relatado em MSI (1997:45), teve um papel relevante na introdução das novas tecnologias e no desenvolvimento de experiências e políticas de TI no ensino em Portugal. Abrangendo vários aspectos relacionados com as tecnologias de informação, designadamente:

apetrechamento informático das escolas, formação de professores e de formadores de professores; desenvolvimento de software educativo; promoção da investigação no âmbito da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação nos Ensinos Básico e Secundário.

A introdução das tecnologias de informação no sistema educativo era um dos principais aspectos a que o Projecto MINERVA se propunha alcançar, adoptando a maior parte da sua actividade, genericamente, as seguintes opções como reporta Ponte (1994:11):

- encarar as tecnologias de informação como um instrumento educativo importante para todos os níveis de ensino, incluindo o primário;
- não favorecer a criação duma disciplina específica para o ensino das tecnologias de informação;
- não privilegiar as disciplinas de natureza vocacional;
- não considerar a informática como uma área à parte, excepto no ensino secundário, nos cursos com ela mais directamente relacionados;
- manter uma forma de funcionamento descentralizado, de tipo rede;

- encorajar uma grande ligação entre as escolas dos diversos níveis de ensino e os estabelecimentos de ensino superior.

De acordo com MSI (1997:45) foram desenvolvidas actividades no âmbito do projecto envolvendo muitos alunos e professores, utilizando os “computadores como ferramentas de aprendizagem, quer a nível disciplinar e interdisciplinar, na sala de aula e em clubes ou laboratórios de informática”, através da exploração de diferentes tipos de software como “processadores de texto, folhas de cálculo, bases de dados, desenho assistido por computador, edição electrónica” e “software educativo”.

Segundo Ponte (1994:5) “foi um grande projecto de âmbito nacional”, envolvendo várias entidades (universidades, institutos politécnicos e escolas de todos os níveis de ensino), com uma actividade muito rica e profundamente multifacetada.

Não obstante a ideia inicial “de que a sua actividade se iria basear na utilização de software educativo”, Ponte (1994:12) refere que,

relativamente ao papel educacional do computador, ele é marcado de forma decisiva pela ideia da utilização do computador como ferramenta.

A ideia do computador como ferramenta nas mãos do aluno, e não como instrumento didáctico, conduz de forma natural à valorização de actividades de projecto, muitas das quais de forte cunho interdisciplinar e realizadas tanto na sala de aula como em espaços alternativos de aprendizagem. (...)

O computador pode estar ao serviço de diversas perspectivas pedagógicas. (...) é entendido como um instrumento que deve:

- permitir a pesquisa e gestão da informação;
- auxiliar professores e alunos no tratamento dessa informação;
- colocar e resolver problemas e desafios;
- estimular a descoberta.

Ele é visto como uma ferramenta que, em vez de constituir necessariamente o centro das atenções, está disponível para permanente utilização ao lado de outros materiais de ensino.

A introdução de meios informáticos no sistema educativo é assim vista sobretudo como susceptível de “enriquecer as estratégias pedagógicas do professor e estimular, em diversos contextos educativos, metodologias mais incentivadoras da actividade, da participação, da colaboração, da iniciativa e da criatividade... [sendo um] sustentáculo de novas estratégias dentro da escola (na agregação de interesses dentro de grupos disciplinares, no suporte a iniciativas transdisciplinares e na ligação da escola com outras escolas e com a realidade social, económica e natural circundantes)

Numa apreciação final Ponte (1994:53-54) afirma que o projecto ficou a meio caminho no seu objectivo de introduzir as TIC nas escolas, apesar de se cumprir a maior parte das suas finalidades, a integração das TIC não chegou a ser cumprida na totalidade. Avaliando a importância do projecto, este autor sintetiza-a da seguinte maneira:

Ao longo destes nove últimos anos, pela acção e reflexão que têm suscitado, as tecnologias de informação têm sido em Portugal um factor muito significativo de transformação da escola. É uma experiência, cujo balanço geral é sem dúvida positivo, a reclamar uma adequada continuação.

A importância do Projecto Minerva foi também reconhecida no Despacho ministerial que criou o Programa Nónio, onde se destaca como conclusão e recomendação

a necessidade de, entendendo as tecnologias como meios facilitadores e potenciadores de processos de ensino e aprendizagem, concretizar uma estratégia integrada de introdução das tecnologias de informação e comunicação na educação, com incidência científica e pedagógica.

### **2.5.2. O Programa Nónio – Século XXI**

Após a extinção do Projecto Minerva, foi lançado em finais de 1996 o Programa Nónio<sup>9</sup> – Século XXI (Programa de Tecnologias da Informação e da Comunicação na

---

<sup>9</sup> O Programa Nónio – Século XXI foi uma iniciativa do Ministério da Educação lançada através do Despacho 232/ME/96 de 4 de Outubro de 1996 tendo terminado em finais de 2002. Este programa foi coordenado pelo então DAPP (Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento), que mais tarde passou para GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo).

Educação), que procurou recuperar e ampliar a experiência do projecto anterior, dando continuidade ao trabalho iniciado e desenvolvido por ele – a introdução de meios informáticos no ensino, e pretendendo responder às novas exigências e desafios da sociedade de informação, incidindo em dois domínios:

- as tecnologias multimédia
- e as redes de comunicação.

Conforme descrito no despacho ministerial, a sua finalidade era a de apoiar e adaptar o desenvolvimento das escolas às novas exigências colocadas pela Sociedade de Informação: infra-estruturas, novos conhecimentos e novas práticas. O seu desenvolvimento é concretizado no âmbito das escolas dos ensinos básico e secundário, apoiado por instituições vocacionadas para o efeito, nomeadamente as instituições de ensino superior. Como tal, destinou-se à “produção, aplicação e utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação no sistema educativo” visando:

- a) A melhoria das condições em que funciona a escola e o sucesso do processo ensino-aprendizagem;
- b) A qualidade e a modernização da administração do sistema educativo;
- c) O desenvolvimento do mercado nacional de criação e edição de software para educação com finalidades pedagógico-didácticos e de gestão;
- d) A contribuição do sistema educativo para o desenvolvimento de uma sociedade de informação mais reflexiva e participada.

Apresentava os seguintes objectivos específicos:

- a) Apetrechar com equipamento multimédia as escolas dos ensinos básico e secundário e acompanhar com formação adequada, inicial e contínua, os respectivos docentes visando a plena utilização e desenvolvimento do potencial instalado;
- b) Apoiar o desenvolvimento de projectos de escolas em parceria com instituições especialmente vocacionadas para o efeito, promovendo a sua viabilidade e sustentabilidade;
- c) Incentivar e apoiar a criação de software educativo e dinamizar o mercado de edição;

d) Promover a introdução e generalização no sistema das tecnologias de informação e comunicação resultantes das dinâmicas referidas em b) e c), que permitam satisfazer as necessidades e garantam o desenvolvimento do sistema educativo;

e) Promover a disseminação e intercâmbio, nacional e internacional, de informação sobre educação, através nomeadamente da ligação em rede e do apoio à realização de congressos, simpósios, seminários e outras reuniões com carácter científico-pedagógico.

O programa foi estruturado em quatro subprogramas para o desenvolvimento dos seus objectivos:

i) Aplicação e desenvolvimento das TIC no sistema educativo – apetrechamento das escolas e promoção da sua articulação em rede, sustentada pelos Centros de Competência;

ii) Formação de professores em Tecnologias de Informação e Comunicação – através do programa FOCO;

iii) Criação e desenvolvimento de software educativo – realização de concursos, incentivo do mercado editorial, promoção de casos positivos;

iv) Difusão da informação e cooperação internacional, nomeadamente com os parceiros da UE, Brasil e PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) – apoio à realização de congressos sobre as TIC em Portugal e participação de professores portugueses em congressos internacionais.

A estrutura deste programa assentava em Centros de Competência, num total de 27 Centros de Competência criados por todo o país, em diversas entidades ligadas à educação, nomeadamente, instituições do ensino superior e centros de formação de professores. Alves (2006:9) refere que estes centros, acreditados em 1997 e 1998, foram criados como

promotores de reflexão, estudo e investigação de temas concretos e utilização das tecnologias de informação e comunicação, bem como de apoio à preparação e ao desenvolvimento dos projectos específicos apresentados pelas escolas.

No âmbito do Programa Nónio foram desenvolvidas várias iniciativas, conforme indica Alves (2006:9)

a partir de projectos financiados pelo ME, elaborados e desenvolvidos pelas escolas, em parceria e com o acompanhamento de um Centro de Competência, da escolha da própria escola.

O Nónio esteve ligado a vários projectos nacionais e internacionais. A nível nacional, Alves (2006:11) destaca,

a realização de dois Concursos Nacionais de Projectos de Aplicação das TIC na Educação permitiu, entre 1997 e 2001, o financiamento de 430 projectos e o envolvimento de cerca de 760 escolas, de todos os níveis de ensino.

Além das actividades nacionais, destacam-se também, os projectos de cooperação internacional, nos quais o Nónio assumiu o papel de representante de diversas iniciativas promovidas pela UE, nomeadamente, *A European Schoolnet* (EUN), segundo descreve Alves (2006:13),

é um consórcio de Ministérios da Educação Europeus e da Comissão Europeia, que se pretende constituir como a rede das redes das escolas europeias. Disponibiliza um portal educativo que permite aceder a informação sobre conteúdos pedagógicos, e políticas, estratégias e práticas escolares adoptadas. Permite, também, a promoção de inovações tecnológicas e fornece um suporte à comunicação entre escolas.

No âmbito do EUN foram desenvolvidas várias iniciativas, tendo-se destacado algumas, entre as quais apresentamos as seguintes:

- A “Rede Nacional de Escolas Inovadoras” (ENIS - European Network of Innovative Schools) – É uma rede de escolas inovadoras de vários países europeus, que assumem as TIC como uma realidade natural do seu quotidiano;
- A “Primavera na Europa” – É uma iniciativa da Comissão Europeia, integrando várias redes nacionais em Portugal;
- O *Netd@ys* – É uma iniciativa da Comissão Europeia para promover os novos media (multimédia, Internet, videoconferência, meios audiovisuais) na área da educação e cultura.

A concretização dos projectos, no âmbito do programa Nónio, conforme Alves (2006:14) conclui:

permitiu um renovado investimento em equipamento informático, formação docente, produção de software educativo, criação de páginas e de materiais educativos, participação em redes de comunicação e integração das TIC no quotidiano das escolas.

Apesar da grande importância que tiveram estes dois projectos, o Projecto MINERVA e o Programa Nónio – Século XXI, não foram os únicos que tiveram como preocupação a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação na escola portuguesa. Outras iniciativas foram criadas com o mesmo objectivo, designadamente as seguintes:

- O projecto IVA (Informática para a Vida Activa) – 1990;
- O projecto FORJA (Fornecimento de Equipamentos, Suportes Lógicos e Acções de Formação de Professores) – 1993;
- A EDUTIC (Unidade para o desenvolvimento das TIC na educação) – 1995;
- O Programa Internet na Escola (PIE) – 1997;
- O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal – 1997;
- A Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) – 1997;
- A Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa (uARTE) – 1997;
- A Iniciativa Internet – 2000;
- A Iniciativa Nacional para a Banda larga – 2003;
- O CRIE - Computadores, Redes e Internet na escola – 2005;
- A iniciativa Ligar Portugal – 2005;
- O Plano Tecnológico para a Educação – 2007;
- A Iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis – 2006;
- As e.Iniciativas (e.Escolas, e.Professor e e.Oportunidades) – 2007;
- A iniciativa e.Escolinha – 2008;
- Aprender e Inovar com Tic – 2010.

### **2.5.3. Plano Tecnológico da Educação**

A educação foi um dos principais eixos estratégicos do Plano Tecnológico<sup>10</sup> aprovado em 2005. Em 2006, no seguimento desta filosofia, foi lançado o Plano Tecnológico da Educação (PTE)<sup>11</sup> e foi aprovado em 2007. O PTE visava a difusão do acesso e da utilização das tecnologias de informação e da comunicação na educação e nas escolas:

É essencial valorizar e modernizar a escola, criar as condições físicas que favoreçam o sucesso escolar dos alunos e consolidar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) enquanto ferramenta básica para aprender e ensinar nesta nova era.

Na Resolução que aprovou o Plano está previsto a renovação das escolas através da modernização tecnológica das escolas.

A integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem e nos sistemas de gestão da escola é condição essencial para a construção da escola do futuro e para o sucesso escolar das novas gerações de Portugueses.

Assim, a modernização das escolas passa pelo seu apetrechamento com um conjunto de equipamentos informáticos apropriados, tendo em vista uma melhoria de aprendizagem e ensino nas escolas básicas e secundárias, bem como da gestão escolar:

- a) As escolas mantêm uma relação desigual com as TIC. É necessário reforçar e actualizar o parque informático na maioria das escolas portuguesas, aumentar a velocidade de ligação à Internet e construir redes de área local estruturadas e eficientes;
- b) As TIC necessitam de ser plena e transversalmente integradas nos processos de ensino e de aprendizagem, o que implica reforçar a infra -estrutura informática, bem como desenvolver uma estratégia coerente para a disponibilização de conteúdos educativos digitais e para a oferta de formação e de certificação de competências TIC dos professores;

---

<sup>10</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005 de 24 de Novembro que aprova o Plano Tecnológico.

<sup>11</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007 de 18 de Setembro que aprova o Plano Tecnológico da Educação (PTE).

c) As escolas necessitam de um modelo adequado de digitalização de processos que garanta a eficiência da gestão escolar.

O objectivo estratégico do PTE é “colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados na modernização tecnológica do ensino em 2010”. Este programa incide em três eixos de acção: tecnologia, conteúdos e formação. Neste sentido, o Plano prevê o desenvolvimento de um conjunto de projectos fundamentais (ver Tabela 1) com a finalidade de responder de forma positiva à necessidade de modernização das escolas portuguesas, no que diz respeito à utilização de tecnologias no ensino.

Ao nível tecnológico, “a insuficiência das infra-estruturas de TIC constitui o principal factor inibidor da utilização de tecnologia no ensino”. Neste sentido, o Plano pretende aumentar e requalificar o parque informático (computadores, videoprojectores, impressoras e quadros interactivos), aumentar a velocidade de acesso à Internet, melhorar as estruturas das redes locais, a segurança nas escolas e o apoio técnico especializado.

No domínio dos conteúdos, o Plano procura implementar um conjunto de medidas “inibidoras de modernização”, nomeadamente, “a baixa utilização de conteúdos e de aplicações”, o “número limitado de funcionalidades disponibilizadas pelas plataformas colaborativas” e a “reduzida utilização das TIC na gestão operacional nas escolas”. Nesse contexto, pretende aumentar a disponibilização de conteúdos digitais, de ferramentas e materiais pedagógicos através do desenvolvimento da produção de conteúdos digitais, de plataformas de partilha de conhecimento (e-learning), de plataformas electrónicas de apoio à gestão administrativa e escolar e, ainda, do incentivo da utilização do correio electrónico (e-mail).

No âmbito das competências TIC, o “deficit de competências em TIC é apontado como uma das principais barreiras à utilização da tecnologia nas escolas” portuguesas, como tal, o Plano considera importante a formação de professores e alunos através da criação de módulos de formação em TIC para docentes e a criação das disciplinas de introdução às TIC, procurando assim “dar uma resposta clara” na área das competências, nomeadamente, à “utilização das TIC nos métodos de ensino e aprendizagem”, ao aumento da “utilização pedagógica das TIC” na formação de

docentes e à “certificação e valorização profissional de competências TIC de docentes e alunos”.

**Tabela 1 – Principiais Projectos implementados no âmbito do Plano Tecnológico da Educação (2007-2010)**

<i>Eixos de actuação</i>		
	Projecto	Conceitos
Tecnológico		Aumentar o parque de equipamentos informáticos das salas de aula, com vista a permitir práticas pedagógicas mais inovadoras e interactivas
		Escolas ligadas à Internet em banda larga de alta velocidade
		Promover o acesso ubíquo à Internet em todas as salas de aula e em todos os espaços escolares
		Reforçar a segurança das escolas, dissuadindo contra intrusões, furtos, roubos e actos de vandalismo
Conteúdos		Sítio de referência das escolas em Portugal, para partilha de recursos educativos digitais, ensino a distância, comunicação, trabalho colaborativo e acesso a serviços de apoio à gestão escolar
		Sistema de informação robusto, modular e escalável, assente em plataforma web e numa infra-estrutura orientada a serviços, que permita desmaterializar e simplificar os processos relacionados com a gestão da educação
Formação		Programa de formação e certificação de competências TIC modular, sequencial e disciplinarmente orientado
		Formação em contexto real de trabalho dos alunos dos cursos profissionais TIC em empresas tecnológicas de referência nacionais e internacionais
		Criação de centros de formação de empresas tecnológicas nas escolas, com o objectivo de reforçar as competências e a empregabilidade dos aluno
Transversal		Garantir que as escolas dispõem de apoio técnico especializado na gestão das infra-estruturas TIC
		Permitir aos professores e aos alunos dos ensinos básico e secundário, bem como aos adultos inscritos no programa Novas Oportunidades, aceder a computadores portáteis e a ligação à Internet em banda larga
		Garantir acesso dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico a computadores pessoais com conteúdos educativos

Fonte: Site do PTE acedido em <http://www.pte.gov.pt/pte/PT/Projectos/index.htm> em 30/3/2012.

O Plano Tecnológico da Educação contemplou um conjunto de metas, a atingir entre 2007 e 2010, servindo de apoio e acompanhamento das medidas executadas no âmbito da política do Plano, das quais se destacam as seguintes:

Atingir o rácio de dois alunos por computador com ligação à Internet em 2010;

Garantir em todas as escolas o acesso à Internet em banda larga de alta velocidade de pelo menos 48 Mbps em 2010;

Assegurar que, em 2010, docentes e alunos utilizam TIC em pelo menos 25 % das aulas;

Massificar a utilização de meios de comunicação electrónicos, disponibilizando endereços de correio electrónico a 100 % de alunos e docentes já em 2010;

Assegurar que, em 2010, 90 % dos docentes vêm as suas competências TIC certificadas;

Certificar 50 % dos alunos em TIC até 2010.

## **2.6. As TIC no RVCC**

O Referencial de Competências-Chave para o nível básico está organizado em três níveis designados por: B1, B2 e B3. Estes três níveis equivalem ao 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. O referencial caracteriza-se ainda por estar dividido em quatro áreas de competência-chave designadas por: Linguagem e Comunicação (LC), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Matemática para a Vida (MV) e Cidadania e Empregabilidade (CE). Alonso *et al* (2002)

O Referencial de Competências-Chave para o nível Secundário abrange as áreas: Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC), Cultura, Língua, Comunicação (CLC), e por fim, Cidadania e Profissionalidade (CP). DGFV (2006)

O Referencial de Competências-Chave para o nível básico, conforme apresentado por Alonso *et al* (2002),

foi concebido como um instrumento devidamente fundamentado, coerente e válido para a reflexão, para a tomada de decisões e para a avaliação da educação e formação de adultos em Portugal, podendo vir a desempenhar a tripla função de: (a) quadro

orientador para o reconhecimento e validação das competências de vida; (b) base para o ‘desenho curricular’ de educação e formação de adultos assente em competências-chave; (c) guia para a concepção da formação de agentes de educação e formação de adultos.

Segundo Alonso *et al* (2002:5), a inclusão de uma área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no referencial, é justificada através do “crescente papel que as tecnologias desempenham nos tempos actuais, em todos os campos de actividade, nas mais variadas profissões e, em geral no dia a dia das pessoas”. Hoje em dia todos nós interagimos com as mais diversas tecnologias. Dos electrodomésticos aos equipamentos de trabalho, passando pelos relógios, calculadoras, telemóveis até às ferramentas tecnológicas utilizadas para desempenhar uma actividade profissional e, segundo Ávila (2005:476), as TIC, “enquanto competência-chave (...) passam pela capacidade de utilizar novas tecnologias, como o computador pessoal ou o telemóvel”.

Para Alonso *et al* (2002:55), apesar de considerar que “Vivemos na Sociedade da Informação”, ainda existem dificuldades em fazer “uso da informação disponível para se chegar ao conhecimento”. Por conseguinte, ao nível das competências, é necessário considerar e reconhecer a emergência de novas competências: “o domínio da tecnologia; o acesso à informação; o processamento da informação; a produção de informação”.

Contudo, de acordo com Ávila (2005:477), as competências-chave na área das TIC caracterizam-se por necessitarem de outras competências, “em particular a literacia”, na

aquisição de competências no âmbito das Tecnologias da Informação e da Comunicação, estas, por sua vez, constituem uma ferramenta que introduz novas formas de comunicação, de escrita, de organização da informação e também de cálculo, sendo por isso utilizadas, nos processos de RVCC, em todas as restantes áreas de competências.

Das competências adquiridas ao longo da vida, Ávila (2005:478) destaca duas situações. Por um lado, quase todos os adultos adquiriram as suas primeiras competências, nas áreas de Linguagem e Comunicação e Matemática para a Vida, na escola enquanto poucos são aqueles que detêm competências, na área das Tecnologias

da Informação e da Comunicação, ou porque ainda não tiveram oportunidade de contactar com elas ou “tendo tido alguma experiência, possam, à luz dos padrões actuais, ver as suas competências serem consideradas obsoletas”.

Face a esta situação, “de quase absoluta ausência de competências por parte de muitos indivíduos”, no domínio das TIC, Ávila (2005:479) indica a necessidade de “assegurar a aquisição, de raiz, das competências em falta”. Nesta perspectiva, as competências TIC podem ser adquiridas através da frequência de cursos de formação específicos ou, no caso dos adultos terem já adquirido competências, em contexto formal, não formal ou informal, de lhes serem reconhecidas as competências adquiridas e de lhes proporcionarem acesso à “formação necessária para a aquisição das competências em falta”.

No referencial de competências-chave a definição dos perfis em TIC, de acordo com Alonso *et al* (2002:55), “foi considerado adequada a definição de competências e sua explicitação, para um contexto de aprendizagem associado ao conhecimento e uso do computador pessoal” apesar da “complexidade” resultante da “diversidade de tecnologias e aplicações que existem e que existirão no futuro”.

Nos perfis de competência que se apresentam, as referências que se fazem a equipamento e sistemas informáticos devem sempre ser entendidas num contexto tecnológico próximo do computador pessoal (personal computer/PC). No entanto, as especificações que se fazem e as sugestões de actividades apresentadas devem ser consideradas como ilustração daquilo que é possível fazer e não como aquilo que tem de ser feito. Por essa razão, indicam-se, quando possível outros exemplos de contextos de vida e experiências diversificadas, sempre com a preocupação de tornar o processo flexível e criativo. Idem (2002:56)

No domínio das TIC, os referenciais são constituídos por uma listagem das competências mais importantes na área das TIC (ver Tabela 2). Existem 3 referenciais, um para cada nível (B1, B2 e B3) e cada um deles está dividido em 4 unidades de competências (A, B, C e D). Alonso *et al* (2002)

**Tabela 2 – Referencial de Competências–Chave para as TIC**

<i>Nível</i>	<b>Unidades de Competências</b>
1  equivalente ao 1º Ciclo do Ensino Básico	A Operar, em segurança, equipamento tecnológico diverso, usado no cotidiano.
	B Realizar, em segurança, operações várias no computador.
	C Utilizar as funções básicas de um programa de processamento de texto.
	D Usar a Internet para obter informação.
2  equivalente ao 2º Ciclo do Ensino Básico	A Operar, em segurança, equipamento tecnológico diverso.
	B Realizar, em segurança, operações várias no computador.
	C Utilizar um programa de processamento de texto.
	D Usar a Internet para obter e transmitir informação.
3  equivalente ao 3º Ciclo do Ensino Básico	A Operar, em segurança, equipamento tecnológico, designadamente o computador.
	B Utilizar uma aplicação de folhas de cálculo.
	C Utilizar um programa de processamento de texto e de apresentação de informação.
	D Usar a Internet para obter, transmitir e publicar informação.

Fonte: Referencial de Competências-Chave

## CAPÍTULO III – METODOLOGIA

### 3.1. Metodologia de investigação

A escolha da metodologia para esta investigação teve em conta o assunto em estudo, a sua essência, a sua grandeza, os objectivos do investigador e a sua participação, como membro colaborador, num grupo de investigação, de políticas educativas, territórios e instituições, da Universidade de Évora.

#### 3.1.1. O projecto global de investigação – as Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo

O investigador, na qualidade de membro colaborador do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora, faz parte da equipa do projecto de investigação científica denominado “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”, motivo pela qual esta investigação insere-se no âmbito geral deste projecto.

O projecto de investigação “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo” tem como finalidade determinar

os impactos pessoais, profissionais e sociais do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no universo de 2969 indivíduos que, em toda a região Alentejo (no período 2000-2005), viram certificadas as suas competências e, em consequência, alterados os respectivos níveis de escolaridade<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> CIEP, Projecto “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”, disponível em [http://www.petitcl.ciep.uevora.pt/projectos/novas\\_nupcias](http://www.petitcl.ciep.uevora.pt/projectos/novas_nupcias), acedido a 12/01/2012

### **3.1.1.1. O universo das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo**

O universo compreende os adultos certificados em todo o Alentejo, no período de 2000 a 2005, em 6 centros RVCC promovidos pelas seguintes entidades: Centro de Formação Profissional de Portalegre (IEFP), ESDIME, Fundação Alentejo, Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Associação Rota do Guadiana e Associação Terras Dentro.

### **3.1.1.2. A natureza da investigação global**

A investigação do projecto Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo é de natureza descritiva baseando-se num estudo quantitativo utilizando como instrumento, o inquérito por questionário, para aplicação a todo o universo, constituído por 2969 indivíduos em toda a região do Alentejo.

Por sua vez, o desenvolvimento da análise de resultados basear-se-á em leituras quantitativas e qualitativas, em duas dimensões, uma global correspondendo a toda a região em estudo, o Alentejo, e uma outra parcial, como é referido na página da Internet do projecto<sup>13</sup>:

i) de âmbito territorial de acordo com as divisões administrativas e geográficas existentes na região Alentejo (distritos, concelhos e freguesias); ii) de âmbito institucional, nas organizações em que se verifique um número significativo de indivíduos que tenham efectuado o processo RVCC; iii) de âmbito familiar, nas famílias em que um número significativo dos seus membros tenha realizado o processo RVCC.

### **3.1.1.3. A construção e validação do instrumento de recolha de dados**

O instrumento de investigação, denominado por Questionário das Novas Qualificações (QNQ), desenvolvido e validado pela equipa do projecto das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo, consistiu num inquérito por questionário. A finalidade deste instrumento é a de permitir a recolha de dados dos indivíduos do universo considerado para o projecto das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo.

---

<sup>13</sup> Página na Internet das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo disponível em [http://www.petit-cl.ciep.uevora.pt/projectos/novas\\_nupcias/](http://www.petit-cl.ciep.uevora.pt/projectos/novas_nupcias/), acedida a 05/02/2012

O processo de construção e validação desenrolou-se em várias etapas. Foi construída uma primeira versão do QNQ, tendo por base um conjunto de conversas exploratórias com técnicos, profissionais e adultos certificados. Além destas conversas, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, às experiências pessoais dos membros do CIEP e a outros inquiridos testados.

Para concretizar o processo de validação a primeira versão do QNQ foi submetida a um painel de especialistas. Depois, deste primeiro momento, procedeu-se à sua aplicação a uma pequena amostra de indivíduos. Após este teste, o instrumento foi aferido dando origem à versão final do QNQ.

#### **3.1.1.4. A aplicação do instrumento de investigação no Alentejo**

A aplicação do questionário foi efectuada pela equipa do projecto das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo, do Centro de Investigação em Educação e Psicologia (CIEP) da Universidade de Évora, entre Agosto e Setembro de 2011, sendo administrados indirectamente aos inquiridos. Os questionários (Anexo 2) foram remetidos por via postal, acompanhados por uma carta de apresentação e por um envelope sem franquia – RSF (Resposta Sem Franquia), para a devolução do questionário, após o seu preenchimento, sem qualquer tipo de custos para os inquiridos.

#### **3.1.2. O projecto de investigação**

O estudo apresentado nesta dissertação de mestrado é uma investigação que tem como território de intervenção os concelhos da área de influência do centro RVCC promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre, do IEFP (Figura 6).

Este trabalho de investigação insere-se num projecto global, de âmbito regional, o projecto das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo, e como tal desenvolveu-se de forma integrada com os objectivos deste projecto global. Neste contexto, este estudo partilha vários pressupostos definidos no projecto global, nomeadamente, a natureza, o tipo de estudo e o instrumento de investigação.

### **3.1.2.1. Os objectivos do estudo**

Com esta investigação, pretende-se descrever, analisar e compreender os impactos, num grupo de adultos participantes do processo RVCC no Centro de Formação Profissional de Portalegre, em relação à aquisição de competências na área das Tecnologias de Informação e Comunicação e a sua actividade profissional, a sua vida pessoal, familiar e social, através dum estudo descritivo.

### **3.1.2.2. A população**

A população alvo do nosso estudo é constituída por todos os adultos, num total de 218, que obtiveram certificação com equivalência escolar no 1º, 2º e/ou 3º ciclo do ensino básico através do processo de RVCC, desenvolvido no Centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre, no período compreendido entre 2001 e 2005.

### **3.1.2.3. A amostra**

A amostra é constituída por 93 adultos que obtiveram certificação com equivalência escolar até ao 3º ciclo do nível básico no âmbito do processo de RVCC, entre 2001 e 2005, no Centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre.

Neste estudo, a amostra é composta por 93 sujeitos (respondentes), que preencheram e devolveram os questionários, correspondendo a adultos certificados no Centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre até 2005, oriundos dos vários concelhos inseridos na área de influência do Centro RVCC (Tabela 3) que responderam voluntariamente, numa das duas fases da aplicação do questionário.

**Tabela 3 – Distribuição dos adultos da amostra pelos concelhos de residência (2011-2012)**

<i>Concelho de Residência</i>	<i>Frequência Absoluta (N)</i>	<i>Frequência Relativa (%)</i>
Alter do Chão	1	1,1
Arronches	1	1,1
Campo Maior	4	4,3
Castelo de Vide	3	3,2
Crato	4	4,3
Elvas	17	18,3
Fronteira	5	5,4
Marvão	11	11,8
Nisa	2	2,2
Ponte de Sor	2	2,2
Portalegre	43	46,2
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

### **3.1.3. O instrumento – inquérito por questionário**

A construção e a validação do instrumento, como referido anteriormente, foram efectuadas pela equipa de investigação do projecto das Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo. No entanto, o investigador como membro colaborador desse projecto, participou na concepção de parte do questionário, concretamente, na elaboração de um conjunto de questões relacionadas com as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Esse conjunto de questões foi submetido a um painel de especialistas composto pela Doutora Isabel Fialho, docente na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, pela Doutora Luísa Carvalho, docente na Escola Superior de Educação de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre e pela Doutora Lurdes Pratas Nico, Técnica Superior na Direcção Regional de Educação do Alentejo e docente na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

Após a sua apreciação e validação, foram incluídas no questionário um conjunto de questões com o objectivo de complementar a sua abrangência, na dimensão das Tecnologias da Informação e Comunicação. As questões têm como finalidade recolher dados que permitam caracterizar o percurso individual dos adultos antes do processo RVCC e após a sua conclusão, na mencionada dimensão.

A estrutura do questionário resume-se em três partes:

- i. a caracterização actual do indivíduo;
- ii. a caracterização do percurso individual durante o processo;
- iii. e a caracterização do percurso individual, antes e depois do processo RVCC, na dimensão académica, na profissional, na aprendizagem ao longo da vida e na dimensão das Tecnologias de Informação e Comunicação.

De realçar, mais uma vez, que o instrumento foi aplicado, em toda a região do Alentejo, aos 2969 indivíduos do universo de estudo do projecto Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo, entre os quais os 218 sujeitos da população desta investigação, correspondentes à sub região do Alto Alentejo.

A aplicação do questionário, com administração indirecta aos inquiridos, permitiu recolher informação através da apresentação de um conjunto de questões direccionadas aos sujeitos da amostra.

Para tal, utilizam-se conjuntos de questões relativas à:

- i. caracterização do adulto na actualidade (sexo, ano de nascimento, concelho de residência, estado civil, número de filhos, habilitações escolares, se estuda, qual o nível de escolaridade e a modalidade frequentada);
- ii. à caracterização do percurso individual do adulto durante o processo RVCC (se necessitou de formação complementar e em que áreas necessitou, nomeadamente, na área das Tecnologias de Informação e Comunicação e qual a situação face ao emprego);
- iii. e à caracterização do adulto certificado, em relação à dimensão das Tecnologias de Informação e Comunicação, antes e depois de obter a certificação pelo processo RVCC (se possuía computador e/ou utilizava a Internet antes do processo RVCC, se actualmente possui computador

e/ou utiliza a Internet, onde utilizava/utiliza o computador e a Internet e para que fins utilizava/utiliza o computador e a Internet).

### 3.1.4. A recolha de dados

Os questionários foram distribuídos aos sujeitos em dois momentos distintos, primeiro foram enviados por via postal e depois entregues por portador. Em ambas as situações de distribuição dos questionários, a sua administração foi indirecta, portanto, sendo preenchidos pelos inquiridos sem a participação do investigador.

No entanto, confrontados com a baixa taxa de resposta, 15,6% em termos globais e 16,1% em termos reais (Tabela 4), obtida após a devolução dos questionários, optámos por abordar directamente os indivíduos, com vista a aumentar a taxa de resposta dos inquiridos, para obtermos uma amostra representativa da população. Esta abordagem foi feita durante a segunda metade do mês de Janeiro e a primeira metade do mês de Fevereiro de 2012. Os questionários foram distribuídos aleatoriamente, através de portador, sendo entregues directamente aos indivíduos, que reconheceram não ter devolvido o questionário por envelope RSF, na primeira fase. Conforme a data combinada na altura da distribuição, procedeu-se à sua recolha, após terem sido preenchidos pelos próprios inquiridos. Nesta segunda fase, não foram contactados a totalidade dos indivíduos.

**Tabela 4 – Taxa de resposta – primeira fase de distribuição de questionários – Agosto de 2011**

<i>População</i>	<i>Nº de questionários</i>			<b>Taxa de Resposta</b>	
	Enviados	Recebidos	Devolvidos (morada errada)	Global (%)	Real (%)
<b>Total</b>	218	34	7	15,6%	16,1%

Fonte: CIEP, Questionário das Novas Qualificações (aplicado em 2011)

Os questionários obtidos na segunda fase, foram posteriormente enviados pelo investigador, para o CIEP afim de serem registados os dados dos questionários, na respectiva base de dados da investigação global. Os dados constantes nesta base de dados foram filtrados, sendo posteriormente devolvidos ao investigador, somente os relativos ao centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre. Nesta

operação de codificação, registo e extracção de dados utilizou-se um programa de processamento estatístico, o SPSS Statistics (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 17.0 for Windows.

O investigador, depois de ter em sua posse a base de dados parcial, extraiu os dados através do programa SPSS e a representação gráfica no programa *Microsoft Office Excel 2003*.

Neste contexto, a taxa de resposta do questionário aos adultos certificados, após a segunda fase de distribuição e devolução, foi de 42,7% em termos globais e 46,3% em termos reais (Tabela 5). Neste último caso, foram excluídos os questionários devolvidos ao remetente por morada errada e/ou incompleta, conforme se apresenta na tabela seguinte:

**Tabela 5 – Taxa de resposta – após a segunda fase de distribuição – Janeiro e Fevereiro de 2012**

<i>População</i>	<i>Nº de questionários</i>			<b>Taxa de Resposta</b>	
	Enviados/ entregues	Obtidos	Devolvidos (morada errada)	Global (%)	Real (%)
<b>Total</b>	218	93	20	42,7%	46,3%

Fonte: CIEP, Questionário das Novas Qualificações (aplicado em 2011-2012)

## **3.2. O território geográfico e institucional de investigação**

### **3.2.1. Enquadramento territorial – O Alto Alentejo, o espaço de intervenção do projecto**

Para fins estatísticos (INE, 2002:45), o território português está dividido em 3 grandes unidades territoriais, as NUTS I (Figura 2), Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Por sua vez, a NUTS I – Portugal divide-se em 5 regiões, as NUTS II e 28 sub-regiões, as NUTS III. Para fins administrativos, o território nacional, divide-se em 308 concelhos e 4241 freguesias.

**Figura 2 – Unidades territoriais de Portugal – NUTS**



Fonte: Adaptado de INE, em 2011

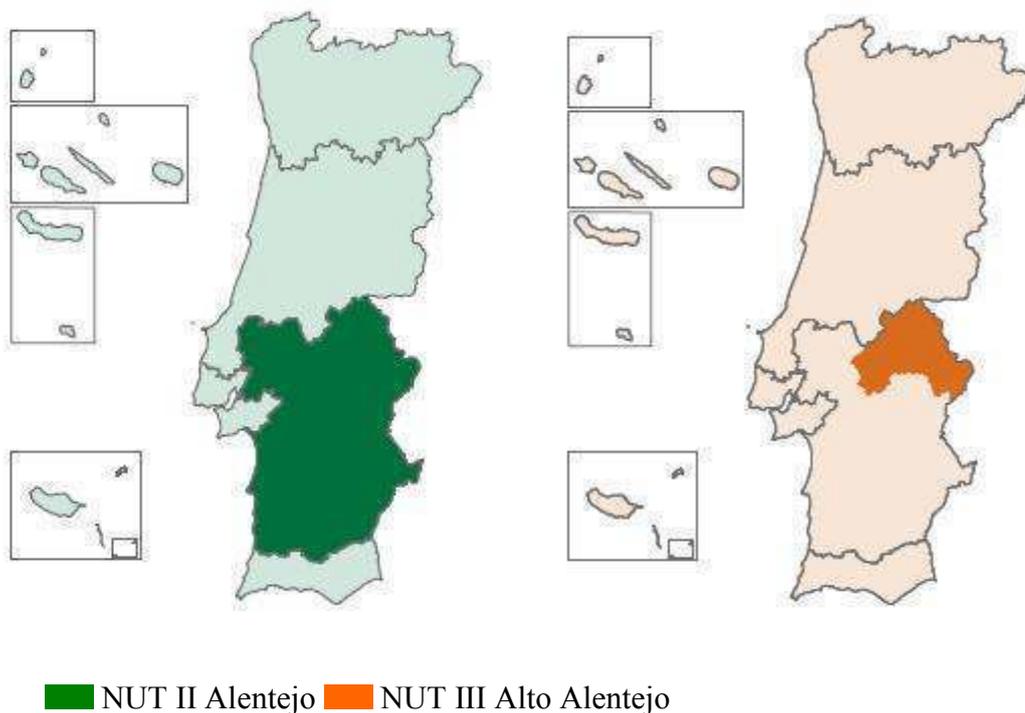
### **3.2.1.1. A nomenclatura das unidades territoriais – na região do Alentejo**

A NUTS II<sup>14</sup> – Alentejo é constituída por 5 sub-regiões (Figura 4): Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo. Os resultados preliminares dos Censos 2011 indicam que a população residente na região do Alentejo é de 758.739 habitantes. A região perdeu 2% da sua população, comparativamente com os Censos de 2001, totalizando um decréscimo de 60.598 pessoas nos últimos 30 anos.

---

<sup>14</sup> NUTS II, região Alentejo e III, sub-região Alto Alentejo, Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS), de acordo com o Decreto Lei nº 244/2002, de 5 de Novembro.

**Figura 3 – NUT II – Alentejo e NUT III – Alto Alentejo**



Fonte: Adaptado de INE, em 2011

A NUTS III – Alto Alentejo é constituída por 15 municípios, são eles: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre (Figura 6).

**Figura 4 – Subregiões da NUT II – Alentejo**



Fonte: Adaptado de INE

### **3.2.1.2. O distrito de Portalegre – a divisão administrativa**

Portalegre é a capital do distrito<sup>15</sup> com o mesmo nome, possui uma área de 6.065 km<sup>2</sup> e uma população residente de 118.952 indivíduos/habitantes, conforme resultados preliminares do censo de 2011, dos quais, 24.973 indivíduos/habitantes residem no concelho de Portalegre.

O distrito de Portalegre é limitado a Norte pelo distrito de Castelo Branco, a Oeste pelo de Santarém, a Sul pelo de Évora e a Este pela província espanhola da Extremadura (Figura 5) e é constituído por 15 concelhos (Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel).

---

<sup>15</sup> Site do INE, I.P., [www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado em 10/09/2011

**Figura 5 – Distritos de Portugal**



Fonte: Adaptado de INE, em 2011

O concelho de Portalegre situa-se no interior do país, no distrito com o mesmo nome, com uma área de 447,9 km<sup>2</sup>, integra a NUTS III, sub-região Alto Alentejo, pertencente à NUTS II, região Alentejo (Figura 3).

O concelho de Portalegre confina a norte com os municípios de Castelo de Vide, e Marvão, a Oeste com o concelho do Crato, a Sul com Arronches e Monforte, e a Este com a província da Extremadura espanhola (Figura 6). Possui uma área de 447,9 km<sup>2</sup> e uma população residente, segundo os resultados preliminares do último censo de 2011, de 24.973 habitantes distribuídos por dez freguesias (Figura 7), 2 urbanas (Sé e S. Lourenço) e 8 rurais (Alagoa, Alegrete, Carreiras, Fortios, Reguengo, Ribeira de Nisa, S. Julião e Urra).

**Figura 6 – Localização do município de Portalegre e Concelhos do distrito**



■ Concelho de Portalegre ■ Outros concelhos do distrito de Portalegre

Fonte: adaptado de INE, em 2011

**Figura 7 – Freguesias do município de Portalegre**



■ Freguesias urbanas ■ Freguesias rurais

Fonte: adaptado de INE, em 2011

### 3.2.2. Enquadramento institucional – O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira, actualmente tutelado pelo Ministério da Economia e do Emprego. Este organismo foi criado pelo Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de Dezembro, sendo inicialmente tutelado pelo Ministério do Trabalho, competia-lhe participar na concepção da política de emprego e formação.

**Figura 8 – Rede de Centros do IEFP**



Fonte: adaptado de IEFP, em 2012

O IEFP exerce a sua actividade em todo o território nacional (Figura 8), encontrando-se organizado em cinco delegações regionais definidas com base nas NUTS II e que são as delegações regionais do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo (Figura 9) e do Algarve. Sendo definido, conforme definido no Decreto-Lei n.º 157/2009 de 10 de Julho,

o serviço público de emprego nacional tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional. (...) Assim, em cada região existe uma rede de centros de emprego, centros de formação profissional, centros de emprego e formação profissional e um centro de reabilitação, os quais reportam às respectivas delegações regionais e nelas se apoiam para a resolução de problemas.

**Figura 9 – Rede de centros da Delegação Regional do Alentejo do IEFP**

Centros de Emprego



Centros de Formação Profissional



Fonte: adaptado de IEFP, 2012

Das várias atribuições do IEFP, enunciadas no Decreto-Lei nº 213/2007, de 29 de Maio, destacamos as seguintes:

- c) Promover a qualificação escolar e profissional dos jovens, através da oferta de formação de dupla certificação;
- d) Promover a qualificação escolar e profissional da população adulta, através da oferta de formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia;

### **3.2.2.1. O Centro de Formação Profissional de Portalegre**

O Centro de Formação Profissional de Portalegre (CFPP) é uma unidade orgânica de gestão directa, pertencendo à Delegação Regional do Alentejo do IEFP. As suas instalações, localizadas na zona industrial da cidade de Portalegre, foram inauguradas em 1991, sendo construídas com o apoio da União Europeia. O CFPP serve uma região correspondendo à quase totalidade dos concelhos do Distrito de

Portalegre<sup>16</sup>, com excepção dos concelhos de Avis, Gavião e Ponte de Sor que são servidos pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Ponte de Sor.

### **3.2.2.2. O Centro RVCC**

Em 2001, o Centro de Formação Profissional de Portalegre promoveu a criação de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências integrado na rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros RVCC), sendo acreditado, através do Despacho conjunto nº 919-A/2001<sup>17</sup>, de 8 de Outubro de 2001, dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Educação e do Trabalho e Formação dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, após parecer favorável da proposta apresentada ao Conselho Consultivo da ANEFA, pela direcção da ANEFA.

Desta forma, faz parte do grupo de Centros RVCC da região do Alentejo, pioneiros no desenvolvimento de processos de RVCC, no período de 2001 a 2005. Além do Centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre, o grupo era composto por mais cinco Centros RVCC, promovidos pelas seguintes entidades: ESDIME, Fundação Alentejo, Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano, Associação Rota do Guadiana e Associação Terras Dentro. (Caeiro, 2011:73)

Os objectivos destes Centros RVCC, conforme referidos no Despacho conjunto nº 919-A/2001, são os de

permitir o reconhecimento e a validação de competências e conhecimentos adquiridos pelos adultos ao longo da vida, bem como permitir a respectiva certificação que, para todos os efeitos legais, é equivalente aos diplomas emitidos pelo Ministério da Educação.

---

<sup>16</sup> Site do IEFP I.P., [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt), consultado em 21/09/2011

<sup>17</sup> Despacho conjunto nº 919-A/2001, de 8 de Outubro de 2001, cria um conjunto de 22 novos Centros RVCC, para funcionarem em 2001, entre os quais, o Centro RVCC promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre.

Este Centro RVCC atribuía certificações de nível básico, com equivalência escolar ao 4º, 6º e 9º anos de escolaridade, correspondendo respectivamente, ao 1º, 2º e 3º ciclo.

Em 2005, como Caeiro (2011:73) relata, o Centro RVCC, assim como, todos os Centros RVCC pertencentes à rede do IEFP I.P., passaram a designar-se por Centros Novas Oportunidades (CNO), em consequência do lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades (INO). A partir de então é estabelecido o 12º ano como o limiar mínimo de escolaridade, na sequência dos objectivos e metas estabelecidas visando o incremento da qualificação da população portuguesa. Neste sentido, os processos de RVCC são alargados ao 12º ano de escolaridade – Nível Secundário. No CNO do Centro de Formação Profissional de Portalegre esta certificação até ao Nível Secundário entrou em funcionamento a partir de 2007.

Recentemente, após reformulação ao SNRVCC, introduzida pelo governo, o CNO do Centro de Formação Profissional de Portalegre, assim como, os restantes CNO pertencentes à rede do IEFP, vão ser estruturados, terminando desta forma o RVCC Escolar desenvolvido nos CNO promovidos pelo IEFP, mas apostando-se no RVCC Profissional. Do total de 450 CNO existentes até então, apenas se mantêm a funcionar 301, sendo encerrados 140 CNO, dos quais 129 pertencentes à rede IEFP e 20 pertencentes a outras entidades públicas e privadas<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Conforme notícia publicada na comunicação social, disponível em [http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content\\_id=2276316&tag=Novas%20Oportunidades](http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2276316&tag=Novas%20Oportunidades) consultada a 07/02/2012.

## **CAPÍTULO IV – RESULTADOS**

Com a finalidade de identificar e caracterizar o percurso individual dos adultos certificados, pelo processo RVCC, no período compreendido entre 2001 e 2005, no centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre, assim como, os impactos das TIC nas dimensões pessoal e profissional, estruturámos esta tarefa em dois momentos:

- i. a caracterização geral dos adultos na actualidade;
- ii. a caracterização do percurso individual, durante o processo RVCC e após o processo, e os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação nos adultos certificados.

### **4.1. O perfil dos participantes na investigação**

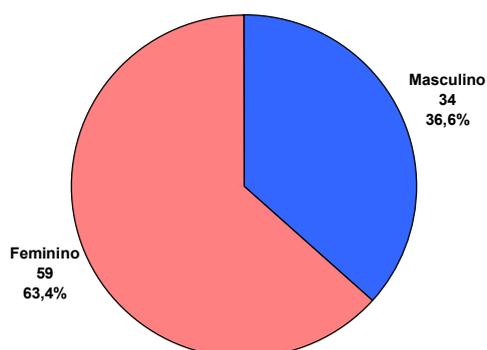
O grupo de adultos certificados no período 2001 a 2005 no centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre que respondeu ao inquérito por questionário, constitui a amostra de 93 indivíduos, corresponde a uma taxa de resposta global de 42,7%, conforme consta na Tabela 5, dum total de 218 que constitui a população alvo. Esta amostra, construída com base no critério do género e idade, foi considerada representativa, para um nível de confiança de 95%.

#### **4.1.1. O género e a idade**

De acordo com a informação representada no Gráfico 2, verificamos que a amostra é maioritariamente composta por adultos do sexo feminino (63,4%). A amostra compreende sujeitos com idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos.

A média de idades dos indivíduos do sexo masculino é de 44,5 anos e de 46,9 anos para os indivíduos do sexo feminino.

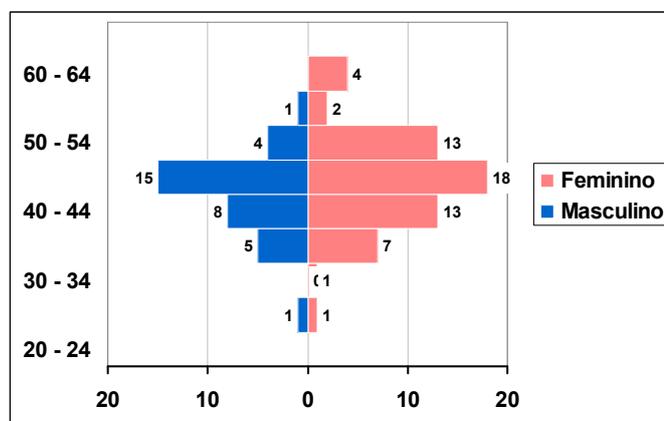
**Gráfico 2 – Distribuição da amostra por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Relativamente à distribuição dos adultos por grupos etários e género, como podemos ver a informação representada na seguinte pirâmide etária (Gráfico 3), a maioria dos adultos (quer os homens (15) quer as mulheres (18)) situa-se no grupo de indivíduos entre os 45 e 49 anos de idade:

**Gráfico 3 – Pirâmide etária da amostra**

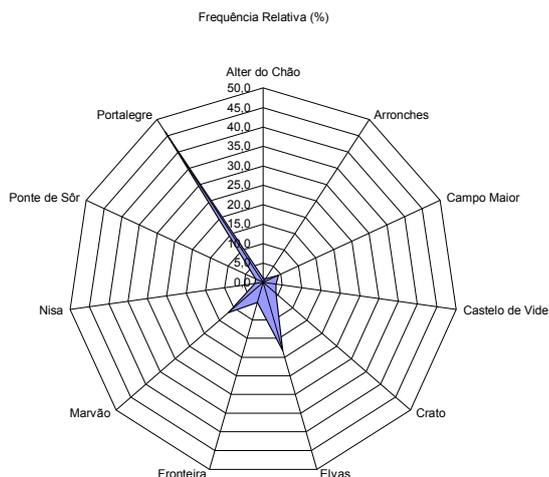


Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### **4.1.2. O concelho de residência**

Em termos de concelho de residência, como podemos observar na Tabela 3 e no Gráfico 4, quase metade dos adultos (46,2%) reside no concelho de Portalegre, seguindo-se o concelho de Elvas (18,3%) e Marvão (11,8%). Nos restantes concelhos, o total de adultos respondentes, não chega a um quarto da amostra (23,8%).

#### Gráfico 4 – Distribuição da amostra por concelho de residência



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.1.3. Estado civil e o número de filhos dos inquiridos

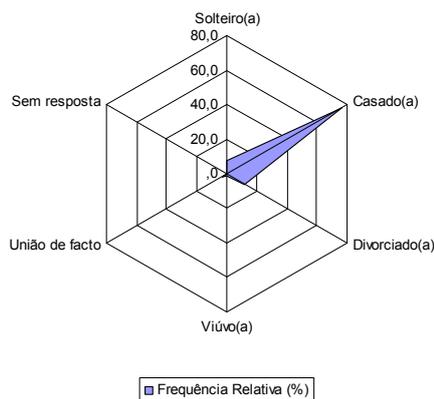
Em relação ao estado civil, como podemos ver na Tabela 6 e no Gráfico 5, os adultos que responderam ao inquérito, eram na sua maioria casados (76,3%), seguindo-se os divorciados (11,8%) e apenas um adulto (1,1%) na situação de viúvo.

**Tabela 6 – Distribuição dos indivíduos da amostra por estado civil**

<i>Estado Civil</i>	<i>Frequência Absoluta (N)</i>	<i>Frequência Relativa (%)</i>
Solteiro(a)	7	7,5
Casado(a)	71	76,3
Divorciado(a)	11	11,8
Viúvo(a)	1	1,1
União de facto	3	3,2
Sem resposta	0	0,0
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

**Gráfico 5 – Distribuição dos sujeitos da amostra por estado civil**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Quanto ao número de filhos, a Tabela 7 mostra-nos a distribuição do número de filhos pelos adultos da amostra, cerca de metade dos adultos (51,6%) têm dois filhos, com apenas um filho são 28,0%, 11,8% não têm filhos e um número reduzido (6,5%) têm 3 ou mais filhos. Verificamos ainda que 91,4% dos adultos tem no máximo dois 2 filhos. A grande maioria dos adultos tem 1 ou 2 filhos

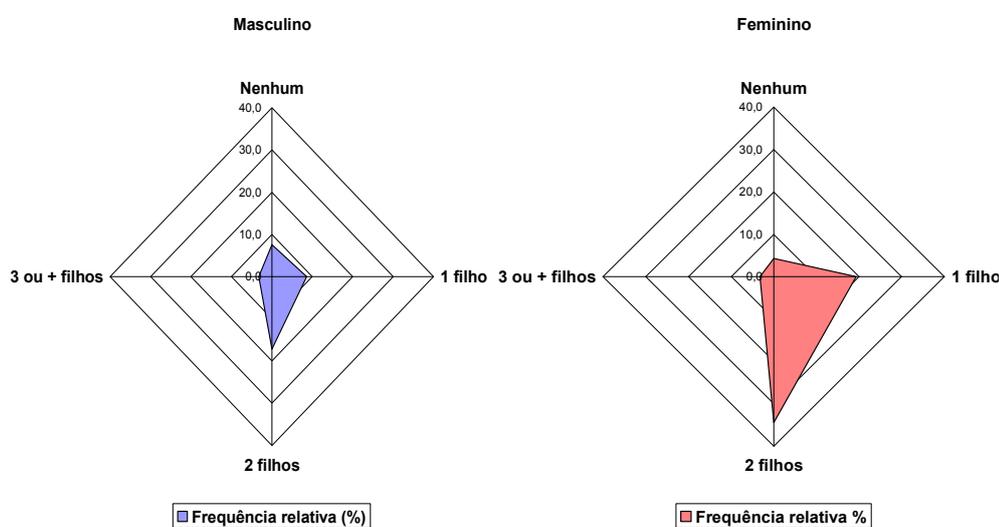
**Tabela 7 – Distribuição dos sujeitos da amostra pelo número de filhos**

<i>Número de filhos</i>	<i>Frequência Absoluta (N)</i>	<i>Frequência Relativa (%)</i>	<i>Frequência absoluta acumulada</i>	<i>Frequência relativa acumulada</i>
Nenhum	11	11,8	11	11,8
1 filho	26	28,0	37	39,8
2 filhos	48	51,6	85	91,4
3 ou + filhos	6	6,5	91	97,8
Sem resposta	2	2,2	93	100,0
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Tal como constatamos, no Gráfico 6 que se segue, o grupo de mulheres adultas com 1 ou 2 filhos, é o que mais se destaca, representando mais de 50% da amostra. Na situação dos indivíduos com 3 ou + filhos, encontramos em cada um dos géneros 3 adultos, que também se certificaram pelo percurso RVCC.

**Gráfico 6 – Distribuição dos sujeitos da amostra pelo número de filhos e género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.1.4. Habilitações escolares na actualidade

As habilitações escolares, dos indivíduos pertencentes à amostra utilizada no estudo (93 sujeitos), encontram-se registadas na Tabela 8. Esta distribuição corresponde ao nível de escolaridade dos adultos na actualidade. Podemos constatar que metade dos adultos (54,8%) possui o 3º ciclo do ensino básico enquanto 34,4% dos adultos completou o ensino secundário. Com o 1º Ciclo do ensino básico verificamos um valor residual de 1,1%. No entanto, 5,4% possui menos de nove anos de escolaridade. Somente 3,2% dos adultos certificados através do RVCC completou uma licenciatura.

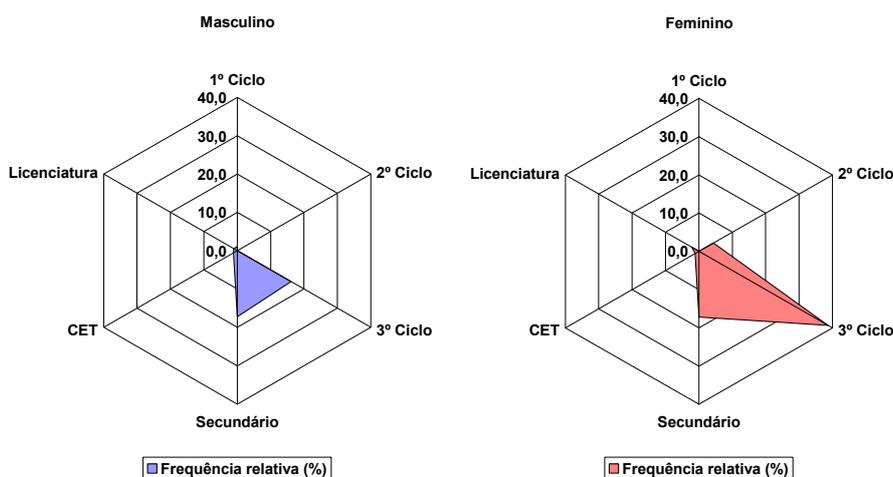
**Tabela 8 – Distribuição da amostra, pelas habilitações escolares actuais**

<i>Habilitações escolares</i>	<i>Frequência Absoluta (N)</i>	<i>Frequência Relativa (%)</i>
1.º Ciclo	1	1,1
2.º Ciclo	4	4,3
3.º Ciclo	51	54,8
Secundário	32	34,4
CET (Curso Especialização Tecnológica)	2	2,2
Licenciatura	3	3,2
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Em relação ao grupo de habilitações escolares com maior representação, o 3º ciclo do ensino básico, as mulheres representam quase 40% da amostra (Gráfico 7). Apenas duas mulheres (2,2%) e um homem (1,1%) completaram o ensino superior. No que diz respeito ao 1º ciclo encontramos somente um indivíduo do sexo masculino e o 2º ciclo foi concluído por 4 mulheres (4,3%).

**Gráfico 7 – Distribuição da amostra, por género e pelas habilitações escolares actuais**

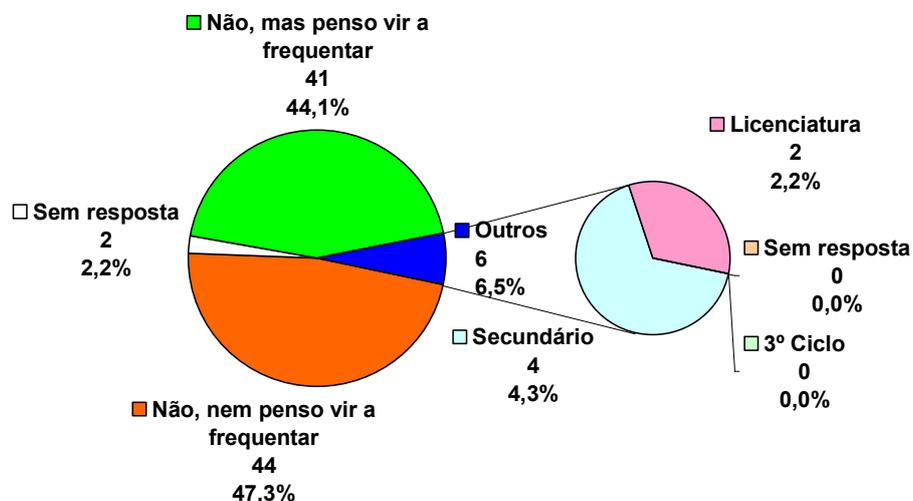


Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.1.5. Situação actual em termos educativos

Quando se perguntou aos adultos se actualmente estudavam, a maioria respondeu que não, 47,3% respondeu que não faz intenção de prosseguir os estudos e 44,1% não estuda mas pensa vir a continuar os seus estudos.

**Gráfico 8 – Distribuição dos adultos da amostra, em relação à actual progressão nos estudos e nível de escolaridade frequentado**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Actualmente, apenas 6,5% dos adultos (dois homens e quatro mulheres) prossegue os seus estudos, uma vez que 4,3% está a estudar num curso de nível secundário e 2,2% está a frequentar uma licenciatura.

Na Tabela 9, verificamos que, no presente:

- 6,5% dos adultos que se encontra a estudar (2 homens e 2 mulheres) tem 1 a 2 filhos;
- Quase metade dos adultos tem 2 filhos, sendo 16,1% homens e 33,3% mulheres;
- Cerca de 60% dos homens que não estudam, nem pensam vir a estudar têm até 1 filho, enquanto nas mulheres a mesma situação corresponde a 40% do total de mulheres;
- Os adultos que não estão a estudar, no momento, mas pensam vir a estudar, metade dos homens têm 2 filhos, um terço não tem filhos ou tem só 1 filho;
- Todos os homens com 3 ou mais filhos, apesar de não estarem a estudar, pensam vir a fazê-lo um dia;

- Em relação às mulheres que pensam vir a estudar, quase dois terços (63,6%) têm 2 filhos.

**Tabela 9 – Distribuição dos adultos da amostra por género, número de filhos e situação em relação à frequência actual de estudos**

Género	Número de filhos	Actualmente, encontra-se a estudar?								Total	
		Não, nem penso vir a frequentar			Não, mas penso vir a frequentar			Sim			
		N	%	% Acumulada	N	%	% Acumulada	N	%	N	%
Masculino	Nenhum	3	23,1	23,1	4	22,2	22,2	-	-	7	7,5
	1 filho	5	38,5	61,5	2	11,1	33,3	1	1,1	8	8,6
	2 filhos	5	38,5	100,0	9	50,0	83,3	1	1,1	15	16,1
	3 ou + filhos	-	-		3	16,7	100,0	-	-	3	3,2
	Total	13	100,0		18	100,0		2		33	
Feminino	Nenhum	2	6,7	6,7	2	9,1	9,1	-	-	4	4,3
	1 filho	10	33,3	40,0	6	27,3	36,4	2	2,2	18	19,4
	2 filhos	15	50,0	90,0	14	63,6	100,0	2	2,2	31	33,3
	3 ou + filhos	3	10,0	100,0	-	-		-	-	3	3,2
	Total	30	100,0		22	100,0		4		56	
Total										89	95,7
Sem resposta										4	4,3
Total		43				40		6		93	100

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

## 4.2. Análise de resultados

Nesta parte do trabalho, procedemos à análise dos resultados, procurando determinar e estudar o percurso dos adultos certificados pelo processo de RVCC, principalmente, os impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação na sua vida, tanto ao nível pessoal como ao nível profissional.

### 4.2.1. Necessidades de formação complementar no percurso individual dos adultos

Durante o processo de RVCC, quase 60% dos adultos, como podemos ver na Tabela 10, manifestou necessidades de formação complementar, sendo este grupo composto por 20 homens e 35 mulheres.

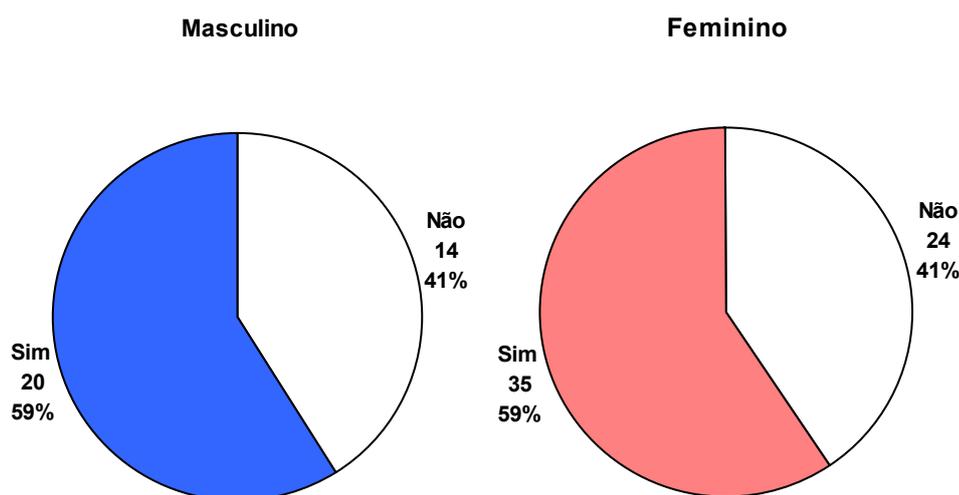
**Tabela 10 – Distribuição dos adultos por género e necessidade de formação complementar durante o percurso do processo RVCC**

Respostas	Género				Total	
	Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%
Não	14	41,2	24	40,7	38	40,9
Sim	20	58,8	35	59,3	55	59,1
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Através da observação do Gráfico 9 e da Tabela 10, verifica-se uma aproximação da percentagem de homens e mulheres que declararam terem necessitado de formação complementar, correspondendo a 58,8% e a 59,3%, respectivamente.

**Gráfico 9 – Percentagem dos adultos com necessidade de formação complementar durante o percurso do processo RVCC**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Aos adultos que responderam ter necessitado de formação complementar foi-lhes pedido que indicassem as áreas de competências – chave onde precisaram de formação complementar.

**Tabela 11 – Distribuição dos adultos (%↓), por género e necessidade de formação complementar durante o processo de RVCC**

Áreas de Competências - Chave	Género						Total		
	Masculino			Feminino					
	N	% T	% R	N	% T	% R	N	% T	% R
TIC	9	45,0	23,1	22	62,9	33,3	31	56,4	29,5
LC	18	90,0	46,2	15	42,9	22,7	33	60,0	31,4
MV	8	40,0	20,5	22	62,9	33,3	30	54,5	28,6
CE	4	20,0	10,3	7	20,0	10,6	11	20,0	10,5
<b>Total de respostas (R)</b>	39		100	66		100	105		100
<b>Total de indivíduos (T)</b>	20	100		35	100		55	100	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como se mostra na Tabela 11, dos 20 homens que precisaram de formação complementar, podemos ver que:

- A maioria dos homens, 18 (90%) precisou de formação em Linguagem e Comunicação, correspondendo a quase metade (46,2%) do total de necessidades assinaladas;
- 45% (9 homens) precisou de formação em tecnologias de Informação e Comunicação, sendo 23,1% das respostas obtidas;
- Somente 4 (20%) necessitaram de formação em Cidadania e Empregabilidade, apenas 10,3% das necessidades manifestadas.

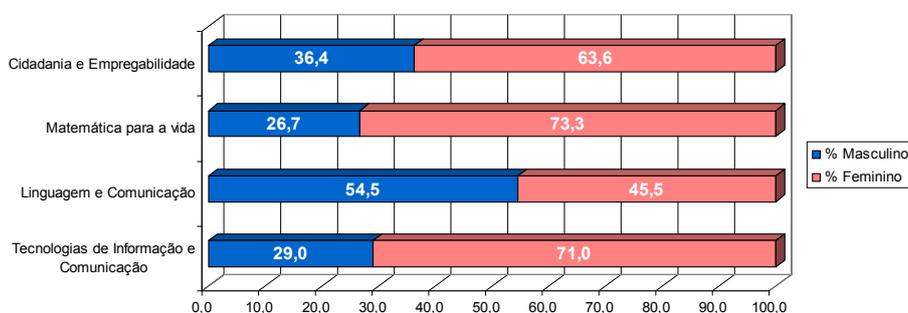
Em relação às mulheres, podemos observar no Gráfico 9, que foram 35 (59%) as que indicaram necessitar de formação complementar, como vemos na Tabela 11:

- Destas 35 mulheres 22 (62,9%) indicaram necessitar de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação e em Matemática para a Vida, correspondendo a cada uma 33,3% de necessidades indicadas;
- Só 7 mulheres (20%) indicaram precisar de formação em Cidadania e Empregabilidade, o que representa 10,6% das necessidades.

No gráfico seguinte (Gráfico 10) pretendemos analisar o peso que cada uma das áreas de competências – chave representou, fazendo-se a comparação entre homens e mulheres. Nas áreas de competências – chave as necessidades ocorreram conforme se mostra:

- A maioria das necessidades em TIC (71%) foram apontadas pelas mulheres enquanto nos homens só representou 29%;
- Em MV os valores foram muito próximos de TIC, 26,7% das necessidades foram sentidas pelos homens e a maioria (73,3%) aconteceu no grupo das mulheres;
- Na área de LC verificou-se uma distribuição ligeiramente superior para os homens (54,5%) e nas mulheres correspondeu a 45,5%.

**Gráfico 10 – Percentagem dos adultos, por género e necessidades de formação complementar durante o processo RVCC**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.2.2. O impacto das TIC – Dimensão Pessoal

A principal componente da investigação centrou-se nos aspectos relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação, concretamente a posse de computador e a utilização da Internet, com a finalidade de identificar e caracterizar traços relevantes para o impacto das TIC nos adultos certificados. Para esse efeito, procurou-se obter respostas que evidenciassem a sua influência relacionando, sempre que possível, a conjuntura do indivíduo inquirido, no início do processo de RVCC e no momento de resposta ao inquérito.

##### 4.2.2.1. A utilização de computador

Um dos principais aspectos a ter em consideração para o nosso estudo, está relacionado com a utilização de computador. Para tal, considerámos como posse o facto

de o indivíduo ter acesso a um computador, quer seja de uso pessoal ou profissional. Para tal, comparámos a situação do indivíduo no início do processo e no momento presente.

Quando inquirimos os indivíduos relativamente à posse de computador no início do processo de RVCC, como podemos constatar na Tabela 12, estes responderam o seguinte:

**Tabela 12 – Acesso ao computador por género, antes do processo RVCC (%↓)**

<i>Antes de iniciar o processo RVCC possuía computador?</i>		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino		<b>N</b>	<b>%</b>
		<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>		
Não	10	29,4	31	52,5	41	44,1	
Sim	24	70,6	25	42,4	49	52,7	
Sem resposta	0	0,0	3	5,1	3	3,2	
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,0</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Da leitura dos dados representados na tabela anterior destacamos:

- Mais de metade das mulheres (52,5%) ainda não possuía computador quando iniciou o seu percurso RVCC;
- A maioria dos homens (70,6%) já possuía computador no início do processo.

Quando inquiridos se actualmente possuem computador, como podemos observar na Tabela 13, os adultos responderam o seguinte:

- A maioria dos homens (85,3%) possui computador, restando apenas 8,8% que não tem computador;
- Quase três quartos das mulheres (72,9%) já possuem computador, mas ainda há cerca de um quarto (25,4%) sem computador.

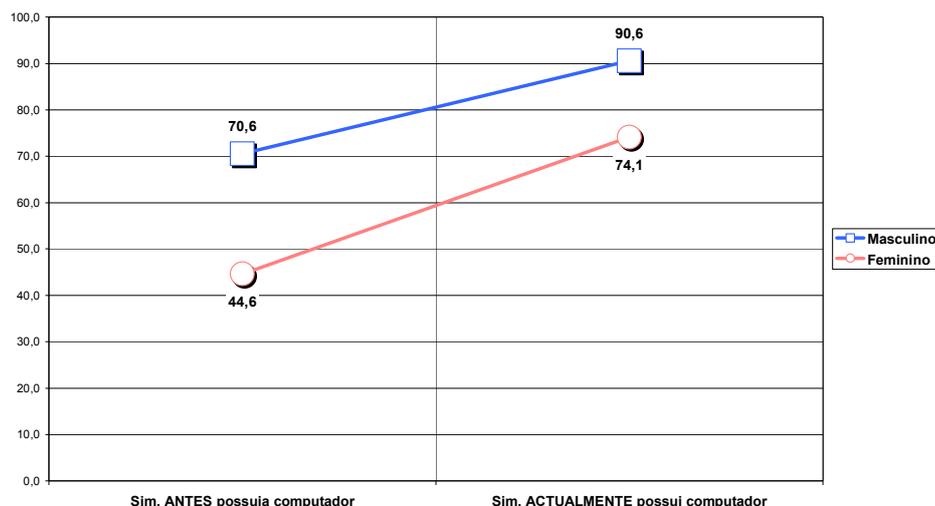
**Tabela 13 – Acesso ao computador por género, actualmente (%↓)**

Actualmente possui computador?		Género				Total	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
Não		3	8,8	15	25,4	18	19,4
Sim		29	85,3	43	72,9	72	77,4
Sem resposta		2	5,9	1	1,7	3	3,2
Total		34	100,0	59	100,0	93	100,0

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Constatamos que tanto no género masculino como no feminino, existiu um aumento da percentagem dos indivíduos com computador, como se mostra no Gráfico 11, no género feminino esse aumento foi mais significativo (29,5%) do que no masculino (20%).

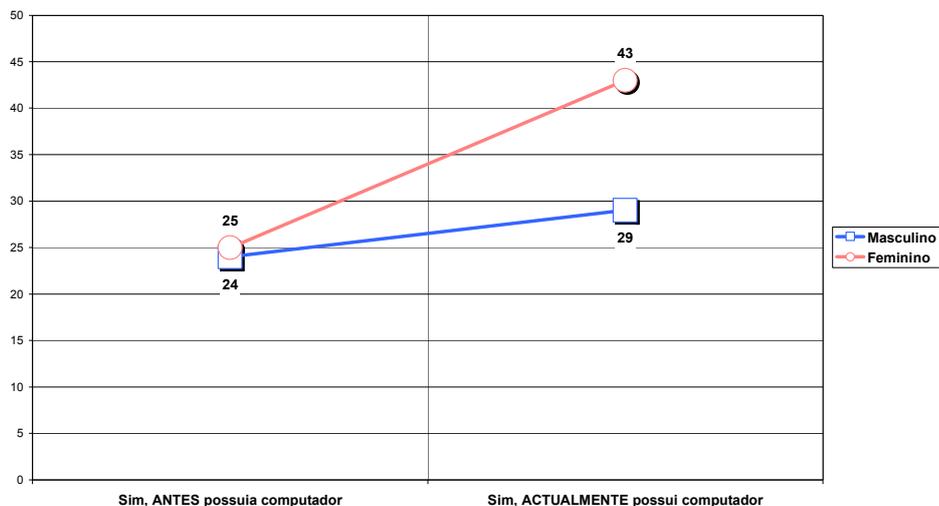
**Gráfico 11 – Evolução percentual de computadores por género, antes do processo RVCC e actualmente**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Em termos absolutos, como se evidencia no Gráfico 12, da evolução registada destaca-se que o aumento do número de computadores nas mulheres foi significativamente maior do que nos homens, nas mulheres registaram-se mais 18 computadores e nos homens foram apenas mais 5 computadores.

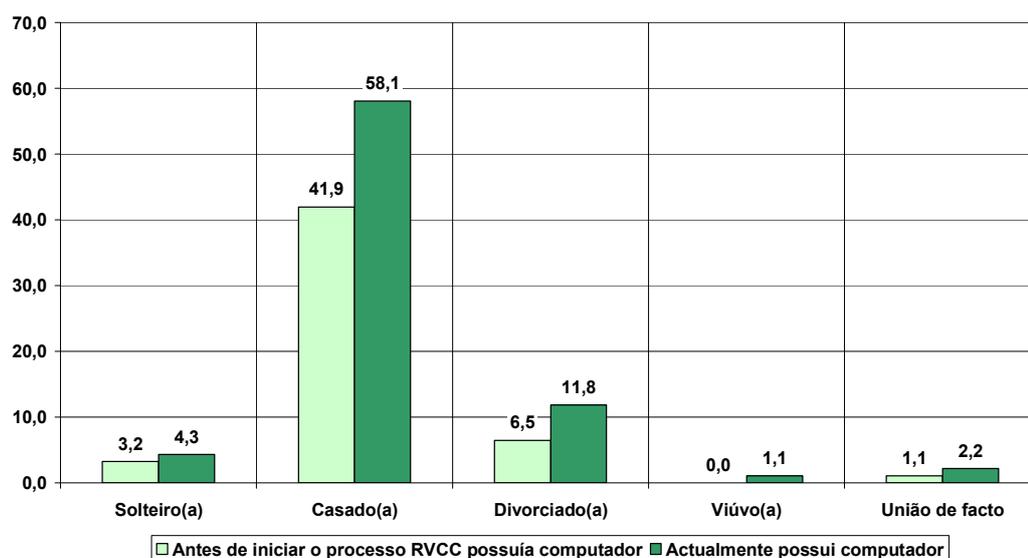
**Gráfico 12 – Evolução do número de computadores por género, antes do processo RVCC e actualmente**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Da análise efectuada ao gráfico seguinte (Gráfico 13), depreende-se que o grupo mais expressivo é o grupo dos casados(as) com um aumento de 16,1% em relação à posse de computador, seguindo-se o grupo dos(as) divorciados(as) com 5,4% de aumento. De referir que em termos estatísticos esta variável – Estado Civil – é pouco significativa porque, como vemos na Tabela 6, a maioria dos inquiridos (76,3%) está na situação de casada(o).

**Gráfico 13 – Evolução percentual de computadores por estado civil, antes do processo RVCC e actualmente**

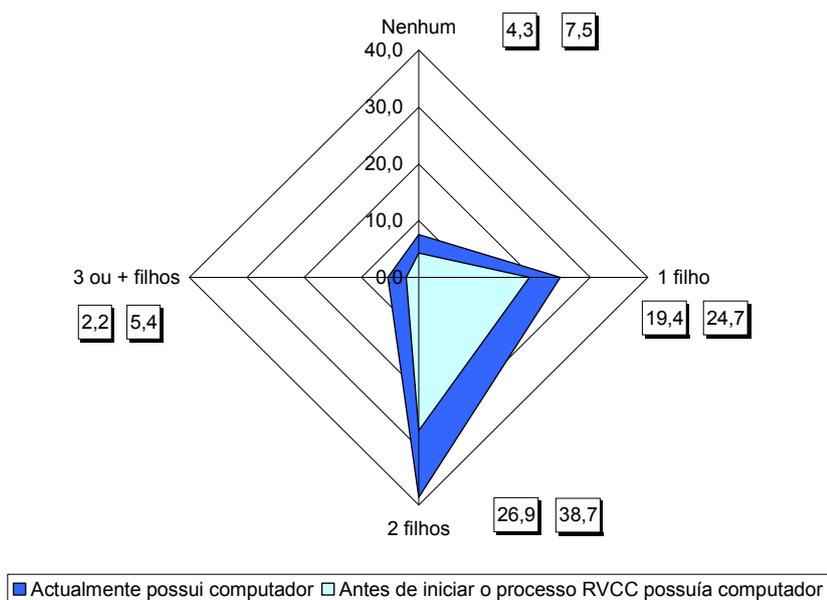


Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No que se refere ao número de filhos dos inquiridos, quando comparado com a posse de computador, antes do processo e actualmente, conforme a representação gráfica (Gráfico 14) podemos verificar que:

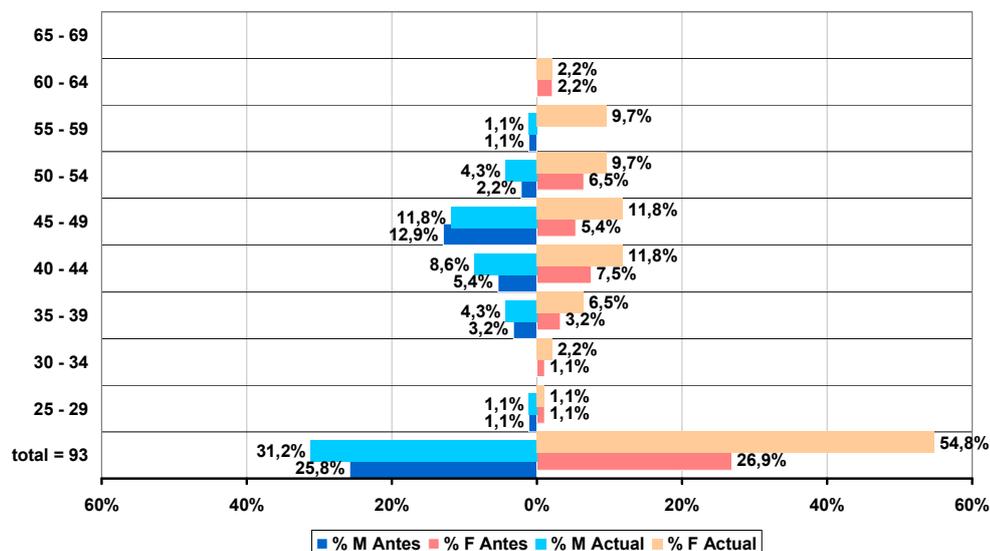
- A evolução da posse de computador em cada uma das situações foi proporcional, não há nenhum grupo em que o aumento do número de computadores se evidencie em relação a qualquer um dos outros;
- No grupo com 2 filhos, houve um aumento de 26,9%, no início do processo, para 38,7% na actualidade, esta diferença de 11,8% corresponde a um valor absoluto de mais 11 computadores num total de 93 indivíduos.

**Gráfico 14 – Evolução percentual da posse de computador por número de filhos**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

**Gráfico 15 – Evolução percentual do número de computadores por grupos etários e género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como se depreende do gráfico anterior (Gráfico 15), procurámos determinar, tanto na totalidade dos indivíduos como em cada uma das faixas etárias por género, a evolução percentual da posse de computador desde o início do processo RVCC até à actualidade. Assim, no que diz respeito à totalidade de cada um dos grupos, homens e mulheres, podemos observar o seguinte:

- Na totalidade dos indivíduos do género feminino regista-se um aumento significativo quanto à posse de computadores:
  - antes do processo de RVCC, apenas 26,9% das mulheres possuía computador;
  - e depois do processo, 54,8% possui computador, em termos absolutos, passou-se de 25 para 51 mulheres com computador (Gráfico 16);
- Em relação ao grupo dos homens constatamos que o aumento é relativamente inferior ao registado nas mulheres:
  - antes do processo de RVCC, 25,8% dos homens possuía computador;

- e depois do processo, 31,2% possui computador, em termos absolutos, corresponde a um aumento de 5 indivíduos com computador, passando-se de 24 para 29 homens (Gráfico 16).

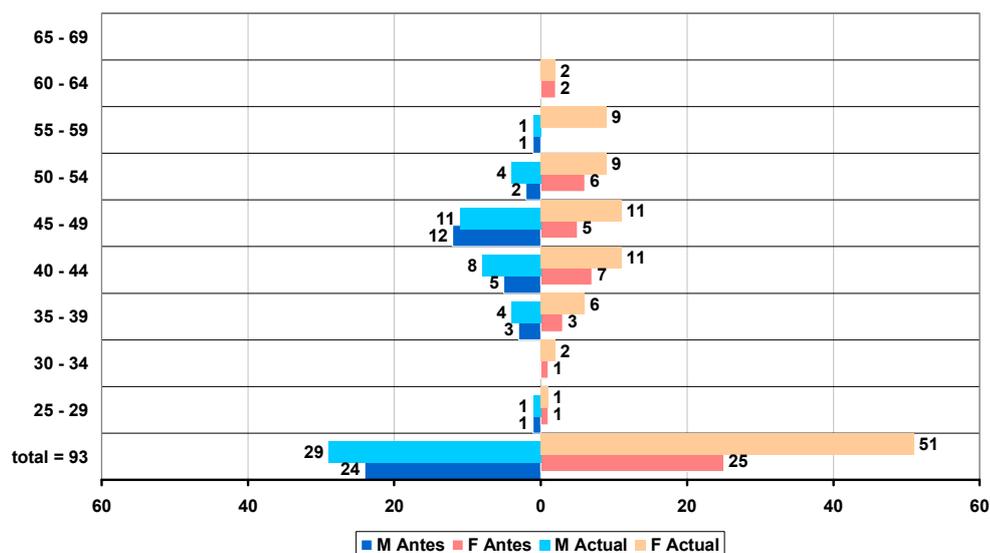
No que se refere, aos grupos etários dos homens, salienta-se o seguinte:

- Na faixa etária dos 40-44 anos de idade foi onde se verificou o maior aumento (3,2%), seguindo-se 2,2% na faixa dos 50-54;
- Na faixa etária dos 45-49 anos de idade registou-se uma diminuição de -1,1%., correspondendo a um valor absoluto de menos 1 indivíduo com computador (Gráfico 16);

Quando analisamos os grupos etários das mulheres, destaca-se o seguinte:

- No grupo dos 55 aos 59 anos de idade registou-se o maior aumento por escalão etário (9,7%), importa referir nesta faixa etária, em termos absolutos, que no início não havia nenhuma mulher com computador e presentemente as 9 mulheres deste escalão possuem computador (Gráfico 16);
- Segue-se a faixa etária 45 aos 49 anos de idade em que houve um aumento de 6,5%.

**Gráfico 16 – Evolução do número de computadores por grupos etários e género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Na tabela seguinte (Tabela 14), procuramos determinar onde é que o computador era utilizado: em casa, no trabalho ou noutro local, agrupando-se o resultado por homens e mulheres que responderam possuir computador no início do processo RVCC.

**Tabela 14 – Local de utilização do computador, antes do RVCC, por género**

<i>Antes de iniciar o processo RVCC possuía computador?</i>		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
	Sim	24	100,0	25	100,0	49	100,0
Onde utilizava o computador?	Casa	24	100,0	22	88,0	46	93,9
	Trabalho	15	62,5	10	40,0	25	51,0
	Noutro local	33	137,5	58	232,0	91	185,7
Qual?	2	0		1		1	
	Desporto	1		0		1	
	Total	34		59		93	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Da leitura da tabela anterior, constatamos que:

- Todos os homens que possuíam computador utilizavam-no em casa e somente 62,5% o utilizava no trabalho;
- No que respeita às mulheres, verificamos que nem todas as que possuíam computador, o utilizavam em casa, só 88% declarou utilizar o computador em casa e apenas 40% o utilizava no trabalho;
- Tanto nos homens como nas mulheres, contabilizamos um número de respostas, no item “Noutro local”, superior ao número de pessoas que declararam possuir computador, deduzimos que este facto resulta de um preenchimento incorrecto do questionário, pois quando calculamos o somatório das respostas do item “Noutro local”, obtemos então um total de 93 respostas que corresponde ao total de indivíduos da amostra.

Na tabela seguinte (Tabela 15), procuramos determinar onde é que o computador é utilizado actualmente, se é utilizado em casa, no trabalho ou noutro local, agrupando-se o resultado por homens e mulheres que responderam possuir computador.

**Tabela 15 – Local actual de utilização do computador, por género**

<i>Actualmente possui computador?</i>		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
	Sim	29	100,0	43	100,0	72	100,0
Onde utiliza o computador?	Casa	28	96,6	38	88,4	66	91,7
	Trabalho	14	48,3	21	48,8	35	48,6
	Noutro local	33	113,8	55	127,9	88	122,2
Qual?	Escola	0		2		2	
	Férias	0		1		1	
	IEFP	0		1		1	
	Vários	1		0		1	
	Total	34		59		93	

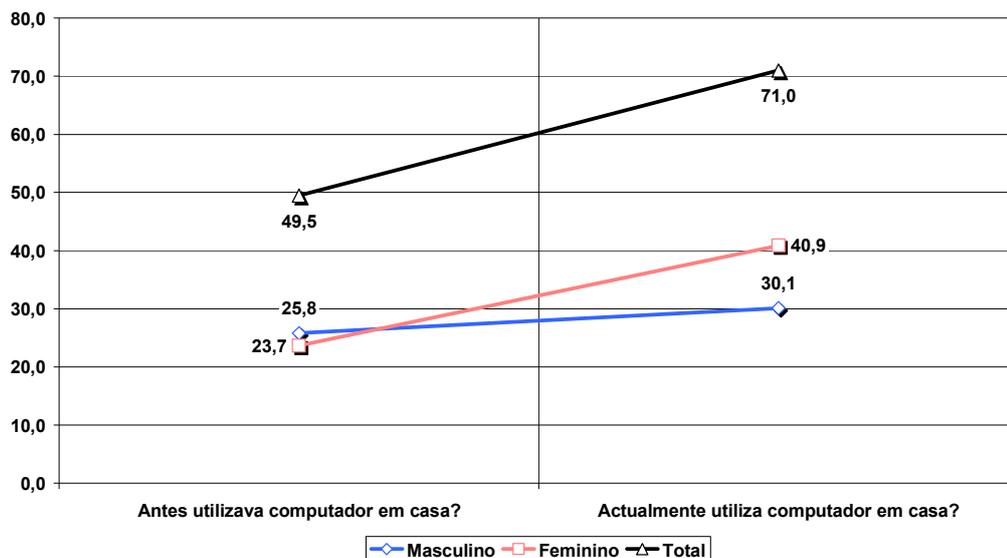
Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como podemos observar na tabela anterior, verificamos que:

- A maioria dos homens (96,6%) que possui computador utilizava-o em casa e somente 48,3% o utiliza no trabalho;
- Em relação às mulheres, vemos que nem todas as mulheres que possuem computador (88,4%) o utiliza em casa e quase metade (48,8%) utiliza-o também no trabalho;
- No item “Noutro local”, tanto nos homens como nas mulheres, calculamos um número de respostas superior ao número de pessoas que declararam possuir computador (como referimos anteriormente na Tabela 14), deduzimos, novamente, que este facto resulta do preenchimento incorrecto do questionário, pois quando somamos as respostas do item “Noutro local”, obtemos o total de 93 respostas que corresponde ao total de indivíduos da amostra.

No sentido de avaliar a evolução da posse de computadores, por local de utilização, elaborámos um conjunto de gráficos para a sua representação entre o início do processo e actualmente.

**Gráfico 17 – Evolução da utilização do computador em casa, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No gráfico anterior e na Tabela 15, procuramos determinar onde é que o computador é utilizado, podemos verificar que a evolução da utilização do computador em casa foi mais significativa nas mulheres do que homens:

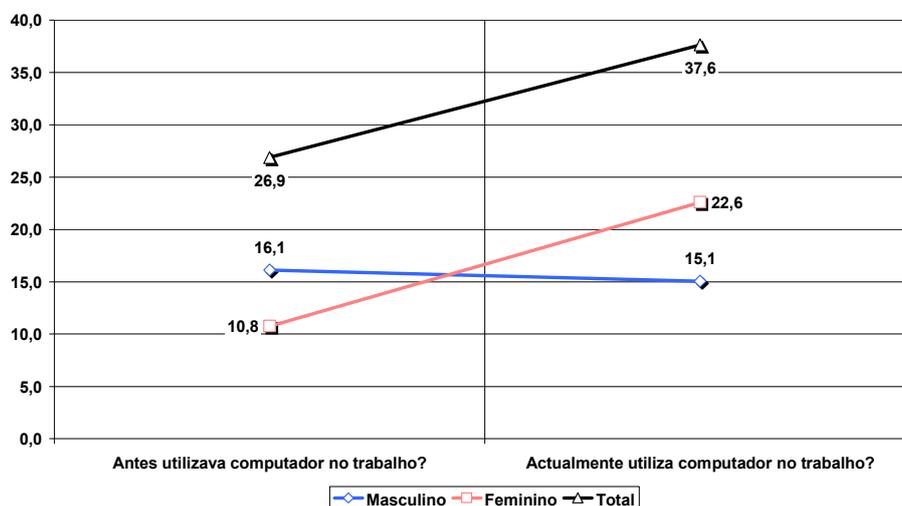
- Actualmente 40,9% das mulheres utiliza o computador em casa quando no início do processo eram apenas 23,7% que o faziam, portanto, houve um aumento de 17,2%;
- Em relação aos homens, o aumento foi de apenas 4,3%, passaram de 25,8% no início do processo para 30,1% actualmente;
- No total da amostra o aumento foi de 21,5%, no início apenas metade dos adultos utilizava o computador em casa e agora já é utilizado por 71% dos adultos certificados.

No gráfico seguinte (Gráfico 18), podemos verificar qual a evolução da utilização do computador no local de trabalho:

- Sendo, novamente, mais significativa nas mulheres (11,8%) do que nos homens que registaram um ligeiro decréscimo (-1,1%), quando comparados com a totalidade da amostra (93 indivíduos);

- No total da amostra verificou-se um aumento de 10,7%, entre o início do processo RVCC (26,9%) e actualmente (37,6%).

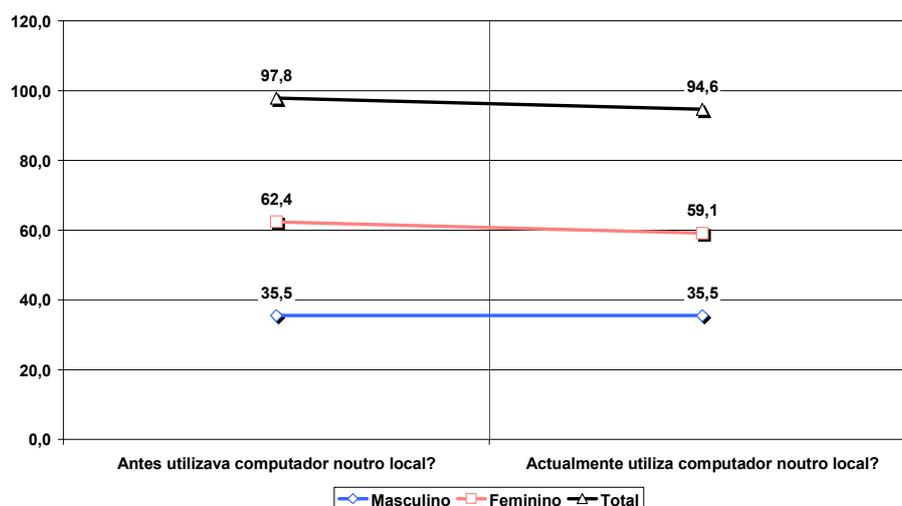
**Gráfico 18 – Evolução da utilização do computador no trabalho, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No que se refere à utilização do computador noutro local, conforme vemos no Gráfico 19, houve um decréscimo do número de pessoas a usar o computador noutro local. Nas mulheres esse decréscimo foi de 3,3% enquanto nos homens não houve alteração, mantendo-se o valor constante (35,5%).

**Gráfico 19 – Evolução da utilização do computador noutro local, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.2.2.2. Utilização da Internet

Outro dos aspectos, a ter em consideração para o nosso estudo, está relacionado com a utilização da Internet. Considerámos a sua utilização sob dois pontos de vista: o do uso pessoal e do profissional. Para tal, comparámos a situação do indivíduo no início do processo e actualmente.

Quando inquirimos os indivíduos, relativamente à utilização da Internet no início do processo de RVCC, como podemos ver na Tabela 18, as respostas são as seguintes:

- A maior parte dos homens (61,8%) utilizava e 38,2% não utilizava a Internet;
- Com as mulheres, a situação é inversa, 67,9% não utilizava e 32,1% utilizava a Internet.

**Tabela 16 – Utilização da Internet, antes de iniciar o RVCC, por género**

<i>Antes usava Internet?</i>		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino		N	%
		N	%	N	%		
Não		13	38,2	38	67,9	51	54,8
Sim		21	61,8	18	32,1	39	41,9
Sem resposta						3	3,2
Total		34	100,0	56	100,0	93	100,0

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Quando inquiridos se actualmente utilizam a Internet, como podemos verificar na Tabela 17, os adultos responderam o seguinte:

- A maioria dos homens (87,5%) utiliza a Internet presentemente, apenas 12,5% não utiliza a Internet;
- No que refere às mulheres, 72,9% já utiliza a Internet, mas cerca de um quarto (23,6%) não utiliza a Internet.

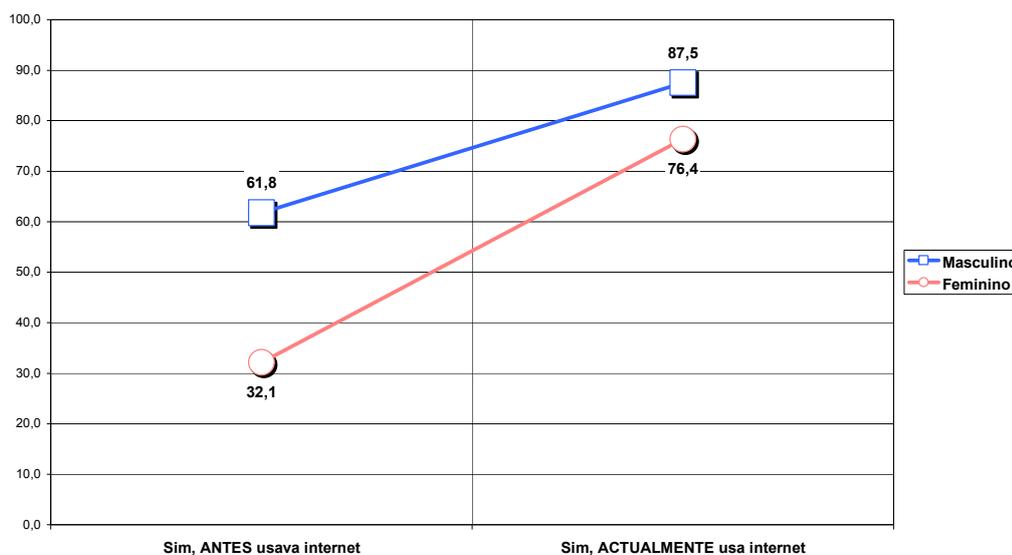
**Tabela 17 – Utilização actual da Internet por género**

Actualmente utiliza a Internet?	Género				Total	
	Masculino		Feminino		N	%
	N	%	N	%		
Não	4	12,5	13	23,6	17	18,3
Sim	28	87,5	42	76,4	70	75,3
Sem resposta					6	6,5
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>100,0</b>	<b>55</b>	<b>100,0</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Tanto no género masculino como no feminino, como representado no Gráfico 20, existiu um aumento da percentagem dos indivíduos que utilizam a Internet, no género feminino esse aumento foi mais significativo (44,3%) do que no masculino (25,7%).

**Gráfico 20 – Evolução da utilização da Internet por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Quando observamos a utilização da Internet com o número de filhos, tal como podemos ver na tabela seguinte (Tabela 18), metade dos utilizadores (49,5%) da Internet, antes do processo RVCC, tinham 2 filhos. Os utilizadores com 1 filho representavam 26,9% do total da amostra e o grupo com menos utilizadores (6,5%) correspondia aos que tinham 3 ou mais filhos.

**Tabela 18 – Distribuição dos adultos que utilizavam a Internet antes do processo RVCC, pelo número de filhos**

<i>Número de filhos</i>	<b>Antes de iniciar o processo RVCC utilizava a Internet</b>			
	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta acumulada	Frequência relativa acumulada
Nenhum	11	11,8	11	11,8
1 filho	25	26,9	36	38,7
2 filhos	46	49,5	82	88,2
3 ou + filhos	6	6,5	88	94,6
Sem resposta	5	5,4	93	100,0
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

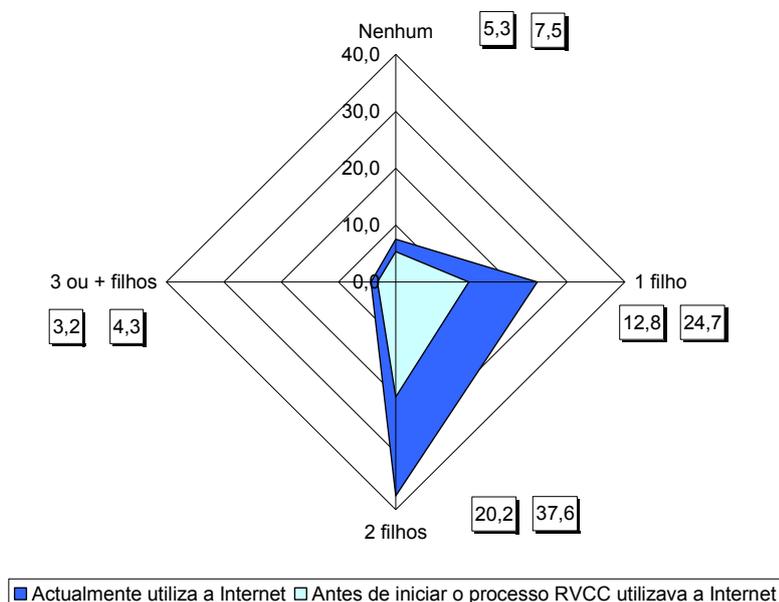
Ao compararmos a utilização actual da Internet com o número de filhos que os adultos tem apuramos, como se mostra na Tabela 19 e Gráfico 21, que continua a ser o grupo de adultos com 2 filhos a ter mais significado, mantendo a mesma percentagem de 49,5%, em relação à situação no início do RVCC. Também os adultos mantêm uma percentagem semelhante (25,8%) à do início do processo. Estas evidências indicam-nos que o número de filhos não tem impacto na utilização da Internet.

**Tabela 19 – Distribuição dos adultos que utilizam a Internet actualmente, pelo número de filhos**

Número de filhos	<b>Actualmente utiliza a Internet</b>			
	Frequência absoluta (N)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta acumulada	Frequência relativa acumulada
Nenhum	10	10,8	10	10,8
1 filho	24	25,8	34	36,6
2 filhos	46	49,5	80	86,0
3 ou + filhos	5	5,4	85	91,4
Sem resposta	8	8,6	93	100,0
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>100,0</b>		

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

**Gráfico 21 – Evolução percentual da utilização da Internet por número de filhos**

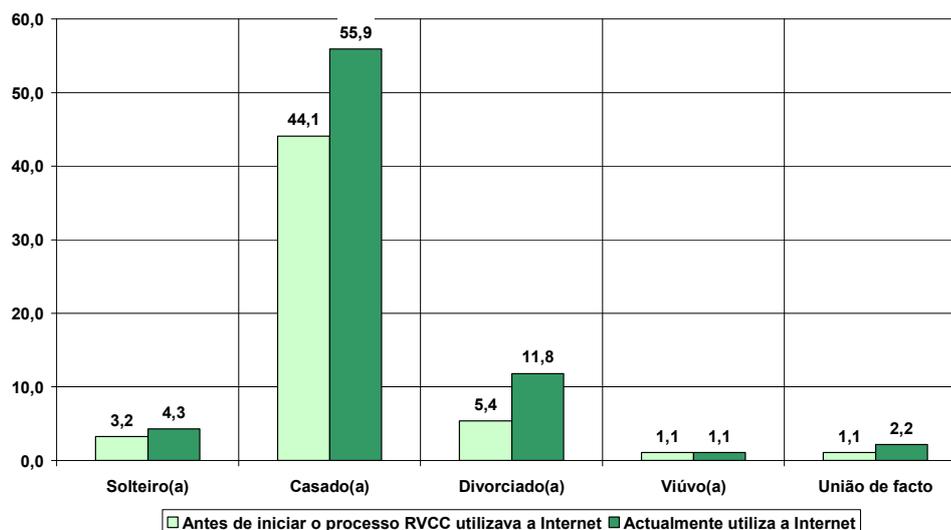


Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No que se refere à influência da utilização da Internet considerando o estado civil dos adultos, através da análise ao Gráfico 22, podemos referir que:

- No grupo dos casados registou-se um aumento de 11,4%;
- A utilização da Internet no grupo dos divorciados aumentou 6,4%;

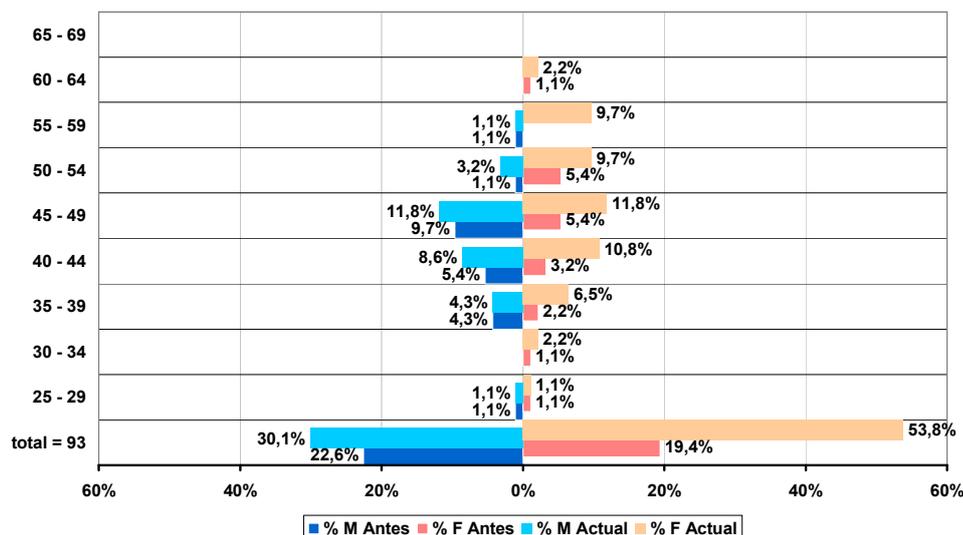
**Gráfico 22 – Evolução percentual da utilização da Internet por estado civil**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como mostra o Gráfico 23, procurámos determinar, tanto na totalidade dos indivíduos como em cada uma das faixas etárias por género, a evolução percentual da utilização da Internet desde o início do processo RVCC até ao momento presente.

**Gráfico 23 – Evolução percentual da utilização da Internet por grupos etários e género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No que diz respeito à totalidade de cada um dos grupos, homens e mulheres, podemos observar no gráfico anterior o seguinte:

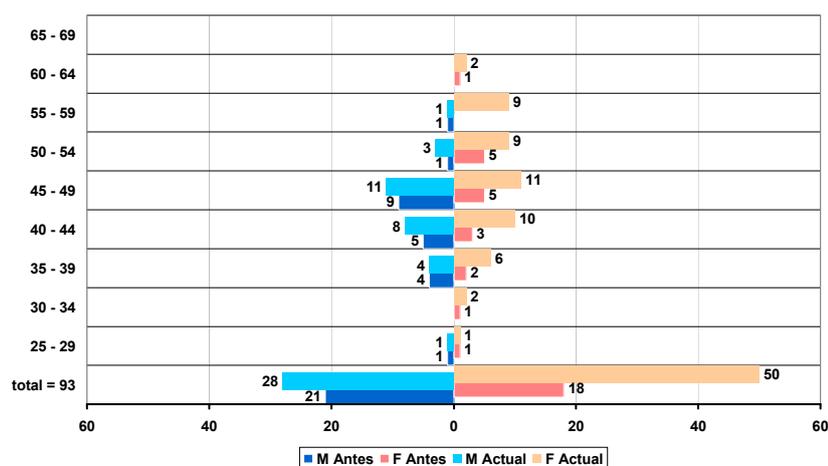
- Na totalidade dos indivíduos do género feminino regista-se um aumento significativo (34,4%) na utilização da Internet;
- Antes do processo de RVCC verificava-se que somente 19,4% das mulheres utilizava a Internet e agora a Internet já é utilizada por 53,8% das mulheres, em termos absolutos, passou-se de 28 para 50 mulheres a utilizar a Internet (Gráfico 24);
- Quanto ao grupo dos homens o aumento verificado é relativamente inferior ao registado nas mulheres, apenas de 7,5% o que, em termos absolutos, corresponde a um aumento de 7 indivíduos a utilizar a Internet, passando-se de 21 para 28 homens (Gráfico 24).

Nos grupos etários dos homens, salienta-se a faixa etária dos 40-44 anos de idade porque foi onde se verificou o maior aumento (3,2%), seguindo-se 2,2% na faixa dos 45-49 e na dos 50-54.

Quando examinamos os grupos etários das mulheres, destaca-se o seguinte:

- No grupo dos 55 aos 59 anos de idade, registou-se o maior aumento por escalão etário (9,7%). Importa referir, nesta faixa etária, em termos absolutos, que no início não havia nenhuma mulher a utilizar a Internet e presentemente são 9 as mulheres deste escalão que utilizam a Internet (Gráfico 24);
- Comparando os valores da utilização da Internet (Gráfico 24) e da posse de computador (Gráfico 16) por parte das mulheres, concluímos que ao passarem a ter acesso a um computador passaram também a utilizar a Internet;
- Segue-se a faixa etária 40 aos 44 anos de idade em que houve um aumento de 7,5%;
- Na faixa com mais de 60 anos existe actualmente uma mulher a utilizar a Internet quando no início do processo não existia nenhuma.

**Gráfico 24 – Evolução do número de utilizadores da Internet por grupos etários e género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Na Tabela 20, pretendemos determinar onde é que a Internet era utilizada, se em casa, no trabalho ou noutra local, agrupando os resultados por homens e mulheres que utilizavam a Internet no início do processo RVCC.

**Tabela 20 – Local de utilização da Internet, antes do RVCC, por género**

<i>Antes usava Internet?</i>		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%	N	%
	<b>Sim</b>	21	100,0	18	100,0	39	100,0
<i>Onde utilizava a Internet?</i>	Casa	21	100,0	13	72,2	34	87,2
	Trabalho	11	52,4	9	50,0	20	51,3
	Noutro local	31	147,6	57	316,7	88	225,6
<i>Qual?</i>	Bombeiros	1		0		1	
	Desporto	1		0		1	
	Escola	0		1		1	
	Na formação	0		1		1	
	Smartphone	1		0		1	
<b>Total</b>		34		59		93	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como podemos notar na tabela anterior, verificamos que:

- A totalidade dos homens que utilizava a Internet fazia-o em casa e só metade (52,4%) a utilizava no trabalho;
- No que se refere às mulheres, observamos que nem todas as mulheres utilizavam a Internet em casa, só 72,2% a utilizava em casa e somente metade (50,0%) a utilizava no trabalho.

Na Tabela 21, desejamos estabelecer onde se utiliza actualmente a Internet, em casa, no trabalho ou noutra local, agrupando-se o resultado por homens e mulheres que indicaram utilizar a Internet.

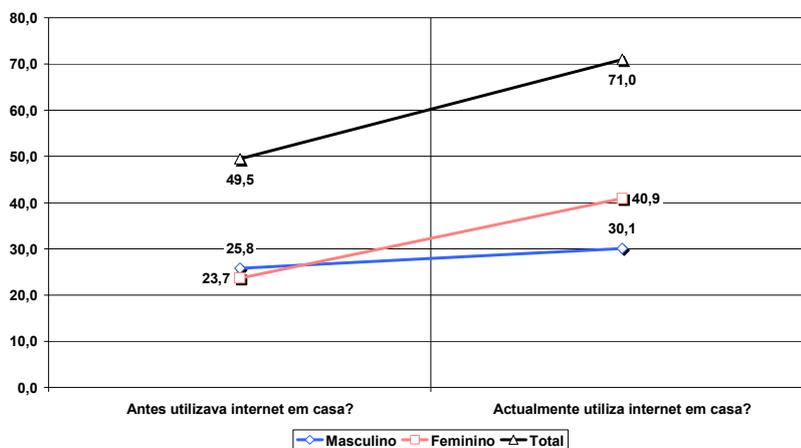
**Tabela 21 – Local actual de utilização da Internet, por género**

Actualmente utiliza a Internet?		Género				Total	
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%	N	%
	<b>Sim</b>	28	100,0	42	100,0	75	100,0
Onde utiliza a Internet?	Casa	28	100,0	38	90,5	66	87,7
	Trabalho	14	50,0	21	50,0	35	46,5
	Noutro local	33	117,9	55	131,0	88	116,9
Qual?	Escola	0		2		2	
	Férias	0		1		1	
	IEFP	0		1		1	
	Vários	1		0		1	
<b>Total</b>		34		59		93	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No sentido de avaliar a evolução da utilização da Internet por local de utilização, elaborámos um conjunto de gráficos para a sua representação entre o início do processo e actualmente.

**Gráfico 25 – Evolução da utilização da Internet em casa, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Como ilustra o gráfico anterior (Gráfico 25), a evolução da utilização da Internet em casa é mais significativa nos indivíduos do género feminino do que nos do género masculino. Da leitura do gráfico deduzimos:

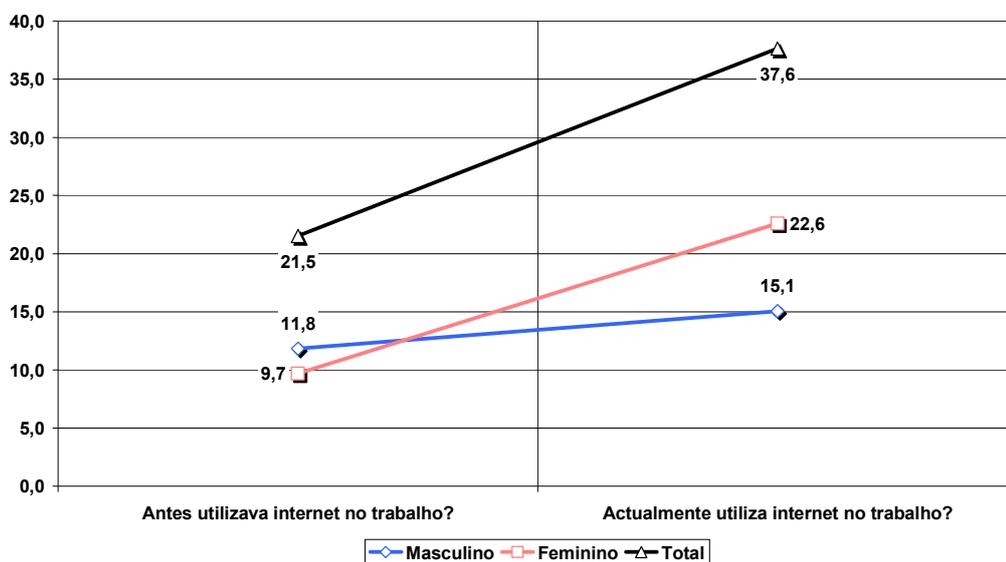
- Nas mulheres regista-se um aumento de 17,2% enquanto nos homens é de apenas 4,3%;

- No total dos adultos o aumento é relativamente significativo, regista-se um acréscimo de 21,5%.

Podemos analisar no Gráfico 26, a evolução da utilização da Internet no local de trabalho, destacamos o seguinte:

- O aumento de 12,9% nas mulheres é relativamente mais significativo do que nos homens que registaram um ligeiro aumento de 3,3%;
- No total dos adultos, verificou-se um aumento de 16,1%, entre o início do processo RVCC (21,5%) e actualmente (37,6%).

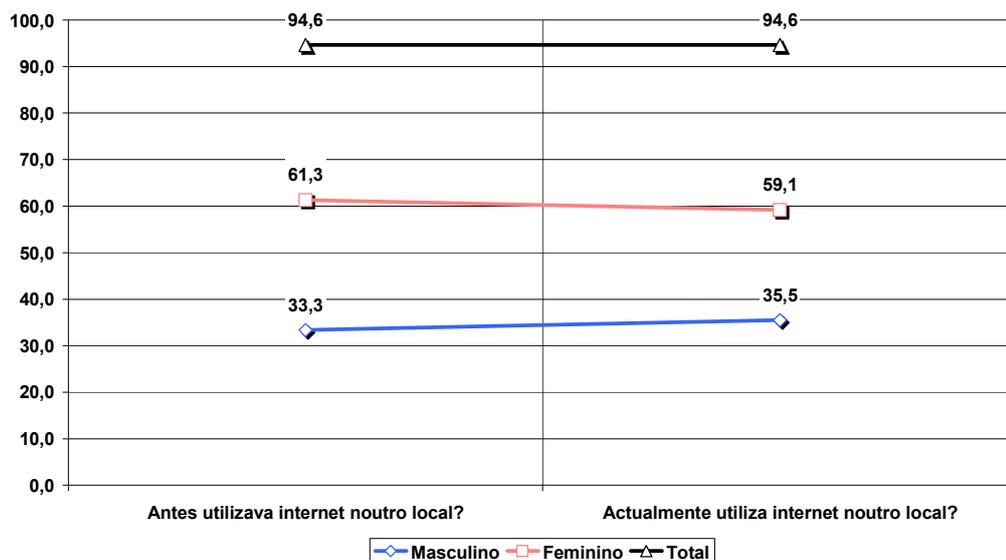
**Gráfico 26 – Evolução da utilização da Internet no trabalho, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No que se refere à utilização da Internet sem ser em casa ou no trabalho, conforme observamos no Gráfico 27, houve uma ligeira alteração tanto nas mulheres como nos homens. Nas mulheres registou-se um decréscimo de 2,2%, ou seja, há relativamente menos mulheres a utilizar a Internet noutro local, enquanto nos homens a alteração é positiva, regista-se um ligeiro aumento de 2,2%. No total dos adultos não há alterações, observa-se o mesmo valor (94.6%) antes e actualmente.

**Gráfico 27 – Evolução da utilização da Internet noutro local, por género**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Noutra das dimensões inquiridas relativamente à utilização da Internet, pretende-se determinar as finalidades da utilização da Internet.

**Tabela 22 – Finalidade de utilização da Internet, antes de iniciar o processo de RVCC, por género**

		Género				Total	
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%	N	%
<i>Antes usava Internet?</i>	Sim	21	100,0	18	100,0	39	100,0
Para que fins utilizava a Internet?	Profissional	12	57,1	12	66,7	24	61,5
	Comunicação	17	81,0	13	72,2	30	76,9
	Informação	12	57,1	6	33,3	18	46,2
	Lazer	11	52,4	11	61,1	22	56,4
	Outro fim	33	157,1	58	322,2	91	233,3
Qual?	Desporto	1		0		1	
	Para a formação	0		1		1	
<b>Total</b>		34		59		93	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Neste sentido, podemos observar na Tabela 22, as respostas dos inquiridos antes do processo RVCC:

- Em relação aos homens, verifica-se que a maioria (81%) utilizava a Internet para fins de comunicação e 52,4% (cerca de metade) utilizava-a para lazer;
- Quando observamos as respostas das mulheres vemos que a maior parte (71,4%) utilizava a Internet para comunicação e um terço (33,3%) utilizava-a para obter informação.

Na actualidade, as finalidades de utilização da Internet são demonstradas na Tabela 23, podemos destacar que:

- A maioria dos homens (89,3%) indicou que utiliza a Internet para obter informação enquanto 60,7% utiliza a Internet para fins profissionais e comunicação;
- Nas mulheres mais de dois terços (71,4%) utiliza a Internet para obter informação e pouco mais que metade (52,4%) utiliza-a para fins profissionais.

**Tabela 23 – Finalidade actual de utilização da Internet, por género**

		<i>Género</i>				<b>Total</b>	
		Masculino		Feminino			
		N	%	N	%	N	%
<i>Actualmente utiliza a Internet?</i>	<b>Sim</b>	28	100,0	42	100,0	70	100,0
<i>Para que fins utiliza a Internet?</i>	Profissional	17	60,7	22	52,4	39	55,7
	Comunicação	17	60,7	25	59,5	42	60,0
	Informação	25	89,3	30	71,4	55	78,6
	Lazer	18	64,3	27	64,3	45	64,3
	Outro fim	34	121,4	58	138,1	92	131,4
<i>Qual?</i>	Trabalhos EFA	0		1		1	
<b>Total</b>		34		59		93	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

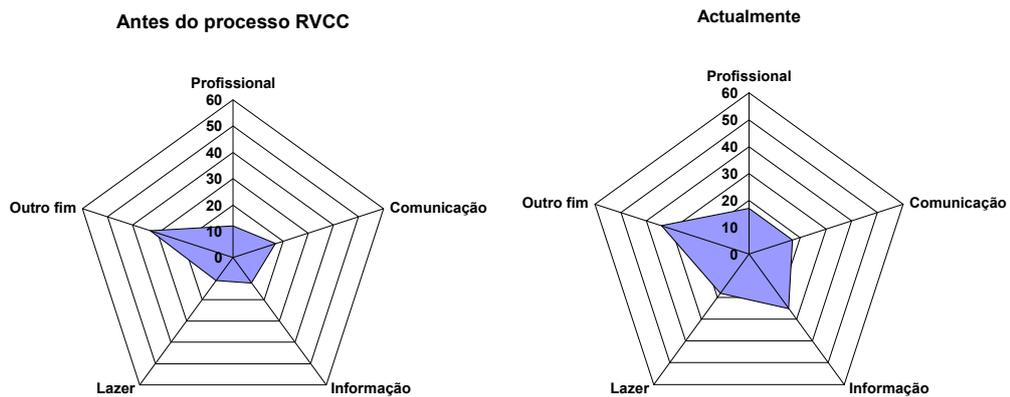
Comparativamente, observando a evolução ilustrada no Gráfico 28 e no Gráfico 29, e as informações constantes na Tabela 22 e na Tabela 23, podemos referir que, tanto nos homens como nas mulheres, verificam-se alterações significativas nas finalidades da utilização da Internet.

No início do processo RVCC, os homens e as mulheres utilizavam mais a Internet para fins de comunicação (81% e 72,2%, respectivamente) enquanto agora a

finalidade mais indicada é a de obter informação (89,3% nos homens e 71,4% nas mulheres).

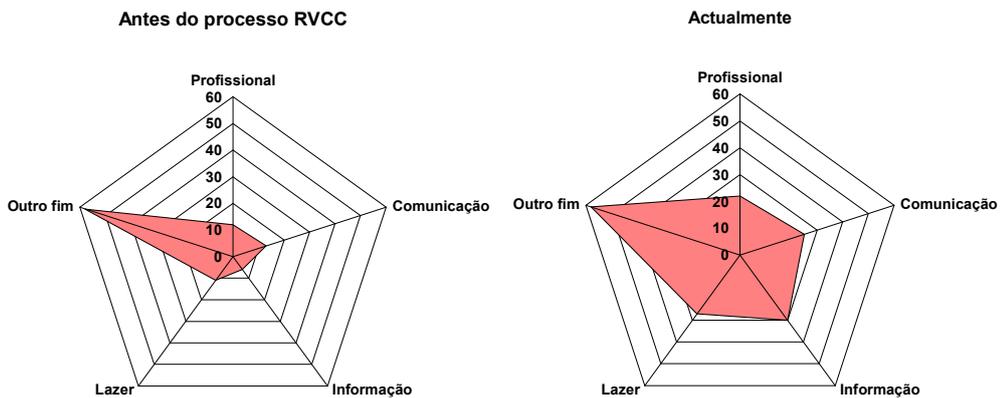
No total, verificamos que antes do processo RVCC a Internet era mais utilizada para fins de comunicação (76,9%) e no presente a Internet é mais utilizada para fins de informação (78,6%).

**Gráfico 28 – Evolução da finalidade da utilização da Internet pelos homens**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

**Gráfico 29 – Evolução da finalidade da utilização da Internet pelas mulheres**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

### **4.2.3. O impacto das TIC – Dimensão Profissional**

Um dos desafios referenciados no nosso trabalho (cf. p.21) prende-se com as rápidas mudanças verificadas na sociedade nas últimas duas décadas do século XX.

Neste sentido, de acordo com o considerado pelo Conselho Europeu (2000) como uma das 4 áreas de intervenção, “a melhoria da empregabilidade”, dirigimos esta parte do trabalho no sentido de determinar se as competências em TIC, focalizadas na posse e utilização de computador e utilização da Internet, contribuíram para a melhoria da situação profissional dos adultos certificados pelo processo RVCC, no período de 2001 a 2005, no centro RVCC (actualmente designado por Centro de Novas Oportunidades) promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre.

Para tal, analisaremos a situação profissional dos adultos sob diversos pontos de vista:

- i. qual a situação profissional dos indivíduos no início do processo RVCC, estavam empregados ou desempregados;
- ii. após o RVCC, estando empregados mudaram de actividade profissional;
- iii. em que momento ocorreu essa mudança de actividade profissional;
- iv. que mudanças ocorreram;
- v. e, finalmente, a avaliação atribuída pelos adultos à influência do processo RVCC na mudança profissional.

#### **4.2.3.1. Situação profissional do indivíduo**

Começamos pela situação profissional dos indivíduos, comparando e contabilizando, a evolução da sua situação de empregados ou desempregados, antes do processo RVCC e após o mesmo. Para tal, também fizemos o balanço do que aconteceu durante o processo, nomeadamente, tivemos em conta os indivíduos que entretanto ficaram desempregados e os que passaram da situação de desempregados para empregados.

Quando observamos a Tabela 24, tudo aponta para uma manutenção do emprego no grupo dos homens e um decréscimo (6,8%), no das mulheres.

**Tabela 24 – Distribuição dos adultos por género e pela situação profissional, no início, durante e após o processo RVCC**

<i>Situação profissional</i>						<b>Total</b>		
		Masculino		Feminino		N	%	% Válida
		N	%	N	%			
No início do processo RVCC	Empregado	30	88,2	48	81,4	78	83,9	85,7
	Desempregado	3	8,8	10	16,9	13	14,0	14,3
	Total	33	97,1	58	98,3	91	97,8	100,0
	Sem resposta	1	2,9	1	1,7	2	2,2	
	Total	34	100,0	59	100,0	93	100,0	
Durante o RVCC	Ficou desempregado	4	11,8	7	11,9	11	11,8	
	Arranjou emprego	4	11,8	3	5,1	7	7,5	
Actualmente	Empregado	30	88,2	44	74,6	74	79,6	81,3
	Desempregado	3	8,8	14	23,7	17	18,3	18,7
	Total	33	97,1	58	98,3	91	97,8	100,0
	Sem resposta	1	2,9	1	1,7	2	2,2	
	Total	34	100,0	59	100,0	93	100,0	
Saldo	Empregado	0	0,0	-4	-6,8	-4	-4,3	
	Desempregado	0	0,0	4	6,8	4	4,3	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Pela leitura da Tabela 25, retiramos a ideia de que, pelo facto dos homens estarem empregados, possibilitou-lhes a aquisição de computador antes do processo.

**Tabela 25 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego, por posse de computador antes do processo RVCC**

<i>Género</i>	<i>Quando iniciou o processo de RVCC estava:</i>	<i>Antes de iniciar o processo RVCC possuía computador?</i>		<b>Total</b>
		Não	Sim	
Masculino	Empregado	7	23	30
	Desempregado	2	1	3
	Total	9	24	33
Feminino	Empregado	24	21	45
	Desempregado	6	4	10
	Total	30	25	55
Total	Empregado	31	44	75
	Desempregado	8	5	13
	Total	39	49	88
<b>Sem resposta</b>				5
Total da amostra				93

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Quando observamos os dados na tabela anterior, referentes às mulheres, a situação reportada é diferente, mais de metade das mulheres (24), mesmo estando empregadas não possuíam computador quando iniciaram o processo RVCC. Só 21 mulheres empregadas possuíam computador.

Em relação aos desempregados, temos apenas, 1 homem e 4 mulheres que também possuíam computador no início do processo, mesmo estando na situação de desempregados.

**Tabela 26 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego antes do processo, por posse de computador em 2012**

Género	Quando iniciou o processo de RVCC estava:	Actualmente possui computador?		Total
		Não	Sim	
Masculino	Empregado	2	26	28
	Desempregado	1	2	3
	Total	3	28	31
Feminino	Empregado	11	36	47
	Desempregado	4	6	10
	Total	15	42	57
Total	Empregado	13	62	75
	Desempregado	5	8	13
	Total	18	70	88
<b>Sem resposta</b>				5
Total da amostra				93

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

A Tabela 26 demonstra a evolução verificada entre a situação profissional no início do processo e a posse actual de computador. No que diz respeito aos homens empregados, vemos que há mais 3 com computador do que havia no início do processo, quando comparamos com os dados da Tabela 25. Nos homens desempregados, existe mais um homem com computador do que havia no início do processo.

No caso das mulheres, a situação alterou-se significativamente, hoje temos 36 mulheres empregadas que possuem computador e no início eram somente 21, actualmente, são mais 15 mulheres com computador. Nas desempregadas, registam-se 6 mulheres com computador, portanto, mais duas em relação ao momento inicial do processo.

Tendo como finalidade verificar a evolução profissional dos indivíduos tomando como referência a utilização ou não da Internet, no início do processo RVCC e no presente, apresentamos de seguida a Tabela 27 e a Tabela 28.

Da Tabela 27, deduzimos que havia menos homens empregados (19) que utilizavam a Internet do que havia com computador (23) no início do processo. O mesmo acontecia com as mulheres desempregadas: havia menos mulheres empregadas utilizadoras da Internet (16) do que havia com computador (21). Portanto, tanto no caso dos homens como no das mulheres, podemos apontar que o facto de possuírem computador não significa que todos o utilizem também para aceder à Internet.

**Tabela 27 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego, por utilização da Internet antes do processo RVCC**

Género	Quando iniciou o processo de RVCC estava:	Antes de iniciar o processo RVCC utilizava a Internet?		Total
		Não	Sim	
Masculino	Empregado	11	19	30
	Desempregado	1	2	3
	<b>Total</b>	12	21	33
Feminino	Empregado	29	16	45
	Desempregado	8	2	10
	<b>Total</b>	37	18	55
Total	Empregado	40	35	75
	Desempregado	9	4	13
	<b>Total</b>	49	39	88
<b>Sem resposta</b>				5
Total da amostra				93

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

A utilização da Internet pelos indivíduos na situação de desempregados, como podemos ver na tabela anterior, é a seguinte:

- Tínhamos no início do processo 2 homens a utilizar a Internet e só um tinha computador;
- Nas mulheres, registam-se duas que utilizavam a Internet quando havia, no início do processo, quatro mulheres com computador, assim, duas das mulheres apesar de terem computador não o utilizavam para aceder à Internet.

Quando analisamos a situação actual da utilização da Internet por empregados e desempregados, como mostramos na Tabela 28, podemos destacar o seguinte:

- Nos homens empregados, verifica-se que actualmente utilizam a Internet 26 deles enquanto no início somente 19 a utilizavam;
- Já no caso das mulheres empregadas, 35 utilizam a Internet agora quando no início eram menos de metade (16), temos portanto, um aumento significativo de mais 19 mulheres a utilizar a Internet;
- Nos homens desempregados não se registam alterações, dos três desempregados os dois que utilizavam a Internet no início, continuam a utilizá-la no presente;
- Para as mulheres desempregadas a tabela mostra que actualmente utilizam a Internet 6 mulheres quando no início do processo eram somente duas, neste caso, o aumento também é significativo, são mais 4 mulheres desempregadas a utilizar a Internet.

**Tabela 28 – Distribuição dos adultos por género e situação face ao emprego antes do processo, por utilização da Internet em 2012**

Género	Quando iniciou o processo de RVCC estava:	Actualmente utiliza a Internet?		Total
		Não	Sim	
Masculino	Empregado	2	26	28
	Desempregado	1	2	3
	<b>Total</b>	3	28	31
Feminino	Empregado	11	35	46
	Desempregado	2	6	8
	<b>Total</b>	13	41	54
Total	Empregado	13	61	74
	Desempregado	3	8	11
	<b>Total</b>	16	69	85
<b>Sem resposta</b>				8
Total da amostra				93

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

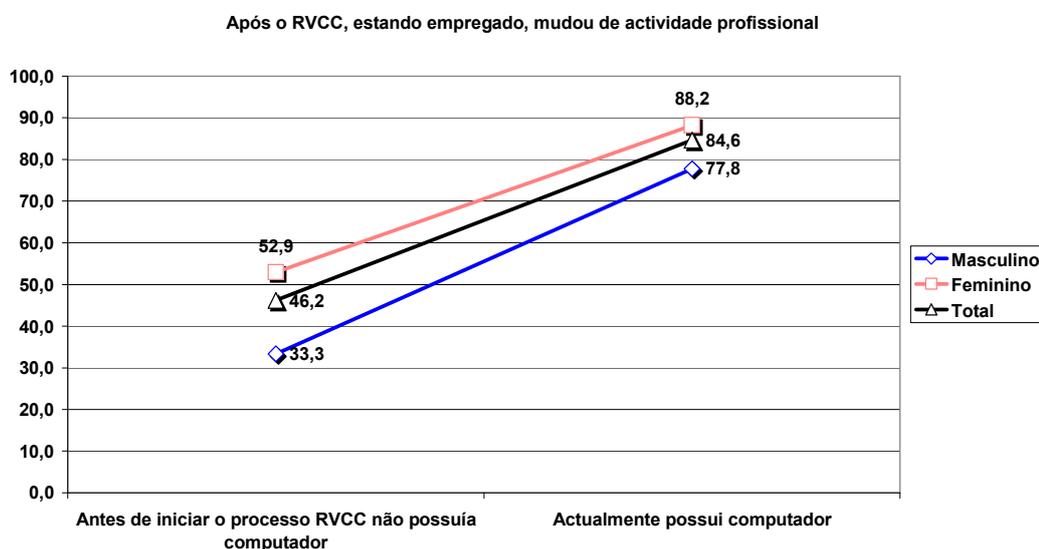
#### 4.2.3.2. Mudança de actividade profissional

Ainda no mesmo âmbito, a determinação do impacto da posse e utilização de computador e Internet, apresentamos a descrição da evolução verificada, entre o início do processo RVCC e actualmente, ilustrando-a graficamente, para os indivíduos que

após o processo RVCC estavam na situação de empregados e mudaram de actividade profissional.

Ao observarmos os gráficos seguintes, podemos comparar a situação dos adultos empregados que após o processo RVCC estavam a trabalhar e mudaram de actividade profissional. Para tal, verificamos qual a percentagem de indivíduos que, antes de iniciar o processo não tinham computador ou não utilizava a Internet e, actualmente, possuem computador ou utilizam a Internet.

**Gráfico 30 – Evolução da percentagem de adultos com mudança de actividade profissional, por género e posse de computador**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

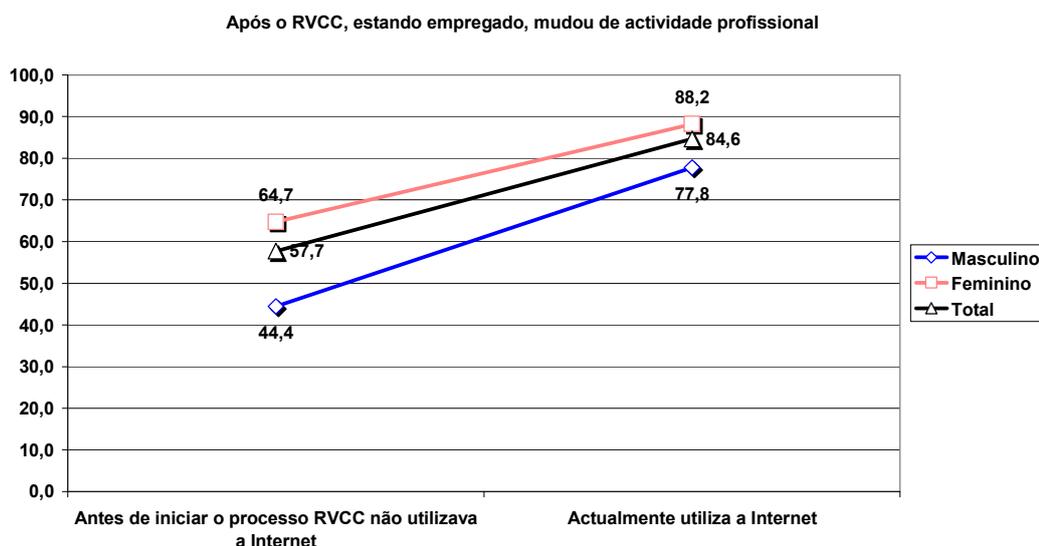
No Gráfico 30, conseguimos concluir que em qualquer das situações, género masculino, feminino e no total de indivíduos, existe uma evolução positiva. No caso dos homens existe um aumento significativo de 44,5%.

Para as mulheres o aumento verificado foi de 35,3%, também significativo mas inferior ao registado nos homens. No total esse aumento foi de 38,4%.

Apesar destes aumentos se verificarem nos dois géneros, masculino e feminino, podemos advogar que não há diferenças significativas entre os dois géneros, como demonstra a inclinação de ambas as linhas no Gráfico 30. Estas evidências apontam para que não se registre uma predominância de um género em relação ao outro.

No gráfico que se segue (Gráfico 31), constatamos a evolução percentual, em relação à utilização da Internet antes e após o processo, verificada nos adultos que após o processo estavam empregados e mudaram de actividade profissional.

**Gráfico 31 – Evolução da percentagem de adultos com mudança de actividade profissional, por género e utilização da Internet**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Neste caso, a evolução é positiva em todas as situações. Nos homens há um aumento de 33,4%, nas mulheres esse aumento é inferior ao registado nos homens, sendo de 23,5% e no total temos um aumento de 27,1%.

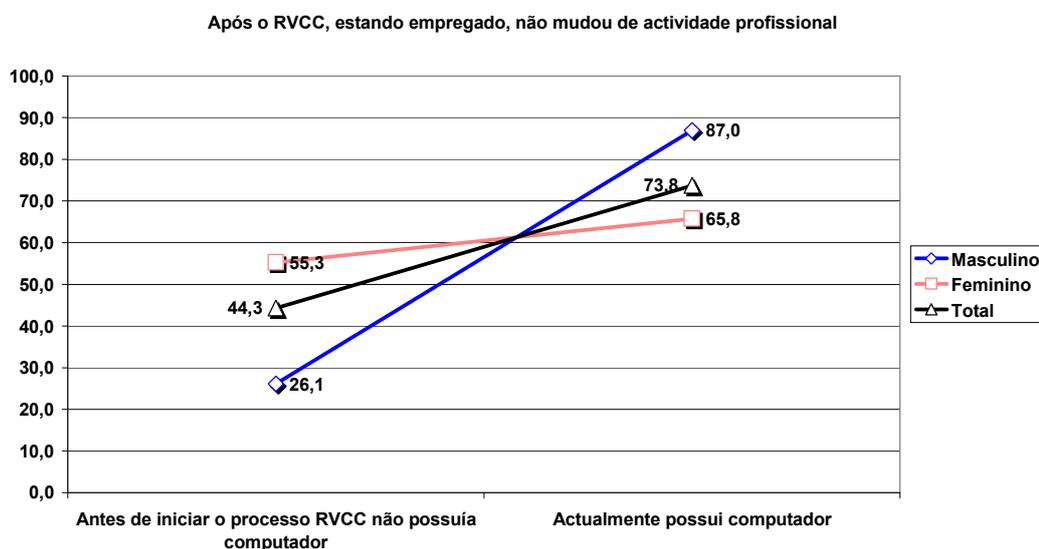
Também nesta situação, podemos apontar para uma evolução idêntica em ambos os géneros, como demonstra a inclinação da linha, portanto, não há uma predominância de um género sobre o outro, ambos evoluíram de forma idêntica.

Sendo assim, nos indivíduos que mudaram de actividade profissional, a influência, tanto do computador como da Internet, aponta para uma evolução igual em ambos os géneros, não havendo diferenças significativas que leve os homens a destacar-se das mulheres ou vice versa.

Quando comparamos os adultos que se encontravam empregados após o processo RVCC, mas que não mudaram de actividade profissional, com as duas

situações, posse de computador e utilização da Internet, registamos evoluções significativas entre os homens e as mulheres.

**Gráfico 32 – Evolução da percentagem de adultos sem mudança de actividade profissional, por género e posse de computador**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

No Gráfico 32, a evolução ilustrada aponta para uma diferença significativa entre os homens e as mulheres em relação à percentagem de computadores antes do processo e no momento actual. As linhas do gráfico demonstram essas diferenças, mostrando uma tendência perfeitamente distinta entre ambos.

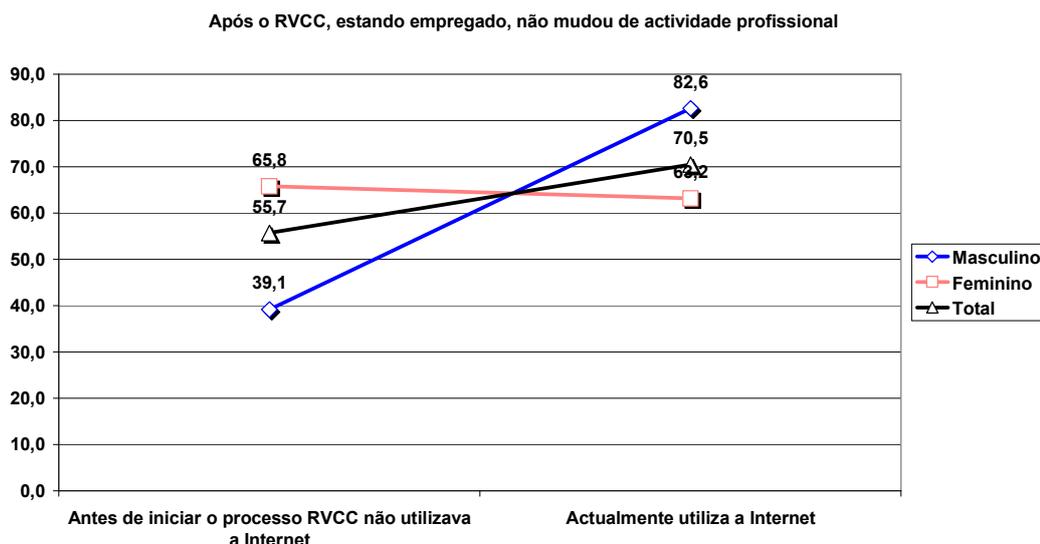
Nos homens, há um aumento de computadores mais acentuado do que nas mulheres, que registam uma tendência positiva no aumento de computadores, mas com um crescimento muito inferior ao dos homens.

As diferenças percentuais são também testemunho dessas tendências. O aumento relativo nos homens é de 60,9% e nas mulheres é de apenas 10,5%.

Também no gráfico seguinte (Gráfico 33), que realça a evolução percentual dos adultos que não mudaram de actividade profissional estando a trabalhar após o processo RVCC, comparando a utilização da Internet no início do processo e actualmente, podemos verificar diferenças significativas entre os dois géneros.

Neste caso, nos homens temos uma evolução positiva bastante significativa, há um aumento percentual de 43,5%. Mas nas mulheres registamos um decréscimo de 3,6%, ou seja, a tendência aponta para uma diminuição do número de mulheres, na situação de empregadas que não mudam de actividade profissional, a utilizar a Internet.

**Gráfico 33 – Evolução da percentagem de adultos sem mudança de actividade profissional, por género e utilização da Internet**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.2.3.3. Quando ocorreu a mudança de actividade profissional

Na sequência da mudança de actividade profissional dos adultos empregados, após o processo RVCC, procurámos determinar quando ocorreu essa mudança. Nesse sentido, elaborámos duas tabelas com o objectivo de reunir a informação, relevante para ajudar a identificar quando aconteceu mais vezes essa mudança, inferindo-a com a utilização da Internet e do computador.

Conforme exposto na Tabela 29, o período com uma maior incidência de mudanças na actividade profissional dos indivíduos aconteceu entre 1 a 2 anos após a conclusão do processo RVCC, correspondendo ao grupo de adultos que actualmente possui computador.

Dentro deste período, 1 a 2 anos após o processo, 6 mulheres com computador mudaram a sua actividade profissional enquanto o mesmo aconteceu a 4 homens.

Em relação aos adultos sem computador, os valores apresentados são insignificantes, apenas um homem e uma mulher mudaram em menos de 1 ano de actividade profissional e no espaço de 2 a 3 anos mudou uma única mulher.

No computo dos dois géneros, que actualmente possuem computador, esta mudança aconteceu mais vezes às mulheres do que aos homens, 13 e 7 vezes, respectivamente.

**Tabela 29 – Distribuição dos adultos por género e ocorrência da mudança de actividade profissional agrupados por posse de computador**

<i>Computador</i>	<i>Quando ocorreu essa mudança</i>	<i>Género</i>		<b>Total</b>
		Masculino	Feminino	
Actualmente não possui	Até 1 ano após o processo de RVCC	1	1	2
	2 a 3 anos após o processo de RVCC	0	1	1
	<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Actualmente possui	Durante o processo de RVCC	1	1	2
	Até 1 ano após o processo de RVCC	1	1	2
	1 a 2 anos após o processo de RVCC	4	6	10
	2 a 3 anos após o processo de RVCC	0	1	1
	Mais de 3 anos após o processo de RVCC	1	4	5
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>20</b>	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Em relação à utilização da Internet por parte dos adultos que mudaram de actividade profissional, como vemos na Tabela 30, os valores são quase todos iguais aos da tabela apresentada anteriormente, com uma única excepção, existe uma mulher a menos, que não mudou de actividade profissional, no período até um ano no grupo que actualmente não utiliza a Internet.

**Tabela 30 – Distribuição dos adultos por género e ocorrência da mudança de actividade profissional agrupados por utilização de Internet**

Internet	Quando ocorreu essa mudança	Género		Total
		Masculino	Feminino	
Actualmente não utiliza	Até 1 ano após o processo de RVCC	1	0	1
	2 a 3 anos após o processo de RVCC	0	1	1
	Total	1	1	2
Actualmente utiliza	Durante o processo de RVCC	1	1	2
	Até 1 ano após o processo de RVCC	1	1	2
	1 a 2 anos após o processo de RVCC	4	6	10
	2 a 3 anos após o processo de RVCC	0	1	1
	Mais de 3 anos após o processo de RVCC	1	4	5
	Total	7	13	20

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.2.3.4. O que mudou na actividade profissional

Procurámos aferir as mudanças ocorridas na actividade profissional dos adultos agrupando-as por posse de computador e utilização de Internet. Nas duas tabelas que se seguem, Tabela 31 e Tabela 32, mostramos os resultados obtidos para esta situação.

Em relação aos homens, que após o processo RVCC estavam empregados e mudaram de actividade profissional, podemos constatar na Tabela 31, que as mudanças ocorreram mais nos homens que possuem computador (77,8%) do que naqueles que não possuem computador (22,2%). Quando comparamos as ocorrências com o total de homens da amostra (34) vemos que um quinto dos homens, que mudou de actividade profissional, possui computador (20,9%) e 5,9% também mudou de actividade profissional mas não possui computador.

No que concerne às mulheres, verificamos que as mudanças foram mais frequentes nas que possuem computador (88,2%) do que naquelas que não possuem computador (11,8%). Ao compararmos as mudanças ocorridas com o total de mulheres da amostra (59) observamos que um quarto das mulheres, que mudou de actividade profissional, possui computador enquanto apenas 3,4% mudou de actividade profissional e não possui computador.

No que diz respeito às mudanças ocorridas na actividade profissional, verificamos que se registaram mais mudanças na profissão, 4 nos homens (11,8%) e 6 nas mulheres (10,2%), do que nas outras alterações profissionais. Esta mudança de

profissão ocorreu mais nos adultos com computador (38,5%) do que naqueles sem computador (15,4%).

**Tabela 31 – Distribuição de adultos empregados por género e por mudança na actividade profissional, após o processo RVCC, em relação à posse actual de computador**

Computador	o que mudou na actividade profissional:	Género						Total		
		Masculino			Feminino					
		N	%		N	%		N	%	
Actualmente não possui	Profissão	2	5,9	22,2	2	3,4	11,8	4	4,3	15,4
	Tipo de Contrato	1	2,9	11,1	-			1	1,1	3,8
	Local de Trabalho	-			-			-		
	Remuneração	-			-			-		
	Outra	-			-			-		
	<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>5,9</b>	<b>22,2</b>	<b>2</b>	<b>3,4</b>	<b>11,8</b>	<b>4</b>	<b>4,3</b>	<b>15,4</b>
Actualmente possui	Profissão	4	11,8	44,4	6	10,2	35,3	10	10,8	38,5
	Tipo de Contrato	2	5,9	22,2	3	5,1	17,6	5	5,4	19,2
	Local de Trabalho	2	5,9	22,2	1	1,7	5,9	3	3,2	11,5
	Remuneração	1	2,9	11,1	3	5,1	17,6	4	4,3	15,4
	Outra	-			2	3,4	11,8	2	2,2	7,7
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>20,6</b>	<b>77,8</b>	<b>15</b>	<b>25,4</b>	<b>88,2</b>	<b>22</b>	<b>23,7</b>	<b>84,6</b>
Total de indivíduos		9	26,5	100,0	17	28,8	100,0	26	28,0	100,0
Sem mudança profissional		21	61,8		37	62,7		58	62,4	
Sem resposta		4	11,8		5	8,5		9	9,7	
<b>Total da amostra</b>		<b>34</b>	<b>100,0</b>		<b>59</b>	<b>100,0</b>		<b>93</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Quando analisamos as mudanças de actividade profissional, relacionando-as com a Internet, podemos verificar na Tabela 32, que as mudanças são muito semelhantes às verificadas anteriormente, quando as relacionámos com o computador.

No caso da Internet, as mudanças de actividade profissional ocorreram mais nos homens que a utilizam (77,8%) do que naqueles que não a utilizam (22,2%). Quando comparamos as ocorrências com o total de homens da amostra (34) vemos que um quinto dos homens, que mudou de actividade profissional, utiliza a Internet (20,9%) e 5,9% também mudou de actividade profissional mas não utiliza a Internet. Curiosamente, estes valores são iguais aos verificados na tabela anterior, o que aponta no sentido de que todos os homens que mudaram de actividade, possuem computador utilizam a Internet ou não possuem computador e não utilizam a Internet.

No que respeita às mulheres, observamos que as mudanças ocorridas foram maioritariamente nas que utilizam a Internet (93,8%) e apenas 6,2% naquelas que não

utilizam a Internet. Ao compararmos as mudanças ocorridas com o total de mulheres da amostra (59) observamos que um quarto das mulheres, que mudou de actividade profissional, utiliza a Internet enquanto apenas 1,7% mudou de actividade profissional e não utiliza a Internet.

**Tabela 32 – Distribuição de adultos empregados por género e por mudança na actividade profissional, após o processo RVCC, em relação à utilização actual da Internet**

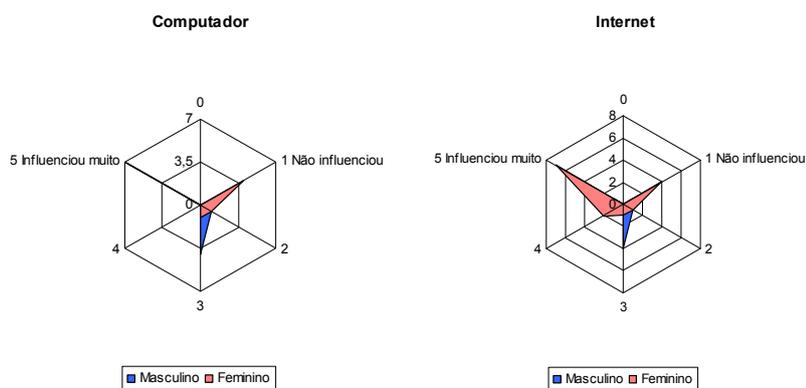
Internet	o que mudou na actividade profissional:	Género						Total		
		Masculino			Feminino					
		N	%		N	%		N	%	
Actualmente não utiliza	Profissão	2	5,9	22,2	1	1,7	6,3	3	3,2	12,0
	Tipo de Contrato	1	2,9	11,1				1	1,1	4,0
	Local de Trabalho									
	Remuneração									
	Outra									
	Total	2	5,9	22,2	1	1,7	6,3	3	3,2	12,0
Actualmente utiliza	Profissão	4	11,8	44,4	6	10,2	37,5	10	10,8	40,0
	Tipo de Contrato	2	5,9	22,2	3	5,1	18,8	5	5,4	20,0
	Local de Trabalho	2	5,9	22,2	1	1,7	6,3	3	3,2	12,0
	Remuneração	1	2,9	11,1	3	5,1	18,8	4	4,3	16,0
	Outra									
	Total	7	20,6	77,8	15	25,4	93,8	22	23,7	88,0
Total de Indivíduos		9	26,5	100,0	16	27,1	100,0	25	26,9	100,0
Sem mudança profissional		21	61,8		35	59,3		56	60,2	
Sem resposta		4	11,8		8	13,6		12	12,9	
<b>Total da amostra</b>		<b>34</b>	<b>100,0</b>		<b>59</b>	<b>100,0</b>		<b>93</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

#### 4.2.3.5. Influência do processo RVCC na mudança profissional

Aos questionarmos os adultos, que estando empregados mudaram de actividade profissional após o processo de RVCC, qual a influência atribuída ao processo de RVCC nessa mudança, obtivemos as respostas conforme constam no seguinte gráfico.

### Gráfico 34 – Influência atribuída ao processo RVCC na mudança profissional



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Da representação ilustrada no Gráfico 34, podemos inferir que o computador foi mais importante para os homens do que para as mulheres, embora os homens lhe tenham atribuído uma avaliação média de 3.

As mulheres, por sua vez, consideraram que o computador não influenciou as suas mudanças de actividade profissional.

No que diz respeito à utilização da Internet, a situação ilustrada no gráfico mostra que a opinião dos homens se mantém igual em relação ao computador, atribuem-lhe uma influência média de 3.

No caso das mulheres, registam-se alterações no grau de influência do processo RVCC, encontrando-se divididas em dois grupos. Um grupo de mulheres considera que o processo influenciou muito e um outro grupo acha que o processo não influenciou nada as mudanças de actividade profissional.

#### 4.2.3.6. Alterações da situação profissional do indivíduo

Outro dos aspectos que achamos pertinente para a nossa investigação tem a ver com a situação dos adultos que conseguiram empregar-se após o RVCC.

Na tabela seguinte (Tabela 33) contabilizamos o número de adultos, com e sem computador, que conseguiram empregar-se. Do total de 9 adultos, 4 são do género masculino e 5 do género feminino. Em relação aos adultos com computador,

conseguiram empregar-se 4 homens e apenas 2 mulheres. Dos adultos sem computador, só uma mulher conseguiu empregar-se.

**Tabela 33 – Distribuição dos adultos por género, que se empregaram após o processo RVCC, em relação à posse do computador**

Computador	Estando desempregado, encontrou emprego	Género		Total
		Masculino	Feminino	
Actualmente não possui	Não	-	3	3
	Sim	-	1	1
	Total	-	4	4
Actualmente possui	Não	-	3	3
	Sim	4	2	6
	Total	4	5	9
<b>Indivíduos empregados</b>		4	3	7

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Na Tabela 34 apresentamos o número de adultos, com e sem utilização da Internet, que estando desempregados conseguiram arranjar emprego.

**Tabela 34 – Distribuição dos adultos por género, que se empregaram após o processo RVCC, em relação à utilização da Internet**

Internet	Estando desempregado, encontrou emprego	Género		Total
		Masculino	Feminino	
Actualmente não utiliza	Não	-	1	1
	Sim	-	-	0
	Total	-	1	1
Actualmente utiliza	Não	-	3	3
	Sim	4	2	6
	Total	4	5	9
<b>Indivíduos empregados</b>		4	2	6

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Do total de 9 adultos com acesso à Internet, 4 homens arranjam emprego e apenas 2 mulheres conseguiram arranjar emprego, situação idêntica à registada na Tabela 33.

No caso dos adultos que não utilizam a Internet não registamos nenhum que estando na situação de desempregado conseguiu empregar-se.

As evidências, reportadas nas duas tabelas apresentadas anteriormente, apontam para que todos os homens, que conseguiram empregar-se, possuem computador e utilizam a Internet enquanto a situação das mulheres indica que só algumas mulheres

com computador e com acesso à Internet conseguiram emprego e apenas uma mulher sem computador conseguiu emprego.

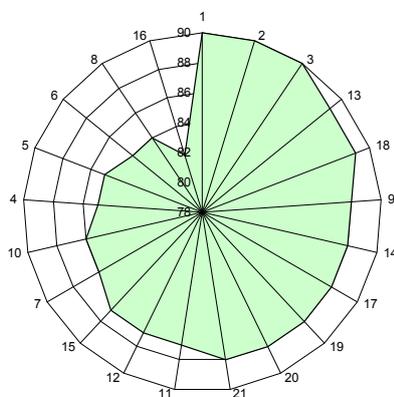
#### 4.2.4. A importância e influência atribuída ao processo RVCC

**Tabela 35 – Importância e influência atribuída ao processo RVCC pelos adultos certificados**

	<i>Importância e influência do Processo de RVCC no(a):</i>	<i>N</i>	<i>Moda</i>	<b>Desvio padrão</b>
1	Conhecimento das minhas capacidades	90	5	,999
2	Valorização competência e conhecimentos pessoais	90	5	,820
3	Aumento da confiança em mim próprio	90	4	1,088
4	Motivação novos projectos e desafios	85	4	1,086
5	Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações	85	4	,939
6	Valorização do certificado obtido pela entidade empregadora	84	3	1,332
7	Melhoria da minha situação profissional	86	1	1,511
8	Valorização social pela comunidade onde estou integrado	84	3	1,217
9	Valorização pela minha família das minhas capacidades/competências	88	4	1,319
10	Participação em actividades realizadas na minha comunidade	86	3	1,306
11	Intervenção cívica (associações, clubes, ...)	87	3	1,275
12	Responsabilização na defesa dos meus direitos	87	3	1,203
13	Capacidade de comunicar e relação com os outros	89	4	1,183
14	Utilização do computador	88	4	1,286
15	Utilização da Internet	87	4	1,314
16	Capacidade de ajuda tarefas escolares dos filhos	82	3	1,361
17	Capacidade de compreensão do mundo/sociedade em que vivo	88	4	1,133
18	Interesse (ou renovação do) pelo que se passa à minha volta	89	3	1,109
19	Interesse (ou renovação do) por actividades culturais	88	3	1,080
20	Estímulo para aprendizagem ao longo da vida	88	5	1,243
21	Oportunidade de acesso à formação profissional	88	5	1,258

Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

**Gráfico 35 – Número de respostas dos inquiridos por situação avaliada**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

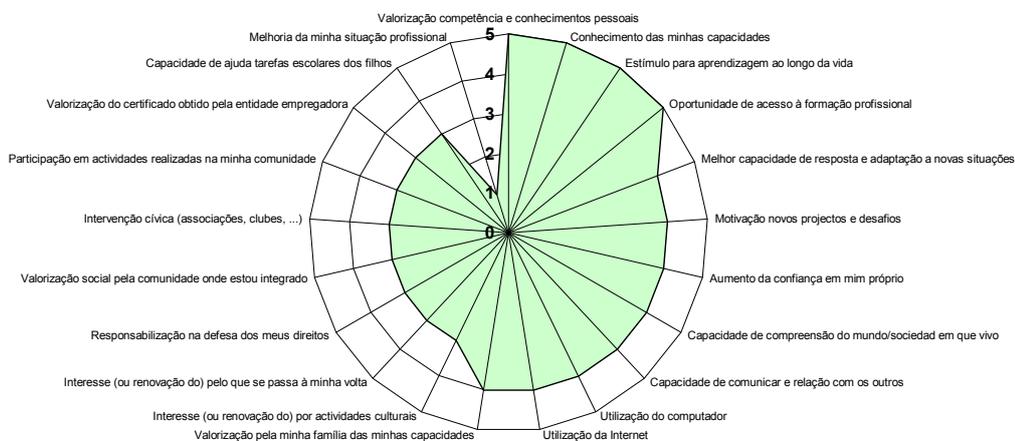
Na Tabela 35 e no Gráfico 35, apresentados anteriormente, podemos verificar a distribuição do número de respostas dos inquiridos em cada uma das situações. Nos três primeiros aspectos contamos 90 respostas avaliando cada um dos aspectos, “Conhecimento das minhas capacidades”, “Valorização de competência e conhecimentos pessoais” e “Aumento da confiança em mim próprio”, enquanto na “Capacidade de ajuda a tarefas escolares dos filhos” apenas foi avaliada por 82 adultos.

Ao analisarmos as avaliações atribuídas, a cada uma das dimensões, pelos adultos certificados, numa escala de 1 a 5 (em que o 1 corresponde ao nada importante e o 5 ao muito importante), depois de calculada a moda, conforme consta na Tabela 35 e está ilustrado no Gráfico 36, destacamos as dimensões mais importantes assinaladas pelos adultos, que foram:

- A “Valorização de competências e conhecimentos pessoais”;
- “O conhecimento das minhas capacidades”;
- E o “Estímulo para a aprendizagem ao longo da vida”.

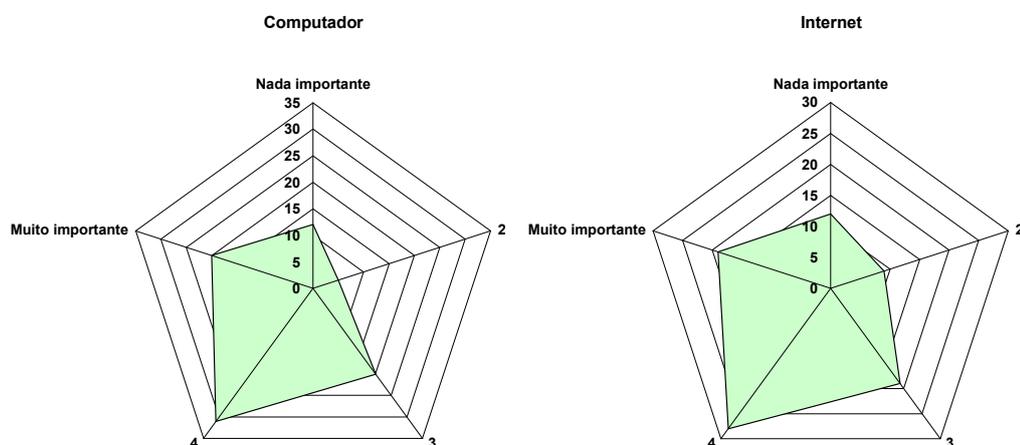
Nos aspectos menos importantes, temos a “Melhoria da minha situação profissional”; a “Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos e a “Valorização do certificado obtido pela entidade empregadora”.

**Gráfico 36 – Grau de importância e influência do processo RVCC para os adultos certificados**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

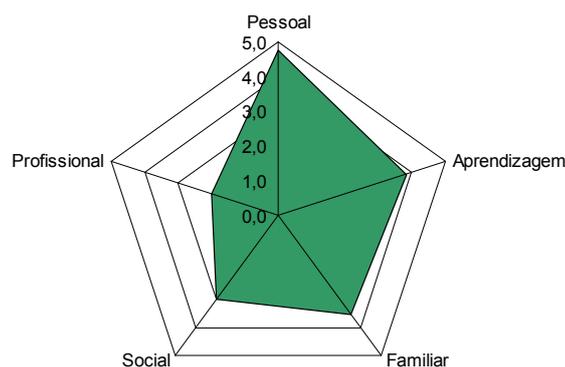
**Gráfico 37 – Importância e influência do processo RVCC para os adultos certificados em relação ao computador e Internet.**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Em relação à avaliação dos aspectos relacionados com o computador e a Internet, como observamos no Gráfico 37, foram ambos considerados pelos adultos como importantes, sendo o 4 a pontuação mais frequente. Contudo, comparando com os outros aspectos, o computador e a Internet, para os adultos não são os aspectos mais importantes, situando-se a sua avaliação sensivelmente a meio do grupo.

**Gráfico 38 – Distribuição da importância atribuída ao processo RVCC agrupada por dimensões**



Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012

Em relação às dimensões, como mostra o Gráfico 38 e a Tabela 36, a dimensão pessoal é a que representa uma maior importância para os adultos enquanto a dimensão profissional é a considerada a menos importante.

**Tabela 36 – Avaliação da importância atribuída ao processo RVCC agrupada por dimensões**

<i>Dimensões</i>	<i>Aspectos</i>	<i>Moda</i>	<b>Média</b>
Pessoal	Valorização de competência e conhecimentos pessoais	5	4,1
	Conhecimento das minhas capacidades	5	
	Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações	4	
	Motivação novos projectos e desafios	4	
	Aumento da confiança em mim próprio	4	
	Capacidade de compreensão do mundo/sociedade em que vivo	4	
	Capacidade de comunicar e relação com os outros	4	
Responsabilização na defesa dos meus direitos	3		
Aprendizagem	Estímulo para aprendizagem ao longo da vida	5	4,0
	Oportunidade de acesso à formação profissional	5	
	Utilização do computador	4	
	Utilização da Internet	4	
	Interesse (ou renovação do) por actividades culturais	3	
	Interesse (ou renovação do) pelo que se passa à minha volta	3	
Familiar	Valorização pela minha família das minhas capacidades	4	3,5
	Capacidade de ajuda tarefas escolares dos filhos	3	
Social	Valorização social pela comunidade onde estou integrado	3	3,0
	Intervenção cívica (associações, clubes, ...)	3	
	Participação em actividades realizadas na minha comunidade	3	
Profissional	Valorização do certificado obtido pela entidade empregadora	3	2,0
	Melhoria da minha situação profissional	1	

**Fonte: Questionário das Novas Qualificações, aplicado em 2011-2012**

## **Considerações finais**

Próximos do fim deste longo caminho e após o término da apresentação, interpretação e análise de resultados desta investigação, estamos perante o seu ponto final, subsistindo somente a apresentação de uma síntese do desenvolvimento do estudo efectuado e divulgado nesta dissertação.

A aproximação do termo desta investigação representa para mim um momento muito marcante em termos profissionais e pessoais. Enquanto profissional da formação, a conclusão desta dissertação de mestrado não é só o alcançar de mais um grau académico, mas antes o culminar de um percurso onde tive oportunidade de adquirir um conjunto de aprendizagens e experiências enriquecedoras fundamentais, para enfrentar os desafios quotidianos característicos da minha actividade profissional, além da possibilidade de progressão na carreira. Em termos pessoais é um desafio superado, um sonho alcançado e [mais] um patamar atingido.

A escolha do tema foi um momento determinante para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho, tendo sido fundamental a conjugação das experiências profissionais e do interesse pessoal, e também profissional, pela Informática.

Neste trabalho, tivemos como objectivo principal compreender e determinar os impactos das competências em Tecnologias de Informação e Comunicação nos adultos certificados pelo processo RVCC, no período compreendido entre 2001 e 2005, no Centro RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre.

A abordagem aos problemas da educação, da formação, do emprego e do desemprego tem sido uma constante na agenda mundial, quer ao nível internacional através de organizações como a UNESCO e a OCDE, quer ao nível europeu, através da União Europeia, à qual Portugal aderiu em 1986.

Vivemos numa época de profundas alterações, disso são evidências a Sociedade da Informação e a Globalização, com os inevitáveis e consequentes impactos da tecnologia digital e das tendências económicas na sociedade em geral, consagrando

benefícios e constituindo desafios latentes para a União Europeia, em geral, e em particular para a sociedade portuguesa.

Tendo em conta as rápidas transformações da sociedade contemporânea, a globalização, a emergência da sociedade da informação, nomeadamente, no que diz respeito às competências inerentes à utilização do computador e da Internet, o baixo nível de qualificação da população portuguesa, o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Com base nos dados recolhidos, tudo aponta que a população do Centro de RVCC do Centro de Formação Profissional de Portalegre é constituída maioritariamente por mulheres, entre os 40 e os 54 anos de idade, casadas, com 2 filhos, residentes no concelho de Portalegre, com habilitações escolares ao nível do 3º ciclo do ensino básico e uma grande parte destas mulheres, quase metade, tem intenção de continuar os seus estudos.

As evidências, dos adultos que durante o seu percurso RVCC necessitam de formação complementar, apontam as mulheres como tendo maior necessidade de formação na área das TIC, da MV e de CE do que os homens enquanto na área de LC são sensivelmente as mesmas.

Ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação a maioria dos homens e das mulheres possui computador, no entanto, a aquisição de computadores entre o início do processo e após a conclusão do mesmo é mais significativa nas mulheres. No caso da utilização da Internet, a maioria dos homens tem acesso à Internet antes de iniciar o processo e há um aumento percentual, ao longo do tempo nos dois géneros, sendo mais significativo nas mulheres.

O processo RVCC influencia a aquisição de computador mais nas mulheres do que nos homens. Contudo, são bastante mais as mulheres, a não ter computador e a não utilizar a Internet, do que os homens, após o processo RVCC.

No caso do número de filhos dos adultos, tanto na utilização do computador como da Internet tudo aponta para um aumento proporcional, mas as diferenças não são significativas.

O estado civil tem pouco significado na utilização do computador e da Internet.

A aquisição de computador e a utilização de Internet têm tendência a ocorrer mais na faixa etária dos 40 aos 49 anos de idade.

O computador e a Internet são mais utilizados em casa pelos homens do que pelas mulheres. São mais as mulheres que, apesar de terem computador e Internet em casa, não os utilizam tanto como os homens. Contudo, tudo indica que a tendência para o aumento da utilização do computador e da Internet, tanto em casa como no local de trabalho, é maior nas mulheres do que nos homens. A tendência aponta para que metade dos adultos utilize o computador e a Internet no seu local de trabalho.

Em relação à utilização do computador e Internet noutros locais não há diferenças significativas.

O processo RVCC influencia, a utilização da Internet em casa e no local trabalho, mais as mulheres do que os homens.

O processo RVCC influencia, a utilização da Internet para os fins de consulta de informação ou de lazer, bastante mais as mulheres do que os homens.

Em termos de empregabilidade, o processo RVCC não influencia a obtenção de emprego, nos homens os resultados apontam para uma manutenção dos empregos e nas mulheres para um ligeiro decréscimo nessa situação. Contudo, a taxa de desemprego tende a aumentar nas mulheres e a manter-se nos homens.

O processo RVCC influencia mais a aquisição de computadores nas mulheres empregadas do que nos homens empregados. Na utilização da Internet, a influência do processo RVCC é maior nas mulheres empregadas do que nos homens empregados. O processo RVCC influencia os desempregados, mais as mulheres do que os homens, enquanto utilizadores de Internet.

O processo RVCC influencia os indivíduos empregados com computador e utilizadores de Internet, proporcionalmente, ligeiramente mais os homens do que as mulheres, na mudança de actividade profissional. No caso dos indivíduos empregados com computador e acesso à Internet, que não mudam de actividade profissional, o

processo RVCC influencia bastante mais os homens do que as mulheres. Na utilização da Internet, a influência do processo aponta para uma ligeira diminuição de utilização da Internet nas mulheres empregadas que não mudam de actividade profissional.

As mudanças de actividade profissional dos empregados tem tendência a ocorrer entre 1 a 2 anos após o processo RVCC, tanto nos homens como nas mulheres que possuem computador e tem acesso à Internet.

As mudanças de actividade profissional ocorrem bastante mais nos indivíduos que possuem computador e acesso à Internet do que naqueles que não possuem nem computador nem acesso à Internet, quer sejam homens ou mulheres. O processo RVCC influencia mais a mudança de profissão, tanto nos homens como nas mulheres, quer tenham ou não computador e utilizem ou não a Internet.

A importância do computador e da Internet, na mudança de actividade profissional, é maior para as mulheres do que para os homens.

Os resultados obtidos mostram uma tendência maior, para arranjar emprego durante o processo RVCC, nos homens que possuem computador e acesso à Internet do que nas mulheres na mesma situação.

Os adultos certificados tendem a considerar como aspecto mais importante do processo RVCC a “Valorização de competências e conhecimentos pessoais” e a “Melhoria da minha situação profissional” o aspecto menos importante.

A importância da utilização do computador e da Internet tende a ser considerado como um aspecto importante do processo RVCC para os adultos certificados.

No que diz respeito às dimensões, os adultos consideram como mais importantes os aspectos pessoais, seguidos dos aspectos de aprendizagem e os menos importantes são os profissionais.

Como reflexão final sobre o trabalho desenvolvido resta-nos dizer que as expectativas iniciais em relação à escolha do tema e do cumprimento dos objectivos foram alcançados. A elaboração deste trabalho permitiu ampliar os conhecimentos sobre

as temáticas em estudo, principalmente, no processo RVCC e seus impactos e sobre a elaboração de uma dissertação.

O estudo realizado no âmbito desta investigação, apesar de ter atingido os objectivos propostos no seu início, apresenta algumas limitações, nomeadamente, ao nível dos resultados do inquérito, uma vez que só foram utilizados parcialmente. Dos dados recolhidos apenas utilizámos os que nos permitiram caracterizar os sujeitos da amostra e aqueles que, directa ou indirectamente, permitiram relacionar algumas variáveis com os dois aspectos relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação, o computador e a Internet.

Contudo, esta investigação não esgota as hipóteses de estudo do tema, nem a tal se propunha, pretende antes dar um contributo para o estudo da educação e formação de adultos na região do Alentejo, particularmente, no projecto de investigação “Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”.

No seguimento desta investigação poderemos apontar como trabalho futuro o estudo do impacto da aquisição de competências, por exemplo, na área da Linguagem e Comunicação, nas dimensões pessoal e profissional.

## **Bibliografia**

### **Referências Bibliográficas**

- Alonso, L. *et al* (2002). *Referencial de Competências-Chave – Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: Anefa.
- Alves, J. (2006). *As tecnologias de informação e comunicação no ensino – aprendizagem do inglês: potencialidades, práticas e constrangimentos*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Área de especialização em Informática Educacional. Lisboa: Instituto de Educação - Universidade Católica Portuguesa, pp 4-32.
- Amorim, J. (2006). *O impacto da educação e formação de adultos no desenvolvimento vocacional e da cidadania – a metamorfose das borboletas*. Lisboa: MTSS/DGERT.
- ANEFA (2002). *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Roteiro Estruturante*. Lisboa: ANEFA.
- ANQ (2007). *Cursos de Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário: Orientações para a Acção*. Lisboa: ANQ.
- ANQ (2009a). *1 Milhão de Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.
- ANQ (2009b). *Mais Escolaridade – realidade e ambição: Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória*. Lisboa: ANQ.
- Ávila, P. (2005). *A literacia dos adultos: competências-chave na sociedade do conhecimento*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Especialidade: Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, pp 476-479.

- Benavente, A. et al. (coord.), (1996). *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Benavente, A. (1999). “Educação de Adultos é indispensável à Democracia”. *Revista Saber Mais*, nº1, pp.5-9
- Caeiro, P. (2011). “A Valência do Centro de Novas Oportunidades no IIEFP: Centro de Formação Profissional de Portalegre”. In Bravo Nico e Lurdes Nico (Orgs). *Qualificação de adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo. pp. 73-80.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume I. São Paulo.
- Cavaco, C. (2007). “Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências: Complexidade e novas actividades profissionais”. In *Revista de Ciências da Educação*. Nº2. Jan/abr 2007. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C. (2008). *Adultos pouco escolarizados diversidade e interdependência de lógicas de formação*. Tese de doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- CESOP (2009). *Estudo de Percepção da Qualidade de Serviço e de Satisfação*. Centro de Sondagens e Estudos de Opinião. Lisboa: ANQ.
- Comissão Europeia (1993). *Crescimento, Competitividade e Emprego: Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI – Livro Branco*. Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Disponível em: [http://europa.eu/documentation/official-docs/white-papers/index\\_pt.htm#1993](http://europa.eu/documentation/official-docs/white-papers/index_pt.htm#1993), acedido a 12/07/2011.
- Comissão Europeia (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas. Disponível em: [http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/policy/memo_pt.pdf) acedido a 12/07/2011

- Comissão Europeia (2001). *Tornar o espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida uma realidade*. Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0678:FIN:PT:PDF> acedido a 12/07/2011.
- Conselho Europeu (2000). *Estratégia de Lisboa*. Disponível em: [http://ue.eu.int/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm](http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm), acedido a 21/07/2011.
- Costa, J. (2005). *Competências adquiridas ao longo da vida: Processos, Trajectos e Efeitos*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Costa, C. (2008). *E-Portefólios e Histórias de Vida enquadrados na Web 2.0: Estudo de caso no processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Nível Secundário*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Delors, Jacques (1996). *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. UNESCO.
- DGFV (2004). *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida*. Lisboa: DGFV.
- DGFV (2004a). *Reconhecimento e Validação de Competências: Instrumentos de Mediação*. Lisboa: DGFV.
- DGFV (2006). *REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS-CHAVE para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário: Guia de Operacionalização*. Lisboa: DGFV.
- Gomes, M. (2006). *Referencial de Competências-Chave. Para a Educação e Formação de Adultos – Nível Secundário*. Lisboa: DGFV.
- Gonçalves, M. (2008). *Combater a Desistência de Adultos nos Centros de Novas Oportunidades*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Área de especialização em Formação de Adultos. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa, pp 14-29.

- Gouveia, L. (2004). *Notas de contribuição para uma definição operacional*. Disponível em: [http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg\\_socinformacao04.pdf](http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf) acessado a 22/12/2010.
- INE (1996). *Censos 1991: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001). *Censos 1981*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2002). *Censos 2001: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Leitão, J (Coord.) (2002). *CRVCC – Roteiro estruturante*. Lisboa: Anefa.
- Lima, L. (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004). Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos. In Canário, R. e Belmiro, C. (Orgs.). *Educação e formação de adultos. Mutações e convergências*. Lisboa: Educa. pp.31-60.
- Liz, C., Machado, M.R. e Burnay, E. (2009). *Percepções sobre a Iniciativa Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.
- Melo, A. (2005). "A ausência de uma política de educação de adultos é uma forma de controle social?". In *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 35. Nº1, pp. 115-122.
- Mendonça, M. e Carneiro, M. (2009). *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como ação de política pública educativa*. Lisboa: ANQ.
- Moniz, A. e Kovács, I. (2001). *Evolução das qualificações e das estruturas de formação em Portugal*. Lisboa: DGEFP, MTS.
- MSI (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação. Missão para a Sociedade da Informação*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Nico, B. & Nico, L. (Org) (2011). *Qualificação de adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Pedago.

- Nico, B. (Org) (2011). *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Nico, B. *et al* (2010). *As Novas Núpcias Da Qualificação No Alentejo: O Impacto de Certificação de Competências no Período 2000-2005* Comunicação no VI Encontro Regional de Educação – Aprender no Alentejo. Évora.
- Nico, L. (2011). *A Escola da vida: Reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais em Portugal. Fragmentos de Uma década (2000-2010)*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Paiva, J. (2007). *As Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Diagnósticos, reflexões e uma experiência com o e-mail numa escola de 3º ciclo*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pires, A. (2002). *Educação e formação ao longo da vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Ponte, J. P. (1994). *O Projecto MINERVA Introduzindo as NTI na Educação em Portugal*. Relatório do Projecto MINERVA. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ponte, J. P. (1997). *As novas tecnologias e a educação*. Lisboa: Texto Editora.
- Ponte, J. P. (2000). *Tecnologias de informação e comunicação na educação e na formação de professores: Que desafios?* Revista Ibero-Americana de Educação, 24, pp. 63-90
- Ponte, J., Oliveira, H., & Varandas, J. (2003). O contributo das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento do conhecimento e da identidade profissional. In D. Fiorentini (Ed.), *Formação de professores de matemática: Explorando novos caminhos com outros olhares* (pp. 159-192). Campinas: Mercado de Letras. Disponível em:

[http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/artigos-por-temas.htm#Novas tecnologias](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/artigos-por-temas.htm#Novas_tecnologias), acessido a 12/03/2011

- Rico, H. & Libório, T. (2009). *Impacte do Centro de RVCC da Fundação Alentejo na Qualificação dos Alentejanos*. 1ª Edição. Évora: Fundação Alentejo.
- Saragoça, J. (2009). *Tecnologias de informação e comunicação, educação e desenvolvimento dos territórios*. Évora: Fundação Alentejo.
- Silvestre, C. (2003). *Educação/Formação de Adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Coleção Horizontes Pedagógicos, Nº 98. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sousa, S. (1997). *Tecnologias de informação: o que são? Para que servem*. Lisboa: FCA - Editora Informática.
- UNESCO (1996). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. UNESCO. São Paulo.
- Vieira, S. (2010). *O impacto do processo de RVCC de Nível Básico na auto-estima e na auto-aprendizagem. Um estudo quasi-experimental*. Tese de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

## **Legislação**

Decreto-Lei nº 519-A2/79 de 29 de Dezembro. Lei Orgânica do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Despacho nº 206/ME/85 de 31 de Outubro. Crie o projecto Minerva.

Lei nº 46/86 de 14 de Outubro. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Despacho Nº 232/ME/96 de 4 de Outubro. Cria o Programa Nónio – Século XXI.

Lei nº 115/97 de 19 de Setembro. Alteração à Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

Despacho nº 10534/97, de 16 de Outubro. Lançamento do programa Saber + e instalação da ANEFA.

Lei nº 387/99 de 28 de Outubro. Define a natureza, as atribuições, a estrutura e o funcionamento da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Despacho Conjunto nº 1083/2000, de 20 de Novembro. Regulamenta a criação de Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), com dupla certificação escolar e profissional.

Portaria nº 1082-A/2001, de 5 de Setembro. Cria uma Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (centros RVCC), a partir da qual se promove o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Aprova o regulamento do processo de acreditação das entidades promotoras dos Centros.

Despacho Conjunto nº 919-A/2001 de 8 de Outubro. Cria o Centro de RVCC promovido pelo Centro de Formação Profissional de Portalegre do IEFP.

Portaria nº 286-A/2002, de 15 de Março. Rectifica a Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro que cria uma Rede Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro. Aprova a nova orgânica do Ministério da Educação.

Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto. Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Decreto-Lei nº 213/2007 de 29 de Maio. Aprova a orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 137/2007 de 18 de Setembro. Aprova o Plano Tecnológico da Educação.

Decreto-Lei nº 276-C/2007 de 31 de Dezembro. Cria e aprova a estrutura orgânica da Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ, I. P.).

Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de Dezembro. Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

Portaria nº 370/2008 de 21 de Maio. Regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, incluindo o encaminhamento para formação e o reconhecimento, validação e certificação de competências.

Decreto-Lei nº 157/2009 de 10 de Julho. Alteração ao Decreto -Lei n.º 213/2007, de 29 de Maio que aprovou a orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de Fevereiro. Cria e aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.).

## **Páginas da Internet**

<http://www.anq.gov.pt/>

<http://www.anqep.gov.pt/>

<http://www.catalogo.anq.gov.pt/>

<http://www.dre.pt/>

<http://www.iefp.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.min-edu.pt/>

<http://www.mtss.pt/>

<http://www.novasoportunidades.gov.pt/>

<http://www.pte.gov.pt/>

## **Anexos**

Anexo 1 – Carta de apresentação

Anexo 2 – Questionário das Novas Qualificações (QNQ): Inquérito por Questionário aos adultos certificados pelo processo de RVCC

**Anexo 1 – Carta de apresentação**



Exmo(a) Senhor(a)

Refª 27/NNQ/2011

28 de Julho de 2011

**Assunto: Aplicação de Questionário para Avaliação dos Impactos do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)**

O **Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora**, em colaboração com o **Centro de Formação Profissional de Portalegre do Instituto do Emprego e Formação Profissional**, está a concretizar um projecto de investigação, através do qual se pretendem avaliar os impactos do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), nos adultos que o frequentaram, no Alentejo, no período 2001-2005.

Sabendo da sua participação no processo neste período, no **Centro de RVCC do IEFP/Centro de Formação Profissional de Portalegre**, vimos solicitar-lhe que nos ajude no nosso trabalho de investigação, respondendo ao questionário que acompanha este ofício. Pedimos-lhe que responda com total sinceridade, pois **as suas respostas serão totalmente confidenciais e anónimas**.

Após colocar as suas respostas no questionário, pedimos-lhe que nos devolva o mesmo, utilizando, para o efeito, o envelope de resposta que lhe enviamos. **Este envelope deve ser colocado em qualquer estação dos CTT e não necessita de selo.**

Para qualquer esclarecimento ou ajuda na resposta ao questionário, poderá contactar o representante da Universidade de Évora, o Prof. José Bravo Nico (961 100 728 / [jbn@uevora.pt](mailto:jbn@uevora.pt)) ou a representante do IEFP/Centro de Formação Profissional de Portalegre, a Dra. Paula Caeiro (245301800 / [paula.caeiro@iefp.pt](mailto:paula.caeiro@iefp.pt)).

Agradecendo, antecipadamente, a sua colaboração, aproveitamos para endereçar os nossos melhores cumprimentos.

**O Investigador da Universidade de Évora**

**Prof. Doutor Bravo Nico**

**A Directora do Centro de Formação Profissional de Portalegre**

**Dra. Paula Caeiro**

**Anexo 2 – Questionário das Novas Qualificações (QNQ): Inquérito por  
Questionário aos adultos certificados pelo processo de RVCC**



**INQUÉRITO AOS ADULTOS CERTIFICADOS PELO PROCESSO DE RVCC,  
RECONHECIMENTO, VALIDAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS  
(Questionário das Novas Qualificações, QNQ)**



Código do Questionário / \_ / \_ / \_ / \_

Este questionário destina-se à obtenção de informação relativa aos **percursos pessoais, profissionais e académicos de todos os adultos certificados pelo Processo de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) no Alentejo, no período de 2000-2005**, tendo em vista a **avaliação dos impactos dessa certificação**.

Os dados obtidos destinam-se à realização de uma investigação a decorrer no Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora (CIEP-UE), no âmbito do projecto “As Novas Núpcias da Qualificação no Alentejo”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

São garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações disponibilizadas.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração.

**Os Investigadores**  
**Bravo Nico (Investigador Responsável)**  
**Lurdes Pratas Nico**  
**Fátima Ferreira**

**A. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ADULTO NA ACTUALIDADE**

1. **Género:**  Masculino  Feminino

2. **Ano de Nascimento:** \_\_\_\_\_

3. **Local de residência:** Concelho \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_

4. **Estado Civil:**

Solteiro(a)  Casado(a)  Divorciado(a)  Viúvo(a)  União de Facto

5. **Número de filhos:**

Nenhum  1 filho  2 filhos  3 ou + filhos.

6. **Habilitações Escolares:**

- Ensino Básico, 1º Ciclo
- Ensino Básico, 2º Ciclo
- Ensino Básico, 3º Ciclo
- Ensino Secundário
- CET (Curso de Especialização Tecnológica)
- Ensino Superior, Bacharelato
- Ensino Superior, Licenciatura
- Ensino Superior, Mestrado
- Ensino Superior, Doutoramento

7. **Actualmente**, encontra-se a estudar?

- Não, nem penso vir a frequentar. Porquê? \_\_\_\_\_
- Não, mas penso vir a frequentar.
- Sim (responda, também, às questões 7.1 e 7.2)

7.1 Que nível de escolaridade frequenta?

- Ensino Básico, 1º Ciclo
- Ensino Básico, 2º Ciclo
- Ensino Básico, 3º Ciclo
- Ensino Secundário
- CET (Curso de Especialização Tecnológica)
- Ensino Superior, Bacharelato
- Ensino Superior, Licenciatura
- Ensino Superior, Mestrado
- Ensino Superior, Doutoramento

7.2 Que modalidade frequenta?

- Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA)
- Formações Modulares (de curta duração)
- Curso Profissional
- Vias alternativas de conclusão do Ensino Secundário (DL 357/2007, 29 de Outubro)
- Outra

Qual ?

\_\_\_\_\_

## B. CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO INDIVIDUAL NO PROCESSO DE RVCC

8. Qual o Centro de RVCC onde obteve a sua certificação? (assinale a sua resposta com um X)

- ESDIME** – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, *Ferreira do Alentejo*
- Fundação Alentejo**, *Évora*
- Centro de Formação Profissional do IEFP**, *Portalegre*
- ADL** – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, *Santiago do Cacém*
- Rota do Guadiana** – Associação de Desenvolvimento Integrado, *Serpa*
- Terras Dentro** – Associação para o Desenvolvimento Integrado das Micro Regiões Rurais, *Viana do Alentejo*

9. Ano de inscrição no Centro de RVCC: (assinale a sua resposta com um X)

- 2000       2001       2002       2003       2004       2005

10. Como classifica a duração do seu Processo de RVCC: (assinale a sua resposta com um X)

- Muito Curta       Curta       Adequada       Longa       Muito Longa

11. De que forma(s) tomou conhecimento do Processo de RVCC ?

Assinale com 1 a forma que considerou menos importante  
Assinale com 2 a forma que considerou importante  
Assinale com 3 a forma que considerou mais importante

- Sessões de esclarecimento
- Folhetos/Cartazes
- Televisão
- Internet
- Rádio
- Exposições
- Feiras/Mercados
- Conversas informais com amigos ou familiares
- Imprensa (jornais, revistas)
- Outra (s)

Qual(ais)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Que **razão** o(a) levaram a procurar um Centro de RVCC?

Assinale com 1 a razão que considerou **menos importante**  
Assinale com 2 a razão que considerou **importante**  
Assinale com 3 a razão que considerou **mais importante**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Oportunidade de estudar  | <input type="checkbox"/> Obtenção do diploma oficial/certificação profissional |
| <input type="checkbox"/> Valorização pessoal  | <input type="checkbox"/> Horários do Centro de RVCC e do emprego compatíveis   |
| <input type="checkbox"/> Valorização das competências adquiridas  | <input type="checkbox"/> Desafio e novidade do processo                        |
| <input type="checkbox"/> Possibilidade de melhoria no emprego   | <input type="checkbox"/> Ocupação do tempo livre                               |
| <input type="checkbox"/> Possibilidade de encontrar um emprego<br>(adultos desempregados e/ou à procura do 1.º emprego) | <input type="checkbox"/> Incentivo de familiares e amigos                      |
| <input type="checkbox"/> Valorização profissional   | <input type="checkbox"/> Outra(s)  |

Qual (ais)?

---

---

13. Em que áreas sentiu maiores **dificuldades**, durante o Processo de RVCC?

Assinale com 1 a área em que sentiu **menos dificuldade**  
Assinale com 2 a área em que sentiu **dificuldade**  
Assinale com 3 a área em que sentiu **mais dificuldade**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Formação Complementar                            | <input type="checkbox"/> Receio e insegurança         |
| <input type="checkbox"/> Elaboração do Dossier Pessoal                    | <input type="checkbox"/> Horários do Processo de RVCC |
| <input type="checkbox"/> Partilha de ideias                               | <input type="checkbox"/> Acompanhamento da equipa     |
| <input type="checkbox"/> Adaptação a novas rotinas/ gestão familiar       | <input type="checkbox"/> Apoio de familiares e amigos |
| <input type="checkbox"/> Distância casa – Centro de RVCC                  | <input type="checkbox"/> Sessão de Júri de Validação  |
| <input type="checkbox"/> Compreensão do Referencial de Competências Chave | <input type="checkbox"/> Outra(s)                     |
| <input type="checkbox"/> Evidenciação de Competências                     | Qual (ais)  |
| <input type="checkbox"/> Elaboração da Auto- Biografia                    |   |

---

---

13.1 Como classifica o seu Processo de RVCC?

(assinale a sua resposta com um X)

- Muito Fácil     Fácil     Adequado     Difícil     Muito Difícil

14. Durante o Processo de RVCC, necessitou de **formação complementar**?

Não

Sim (responda, também, à questão 14.1)

14.1 Em que **Áreas de Competências - Chave** necessitou de formação complementar?

- Linguagem e Comunicação (LC)  
 Matemática para a Vida (MV)  
 Cidadania e Empregabilidade (CE)  
 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

15. Ao longo do Processo de RVCC, quais foram os **principais apoios** que recebeu do **Centro de RVCC** :

Assinale com 1 o apoio que considerou **menos importante**  
 Assinale com 2 o apoio que considerou **importante**  
 Assinale com 3 o apoio que considerou **mais importante**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Disponibilidade da Equipa           | <input type="checkbox"/> Ajuda na construção do dossier pessoal   |
| <input type="checkbox"/> Relação de proximidade com a equipa | <input type="checkbox"/> Flexibilidade de horários  |
| <input type="checkbox"/> Incentivo da equipa                 | <input type="checkbox"/> Apoio no transporte  |
| <input type="checkbox"/> Material didáctico disponibilizado  | <input type="checkbox"/> Itinerância (a equipa do Centro de RVCC deslocou-se à localidade onde realizou o processo) |
| <input type="checkbox"/> Equipamento informático             | <input type="checkbox"/> Instalações do Centro de RVCC  |
| <input type="checkbox"/> Formação Complementar               | <input type="checkbox"/> Outra(s)   |
- Qual (ais)?*

---



---

16. Ao longo do Processo de RVCC, recebeu apoio de **outras Instituições**?

- Não
- Sim (responda, também, às questões 16.1 e 16.2)

**16.1** Que **Instituições** que lhe prestaram apoio?

- Câmara Municipal
- Junta de Freguesia
- Associação Local
- Empresa
- Escola
- Outra(s)

*Qual (ais)?*

---



---

**16.2** Que **tipo de apoio** lhe foi prestado?

- Espaço para trabalhar
- Equipamento (computador, livros)
- Transporte
- Apoio ao estudo (apoio pedagógico, explicações)
- Compatibilização de horários
- Outro(s)

*Qual (ais)?*

---



---

17. Após o Processo de RVCC, recebeu apoio de **outras Instituições**?

- Não
- Sim (responda, também, às questões 16.1 e 16.2)

**17.1** Que **Instituições** que lhe prestaram apoio?

- Câmara Municipal
- Junta de Freguesia
- Associação Local
- Empresa
- Escola
- Outra(s)

*Qual (ais)?*

---



---

**17.2** Que **tipo de apoio** lhe foi prestado?

- Espaço para trabalhar
- Equipamento (computador, livros)
- Transporte
- Apoio ao estudo (apoio pedagógico, explicações)
- Compatibilização de horários
- Outro(s)

*Qual (ais)?*

---



---

Seguidamente, irá responder a questões que se relacionam com a sua situação, em diferentes dimensões, **antes e depois do Processo de RVCC**. À esquerda, estão as questões que caracterizam a sua situação, **antes do Processo de RVCC**; à direita, na zona sombreada, estão as questões que caracterizam a sua situação, **após o Processo de RVCC**.

**C. IMPACTO DO PROCESSO DE RVCC NOS ADULTOS CERTIFICADOS**

Em cada item, coloque uma cruz na opção que corresponde à sua situação.

CARACTERIZAÇÃO ANTES DO PROCESSO DE RVCC Dimensão Académica	CARACTERIZAÇÃO DEPOIS DO PROCESSO DE RVCC Dimensão Académica							
<p><b>18. Habilitações escolares antes do ingresso no Processo de RVCC:</b></p> <p><input type="checkbox"/> Nunca frequentei a escola</p> <p><b>1º Ciclo do Ensino Básico</b></p> <p><input type="checkbox"/> 1º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 2º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 3º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 4º ano de escolaridade</p> <p><b>2º Ciclo do Ensino Básico</b></p> <p><input type="checkbox"/> 5º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 6º ano de escolaridade</p> <p><b>3º Ciclo do Ensino Básico</b></p> <p><input type="checkbox"/> 7º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 8º ano de escolaridade</p> <p><input type="checkbox"/> 9º ano (incompleto)</p>	<p><b>19. Qual o <u>nível de certificação escolar que pretendia obter</u> pelo Processo de RVCC?</b></p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B1</u> (1.º Ciclo do Ensino Básico/4º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B2</u> (2.º Ciclo do Ensino Básico/6º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B3</u> (3.º Ciclo do Ensino Básico/9º ano)</p> <p><b>20. Qual o <u>nível de certificação escolar que obteve</u> pelo Processo de RVCC?</b></p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B1</u> (1.º Ciclo do Ensino Básico/4º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B2</u> (2.º Ciclo do Ensino Básico/6º ano)</p> <p><input type="checkbox"/> <u>Nível B3</u> (3.º Ciclo do Ensino Básico/9º ano)</p>							
CARACTERIZAÇÃO ANTES DO PROCESSO DE RVCC Dimensão Profissional	CARACTERIZAÇÃO DEPOIS DO PROCESSO DE RVCC Dimensão Profissional							
<p><b>21. Quando iniciou o Processo de RVCC estava:</b></p> <p><input type="checkbox"/> <b>Empregado</b> Qual a actividade que exercia? _____ _____</p> <p><input type="checkbox"/> <b>Desempregado</b> Qual a actividade que exercia antes de estar desempregado? _____ _____</p>	<p><b>Após o Processo de RVCC:</b></p> <p><b>22. Estando empregado, mudou de actividade profissional?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim (responda, também, às questões 22.1, 22.2 e 22.3)</p> <p><b>22.1 Quando ocorreu essa mudança?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Durante o Processo de RVCC</p> <p><input type="checkbox"/> Até 1 ano após o Processo de RVCC</p> <p><input type="checkbox"/> 1 a 2 anos após o Processo de RVCC</p> <p><input type="checkbox"/> 2 a 3 anos após o Processo de RVCC</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3 anos após o Processo de RVCC</p> <p><b>22.2 O que mudou?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Profissão</p> <p><input type="checkbox"/> Tipo de Contrato de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Local de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> Remuneração</p> <p><input type="checkbox"/> Outra, qual? _____</p> <p><b>22.3 O Processo de RVCC influenciou essa mudança?</b></p> <table border="1"> <tr> <td align="center">Não Influenciou</td> <td align="center">1</td> <td align="center">2</td> <td align="center">3</td> <td align="center">4</td> <td align="center">Influenciou Muito</td> <td align="center">5</td> </tr> </table>	Não Influenciou	1	2	3	4	Influenciou Muito	5
Não Influenciou	1	2	3	4	Influenciou Muito	5		

**23. Estando empregado, ficou desempregado?**

Não

Sim

Porquê? \_\_\_\_\_

**24. Estando desempregado, encontrou emprego?**

Não

Sim (responda, também, às questões 24.1, 24.2 e 24.3)

**24.1 Quando ocorreu essa mudança?**

Durante o Processo de RVCC

Até 1 ano após o Processo de RVCC

1 a 2 anos após o Processo de RVCC

2 a 3 anos após o Processo de RVCC

Mais de 3 anos após o Processo de RVCC

**24.2 Na mesma área profissional?**

Não

Sim

**24.3 O Processo de RVCC influenciou essa mudança?**

Não Influenciou				Influenciou Muito
1	2	3	4	5

**25. Qual a sua actividade Profissional Actual?**

\_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO ANTES DO PROCESSO DE RVCC**

**Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida**

**26. Antes do Processo de RVCC, participou em actividades de aprendizagem?**

Não

Sim (responda, também, às questões 26.1, 26.2 e 26.3)

**26.1 Quais?**

Alfabetização de Adultos

Aprendizagem Escolar

Actividades de Educação Extra-Escolar

Formação Profissional

Congressos, Palestras

Informática

Língua Estrangeira

Outra, qual? \_\_\_\_\_

**26.2 Onde?**

Escolas

Centro de Formação Profissional

Empresa

Associação Local

Outra, qual? \_\_\_\_\_

**26.3 Com que frequência participava em actividades?**

(coloque uma cruz na opção que melhor caracteriza a frequência da sua participação)

Pouca Frequência				Muita Frequência
1	2	3	4	5

**CARACTERIZAÇÃO DEPOIS DO PROCESSO DE RVCC**

**Dimensão Aprendizagem ao Longo da Vida**

**27. Depois do Processo de RVCC, participou em actividades de aprendizagem?**

Não

Sim (responda, também, às questões 27.1, 27.2 e 27.3)

**27.1 Quais?**

Aprendizagem Escolar

Actividades de Educação Extra-Escolar

Formação Profissional

Congressos, Palestras

Informática

Língua Estrangeira

Outra, qual? \_\_\_\_\_

**27.2 Onde?**

Escolas

Centro de Formação Profissional

Empresa

Associação Local

Outra, Qual? \_\_\_\_\_

**27.3 Com que frequência participou em actividades?**

(coloque uma cruz na opção que melhor caracteriza a frequência da sua participação)

Pouca Frequência				Muita Frequência
1	2	3	4	5

28. Qual o apoio que tem recebido do Centro onde realizou o Processo de RVCC, no prosseguimento da sua formação?

Nenhum Apoio	Pouco Apoio	Apoio	Algum Apoio	Muito Apoio
1	2	3	4	5

29. Entretanto, concluiu mais algum processo de estudos?

Não

Sim (responda, também, à questão 29.1)

29.1 Que estudos concluiu?

- Ensino Básico, 1º Ciclo
- Ensino Básico, 2º Ciclo
- Ensino Básico, 3º Ciclo
- Ensino Secundário
- CET (Curso de Especialização Tecnológica)
- Ensino Superior, Bacharelato
- Ensino Superior, Licenciatura
- Ensino Superior, Mestrado
- Ensino Superior, Doutoramento

**CARACTERIZAÇÃO ANTES DO PROCESSO DE RVCC**  
**Dimensão Técnicas de Informação e Comunicação**

30. Antes de iniciar o Processo de RVCC, possuía computador?

Não

Sim (responda, também à questão 30.1)

30.1 Onde utilizava o computador?

- Em casa
- No trabalho
- Outro local, qual? \_\_\_\_\_

31. Antes de iniciar o Processo de RVCC, utilizava a Internet?

Não

Sim (responda, também às questões 31.1 e 31.2)

31.1 Onde utilizava a Internet?

- Em casa
- No trabalho
- Outro local, qual? \_\_\_\_\_

31.2 Para que fins utilizava a Internet?

- Profissional
- Comunicação
- Informação
- Lazer
- Outro fim, qual? \_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO DEPOIS DO PROCESSO DE RVCC**  
**Dimensão Técnicas de Informação e Comunicação**

32. Actualmente, possui computador?

Não

Sim (responda, também à questão 32.1)

32.1 Onde utiliza o computador?

- Em casa
- No trabalho
- Outro local, qual? \_\_\_\_\_

33. Actualmente, utiliza a Internet?

Não

Sim (responda, também às questões 33.1 e 33.2)

33.1 Onde utiliza a Internet?

- Em casa
- No trabalho
- Outro local, qual? \_\_\_\_\_

33.2 Para que fins utiliza a Internet?

- Profissional
- Comunicação
- Informação
- Lazer
- Outro fim, qual? \_\_\_\_\_

**34. Avalie a importância e a influência que atribui ao Processo de RVCC nos seguintes aspectos: (coloque um X, na opção que melhor caracteriza a sua opinião)**

	Nada importante				Muito importante
1. Conhecimento das minhas capacidades	1	2	3	4	5
2. Valorização das minhas competências e conhecimentos pessoais	1	2	3	4	5
3. Aumento da confiança em mim próprio(a)	1	2	3	4	5
4. Motivação para novos projectos e desafios (académicos, profissionais, pessoais)	1	2	3	4	5
5. Melhor capacidade de resposta e adaptação a novas situações	1	2	3	4	5
6. Valorização do certificado obtido, por parte da entidade empregadora	1	2	3	4	5
7. Melhoria da minha situação profissional	1	2	3	4	5
8. Valorização social pela comunidade onde estou integrado	1	2	3	4	5
9. Valorização, pela minha família, das minhas capacidades/competências	1	2	3	4	5
10. Participação em actividades realizadas na minha comunidade	1	2	3	4	5
11. Intervenção cívica (associações, clubes...)	1	2	3	4	5
12. Responsabilização na defesa dos meus direitos	1	2	3	4	5
13. Capacidade de comunicar e relação com os outros	1	2	3	4	5
14. Utilização do computador	1	2	3	4	5
15. Utilização da internet	1	2	3	4	5
16. Capacidade de ajuda nas tarefas escolares dos filhos	1	2	3	4	5
17. Capacidade de compreensão do mundo em que vivo/sociedade em que estou inserido(a)	1	2	3	4	5
18. Interesse ou renovação do interesse pelo que se passa à minha volta (leitura de jornais, acompanhamento de noticiários, etc...)	1	2	3	4	5
19. Interesse ou renovação de interesse por actividades culturais (leitura, escrita, teatro, cinema, exposições, etc...)	1	2	3	4	5
20. Estímulo para a participação em acções de aprendizagem ao longo da vida (ex. formações modulares ou outras)	1	2	3	4	5
21. Oportunidade de acesso à formação profissional (ex. cursos EFA ou outros)	1	2	3	4	5

**35. Sugeriu ou recomendou a amigos, conhecidos ou familiares que fizessem o Processo de RVCC?**

Não

Sim (responda, também à questão 35.1)

**35.1 A quem?**

Família

Colegas de trabalho

Amigos

Vizinhos e conhecidos, residentes na mesma localidade

Outro(s), quem? \_\_\_\_\_

**36. Caso deseje, explicita ou complementa, no espaço seguinte, alguns aspectos referidos neste questionário ou outros que entenda serem importantes referir no seu caso.**

*Muito obrigado pela sua colaboração!*